

Área da Economia e Finanças



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	79
PRIMEIRA PARTE PRINCIPAIS ACÇÕES GOVERNATIVAS REALIZADAS EM 2019 ..	81
SEGUNDA PARTE BREVE RETROSPECTIVA DA GOVERNAÇÃO DO IV GOVERNO DA RAEM (ENTRE 2015 E 2019)	111
I Promoção do desenvolvimento estável da economia, registando-se os primeiros resultados positivos na diversificação adequada da economia.....	111
II Integração no grande contexto do desenvolvimento nacional e aceleração da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”	115
III Optimização das medidas políticas, apoiando o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”	124
IV Empenho no fomento da construção do “Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau”, dando apoio à promoção da normalização, mercantilização e internacionalização da indústria da medicina tradicional chinesa.....	127
V Aperfeiçoamento do ambiente de mercado, promoção do sector financeiro com características próprias e construção da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.....	130
VI Reforço dos trabalhos de fiscalização e do aperfeiçoamento de regimes jurídicos, promovendo o desenvolvimento ordenado do sector do jogo nos termos da lei.....	134
VII Optimização da gestão das finanças públicas e dos assuntos tributários, assegurando a segurança e a estabilidade financeira.....	138
VIII Medidas multifacetadas para promover a inovação e o melhoramento da qualidade do desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME).....	142
IX Reforço da comunicação e intercâmbio para promover a inovação, empreendedorismo e empregabilidade juvenis	146
X Optimização da constituição da equipa de talentos da área industrial, ajudando os residentes a reforçarem a sua empregabilidade, promovendo a ascensão profissional e a mobilidade horizontal dos mesmos	151
XI Intensificação contínua das actividades promocionais, de sensibilização e de fiscalização sobre a segurança e saúde ocupacional.....	155

XII	Optimização contínua das medidas administrativas e dos procedimentos dos serviços prestados, facilitando a vida da população e da comunidade empresarial.....	157
XIII	Aperfeiçoamento contínuo do sistema de indicadores estatísticos em consonância com o desenvolvimento socioeconómico.....	159
XIV	Aperfeiçoamento da instituição de regimes dos serviços públicos e reforço da consciência sobre os valores íntegros.....	160
XV	Lançamento de diversas políticas e medidas de apoio para atenuar os impactos causados pela calamidade dos tufões aos residentes e empresas.....	161

INTRODUÇÃO

O “Desenvolvimento da economia e melhoria da qualidade de vida da população”, a promoção do desenvolvimento sustentável e da diversificação adequada da economia de Macau, o reforço da resiliência económica e a manutenção de uma sociedade estável e harmoniosa, constituem aspirações iniciais das linhas de acção governativa da área da Economia e Finanças, prosseguidas sempre com persistência ao longo dos últimos cinco anos.

No intuito de alcançar a prosperidade e a estabilidade de Macau a longo prazo, é necessário acelerar o ritmo de desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, no seguimento escrupuloso do posicionamento de desenvolvimento de “um Centro e uma Plataforma” em torno do lema “atender às necessidades do País e potencializar as vantagens de Macau”, agarrando as oportunidades relevantes, derivadas da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” e da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Convém ainda valorizar as vantagens próprias para impulsionar o desenvolvimento da economia de Macau com alta qualidade e reforçar a sua resiliência económica, através da elevação da qualidade do desenvolvimento próprio e do aprofundamento da cooperação regional sob a estratégia de “andar com as duas pernas” e tendo como objectivo criar um sistema industrial moderno com competitividade internacional.

Passados cinco anos, a economia de Macau atravessava um período de mudanças. Nos anos de 2015 e 2016, perante um ajustamento profundo da economia, adoptámos uma postura empreendedora, com planeamento a longo prazo e apoio à inovação e estímulo ao dinamismo. Em 2017 e 2018, face à recuperação e à ascensão da economia de Macau, e não obstante as mudanças constantes dos factores externos, promovemos a inovação com papel de liderança, sugerindo a “Consolidação das bases privilegiadas para acolhimento da nova era de desenvolvimento”, para que, através da inovação, seja assegurada a estabilidade e que, por meio da estabilidade seja dinamizado o desenvolvimento. Em 2019, tendo em conta o aumento dos factores de incerteza e o surgimento das flutuações económicas no território, propomos uma atitude de trabalho para “perceber uma situação estável mas com possíveis mudanças, adaptando-se às mudanças e procurando-se progressão”, com vista a elevar, de mãos dadas com a comunidade empresarial e a população, a capacidade de controlo, adaptação e resposta às mudanças, reforçando a capacidade de lutar contra as adversidades e construindo uma cidade resiliente.

Temos promovido o desenvolvimento da economia de Macau pautado pela elevação da sua qualidade em várias vertentes e mediante medidas múltiplas. Temo-nos empenhado em aperfeiçoar o sistema jurídico e reforçar a supervisão do sector do jogo, exortando as operadoras do sector do jogo a explorar as suas actividades com honestidade e de acordo com a lei, bem como fomentando o desenvolvimento de mais elementos não jogo levado a cabo pelas operadoras de jogo. Temos procurado aproveitar ao máximo as políticas de apoio proporcionadas pelo Governo Central para o desenvolvimento de Macau, fomentando activamente e promovendo o crescimento das indústrias emergentes, como o sector de

convenções e exposições com “prioridade dada às conferências”, o sector financeiro com características próprias, a indústria de medicina tradicional chinesa, entre outras. Paralelamente, temos prestado apoio às micro, pequenas e médias empresas na aplicação dos novos conhecimentos e novas técnicas para elevar a sua capacidade inovadora, impulsionando a reconversão e valorização das indústrias tradicionais. O ambiente de negócios tem vindo a ser melhorado, tendo sido promovidas as aplicações do pagamento electrónico, prestado apoio às actividades de consumo nos bairros comunitários e encaminhados visitantes profissionais das convenções e exposições para consumo nos bairros comunitários, de forma a desenvolver a economia comunitária. Tem sido ainda prestado apoio aos jovens na inovação, empreendedorismo, desenvolvimento de emprego e no planeamento da carreira profissional. Por outro lado, temos optimizado constantemente a formação profissional através das modalidades diversificadas, com vista a ajudar os residentes de Macau a elevar a sua qualidade e capacidade, assim como contribuir para a reserva dos quadros qualificados necessários para o desenvolvimento dos sectores industriais.

Nos últimos cinco anos, o caminho do desenvolvimento económico de Macau não se fez sem sobressaltos. Não obstante, com o forte apoio do Governo Central e os esforços reunidos por toda a população de Macau, temos sempre confiança e estamos determinados em ultrapassar as dificuldades juntamente com os diversos sectores sociais de Macau, independentemente de quão difícil seja o caminho. Graças aos esforços incessantes envidados durante vários anos, o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau conseguiu produzir os primeiros efeitos, sendo melhorada constantemente a estrutura industrial, verificando-se um crescimento estável e saudável no sector monetário e financeiro, mais opções de emprego para os residentes e aumento dos seus rendimentos, tendo a taxa de desemprego se mantido a um nível relativamente baixo.

A nova era do desenvolvimento nacional traz novas oportunidades para Macau. No entanto, face aos factores externos de instabilidade, temos que preparar-nos, o mais cedo possível, para as eventuais adversidades. A firmeza na inovação e reforma e a promoção do desenvolvimento económico pautado pela elevação da sua qualidade, são garantias para que Macau siga, de forma sólida e sustentável, o caminho da diversificação adequada da economia.

PRIMEIRA PARTE

PRINCIPAIS ACÇÕES GOVERNATIVAS REALIZADAS EM 2019

I. Consolidação das bases do desenvolvimento económico e promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia

1. Promoção do desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições, com “Prioridade dada às Conferências”, elevando ainda mais a eficácia dos eventos

Continuação da introdução activa de conferências de qualidade e de grande dimensão a decorrer em Macau. Têm sido aperfeiçoadas, de forma contínua, as medidas como o serviço de “Agência Única” para Licitação e Apoio em Macau das Actividades MICE e os planos de apoio às convenções e exposições, sendo valorizadas as vantagens da rede de “Embaixadores de Convenções”, para dar apoio na captação de mais projectos de convenções e exposições de qualidade, particularmente os projectos reconhecidos pelas instituições internacionais ou conferências profissionais correspondentes ao posicionamento de desenvolvimento, assim como projectos temáticos sobre indústrias a serem realizados em Macau. Assim, mediante o apoio dado pelos ministérios e comissões nacionais e a participação dos sectores, conseguiu-se licitar com sucesso o direito para organizar a Conferência Ásia Pacífico da Associação Global da Indústria de Exposições (UFI) no ano de 2020. Entre Janeiro e Agosto, foram realizadas, em Macau, 57 reuniões captadas através do Serviço de “agência única” para licitação e apoio em Macau de actividades MICE, incluindo 14 com mais de mil participantes.

Constante enriquecimento dos elementos das exposições de marca de Macau. As exposições de grande escala organizadas pelo Governo da RAEM em 2019 incluíram, principalmente, as seguintes: “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau 2019” (MIECF), “10.º Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infraestruturas (IIICF)”, “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau

2019" (GMBPF), "Exposição de Franquia de Macau 2019" (MFE), "24.^a Feira Internacional de Macau" (MIF) e "Exposição de Produtos e Serviços dos Países de Língua Portuguesa 2019 (Macau)" (2019PLPEX). Entre elas, o 2019 MIECF que teve a duração de três dias, contou com mais de 500 empresas expositoras e mais de 4 700 participantes na cerimónia de abertura e diversos sub-fóruns, tendo no decorrer do qual sido realizados oito "fóruns verdes" e um com discursos temáticos. Foi organizada a assinatura de protocolos referentes a 44 projectos, além de 350 bolsas de contacto. A entidade organizadora mobilizou representantes de mais de 30 organismos públicos para participarem numa bolsa de contactos dedicada especialmente para a contratação pública. Além disso, a referida entidade organizou uma visita de estudo ao Município de Zhuhai, Província de Guangdong, para os empresários provenientes dos países de língua portuguesa, conjuntamente com os representantes do sector ambiental de Macau, para visitarem diversas empresas verdes e inteirarem-se sobre os equipamentos e projectos ambientais daquele município, no intuito de elevar a eficácia do certame. O 10.º IIICF, realizado em Maio, contou com a participação de mais de 2 000 visitantes de diversos sectores, provenientes de mais de 70 países e regiões, incluindo 56 funcionários governamentais a nível ministerial ou superior oriundos de cerca de 40 países e regiões, e mais de 700 empreiteiros de renome no sector de construção e representantes de empresas de equipamentos de engenharia e de cadeias produtivas, oriundos do Interior da China e do exterior, tendo-se registado um aumento de 10% no número total de participantes face ao ano anterior. Nesta edição do IIICF, para além da publicação do "Índice de Desenvolvimento de Infra-estruturas dos Países Abrangidos pela Iniciativa Faixa e Rota (2019)" e do "Relatório da Análise do Índice do Desenvolvimento de Infra-estruturas dos Países Abrangidos pela Iniciativa Faixa e Rota (2019)", foi também divulgado, pela primeira vez, o "Índice de Desenvolvimento da Participação da China na Construção de Infra-estruturas nos Países de Língua Portuguesa". Além disso, a edição deste ano da "Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong e Macau" (GMBPF) realizou-se em simultâneo com a Exposição de Franquia de Macau (MFE), visando a partilha de recursos entre os dois eventos, de modo a alcançar efeito sinérgico.

Optimização dos serviços de apoio, encaminhando os visitantes profissionais das convenções e exposições a consumirem nos bairros comunitários de Macau.

Foi continuada a promoção activa junto das entidades organizadoras de convenções e exposições sediadas em Macau, disponibilizando informações sobre visitas e consumo nos bairros comunitários de Macau, a par da prestação de serviço de "visita guiada aos bairros comunitários" aos visitantes profissionais de convenções e exposições organizadas pelo Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), e da atribuição de subsídios de transporte local aos membros das delegações que vêm a Macau realizar feiras e exposições, com vista a impulsionar o consumo nos bairros comunitários por parte dos referidos delegados, desenvolvendo os efeitos de conexão entre o sector das convenções e exposições e o desenvolvimento da economia comunitária. De Janeiro a Agosto de 2019, o IPIM prestou apoio na deslocação de 21 800 visitantes profissionais de convenções e exposições a diferentes bairros comunitários, para passeio e consumo, com o objectivo de contribuir para o aumento do dinamismo económico dos referidos bairros.

Organização contínua das acções de participação nas exposições e conferências no exterior, com vista ao reforço do intercâmbio com o exterior do sector de convenções e exposições e ao aumento do nível profissional do sector. Em Novembro de 2019, será organizada uma delegação empresarial de Macau, composta por cerca de 100 elementos, para participar na “Exposição Internacional de Importações da China 2019” em Xangai, instalando pavilhões de Macau na “Zona de Exposição dos Produtos Alimentares e Agrícolas” e na “Zona de Exposição do Comércio de Serviços”, pelo que são convidadas as empresas titulares de produtos “Fabricado em Macau” ou dedicadas ao comércio dos produtos dos países de língua portuguesa e aos serviços profissionais concernentes para participarem como expositores. A par disso, foram incentivados, no 2.º semestre do corrente ano, os operadores do sector MICE para participarem em várias actividades de convenções e exposições internacionais e regionais, nomeadamente a “China Incentive, Business Travel & Meetings Exhibition” (CIBTM), “Feira do Turismo de Incentivos, Convenções e Reuniões da Ásia” (IT & CMA) e IBTM World, entre outras.

2. Avanço ordenado da construção do *software* e *hardware* do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau, dando apoio às empresas instaladas no Parque no seu crescimento e desenvolvimento

Concretização e utilização gradual das instalações de *software* e *hardware* e prestação de apoio às empresas na elevação das suas capacidades integradas. Com o pleno funcionamento da plataforma de serviços públicos e da zona de incubação, a fábrica que segue os critérios das boas práticas de fabricação (GMP) obteve, em Agosto de 2019, a acreditação GMP do Interior da China, sendo ainda aprovada com êxito numa inspecção oficial efectuada *in loco* por peritos da União Europeia no início de Setembro p.p.. Actualmente, está acelerado o fomento da cooperação estabelecida com outras entidades, estabelecimentos de ensino superior e institutos de pesquisas, quer do Interior da China, quer do exterior, para a criação de uma plataforma integrada entre a indústria, a academia e a investigação, incorporando os sistemas de serviços de investigação científica e o sector industrial, de forma a proporcionar um bom ambiente de inovação tecnológica e condições benéficas para as empresas estabelecidas no Parque Industrial. Uma série de trabalhos do projecto-piloto e dos projectos complementares no âmbito da indústria da saúde, nomeadamente os trabalhos de construção de instalações, o estabelecimento de um sistema de serviços técnicos, as negociações para a cooperação entre parcerias, estão a decorrer de forma ordenada.

As equipas de investigação e desenvolvimento (I&D) técnico e de serviços de investigação científica do Parque Industrial já estão praticamente constituídas desde Maio de 2019, dando apoio, com base na plataforma de serviços de investigação científica e peritos, às empresas de Macau na investigação e desenvolvimento (I&D) de novos produtos e na melhoria da

qualidade dos produtos já introduzidos no mercado. Desde o início da constituição das citadas equipas até finais de Agosto de 2019, foram desencadeados, sucessivamente, os trabalhos destinados ao aperfeiçoamento do processo artesanal e da qualidade de um total de 12 produtos de 3 empresas de Macau, assim como à concepção (*design*) e optimização das respectivas fórmulas dos mesmos. Igualmente, através de acções de formação profissional, orientações sobre empreendedorismo e estabelecimento do regime de visitas por pessoas especificamente destacadas, tem sido fomentada a elevação de capacidade das empresas estabelecidas no Parque Industrial, a nível de expansão do mercado e desenvolvimento operacional, entre outros aspectos. De Janeiro a Agosto de 2019, foram organizadas, respectivamente, 8 palestras e sessões promocionais e de divulgação temáticas, que contaram com a participação total de cerca de 300 empresas, representadas por cerca de 670 participantes. Além disso, foi prestado apoio a 4 empresas na obtenção de subsídios para o aluguer de instalações e os custos de I&D, entre outros, e a 10 empresas na apresentação de candidaturas a novo tipo de instituição de I&D e a respectivos projectos tecnológicos. Ademais, foi dada assistência a 11 empresas no pedido de certificação de qualificação, entre as quais, 5 já obtiveram a devida acreditação no ramo das tecnologias inerentes às empresas de pequena e média dimensão.

Continuação da promoção do registo das empresas de projectos-chave para o estabelecimento no Parque Industrial. De Janeiro a Agosto do corrente ano, foram concluídas as formalidades do registo ou da instalação de 6 empresas-chave no Parque Industrial, totalizando, em termos acumulados, 9 empresas-chave que já se encontram em funcionamento no Parque.

Proporcionada maior margem de desenvolvimento para as empresas instaladas no Parque Industrial, através do mecanismo de cooperação regional. Tem sido dada continuidade ao acompanhamento da cooperação, em matéria de medicina tradicional chinesa entre Guangdong-Macau, Sichuan-Macau e Fujian-Macau e, com base nessa cooperação, continua-se a estudar, no corrente ano, a viabilidade da cooperação com outras regiões, nomeadamente as províncias de Jilin e Guizhou, entre outras. Por outro lado, com valorização das funções do Gabinete de Ligação da Supervisão e Administração dos Medicamentos da Província de Guangdong e do Centro de Investigação das Técnicas e Políticas de Medicina Tradicional Chinesa, continua-se a prestar, este ano, serviços de consultas sobre as formalidades de registo e de candidatura a projectos tecnológicos e realizar acções de esclarecimento sobre as políticas relativas, tendo sido organizada, em Maio p.p., a 3ª edição do Salão em torno da regulamentação e aspectos técnicos dos produtos cosméticos, com participação de cerca de 80 representantes empresariais. Em Agosto de 2019, foi organizado um seminário com as empresas, tendo sido convidados responsáveis da secção de produtos cosméticos da Administração de Regulação do Mercado do Município de Zhuhai para oferecer serviços de consulta às empresas respeitantes. Além do mais, foi desenvolvida a cooperação técnica com o Hospital de Medicina Chinesa da Província de Guangdong, com foco no projecto-experimental da indústria da saúde. Procedeu-se à prestação de apoio às empresas de Fujian no registo dos seus produtos e na realização de operações de comércio em Moçambique, tendo sido verificado que alguns

desses produtos obtiveram a autorização de registo. Por outro lado, deu-se continuidade à promoção da cooperação com Guizhou nos projectos para o combate à pobreza, relativamente à plantação e processamento de ervas medicinais chinesas e à formação de talentos qualificados, entre outros.

3. Aperfeiçoamento dos regimes e criação de mais condições favoráveis para o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias

Aperfeiçoamento das leis e regulamentos, optimização do ambiente de comércio e promoção do desenvolvimento de actividades de locação financeira. O “Regime Jurídico das Sociedades de Locação Financeira” e a respectiva lei complementar, o “Regime do Benefício Fiscal para a Locação Financeira”, entraram em vigor em Abril de 2019, tendo sido consagradas exigências regulatórias moderadamente flexíveis para as sociedades de locação financeira, no sentido de reforçar a competitividade local no que respeita ao mercado de locação financeira, atraindo mais sociedades de locação financeira poderosas do exterior a estabelecerem-se na RAEM e a explorarem aqui os seus negócios. Por outro lado, a Direcção dos Serviços de Economia está a estudar a viabilidade de rever o Regulamento Administrativo n.º 16/2009, respeitante à bonificação de juros de créditos para financiamento empresarial, pretendendo incluir no âmbito das bonificações de juros os empréstimos contraídos pelas sociedades de locação financeira para aquisição do bem locado, com vista a reduzir ainda mais os custos operacionais do sector respeitante, aumentar a atracção do mercado de Macau e reforçar as vantagens de Macau enquanto “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

Estabelecimento de um mecanismo de resolução de conflitos de consumo na área financeira e implementação da articulação das infra-estruturas financeiras da Grande Baía. Em Maio de 2019, estabeleceu-se o “Plano de resolução de conflitos de consumo na área financeira” com a participação da Autoridade Monetária de Macau (AMCM), do Conselho de Consumidores de Macau (CC) e do Centro de Arbitragem do Centro de Comércio Mundial Macau, fornecendo mais uma opção simples e conveniente para resolução de litígios ou conflitos de consumo na área financeira local. Paralelamente, com o “Acordo-Quadro de cooperação sobre resolução de conflitos financeiros entre Guangdong e Macau”, assinado conjuntamente, em 25 de Julho, por Macau e outras cidades da Grande Baía, concretizou-se, oficialmente, a implementação da articulação das infra-estruturas financeiras da Grande Baía, permitindo aos residentes da Grande Baía uma protecção mais abrangente em matéria de direitos de consumo no sector financeiro.

Primeira emissão de títulos de dívida do Estado em Macau e desenvolvimento das operações em RMB constituem uma base sólida para o desenvolvimento do mercado de títulos de Macau. Por ocasião do 20º aniversário do Regresso de Macau à Mãe Pátria, o Ministério das Finanças emitiu, em Julho de 2019, pela primeira vez, em Macau, títulos de dívida do Estado, com o valor de 2 mil milhões de RMB, não só promovendo o

desenvolvimento em Macau da actividade *off-shore* em RMB, mas também favorecendo o desenvolvimento do sector financeiro com características próprias e a diversificação adequada da economia de Macau. A emissão de títulos de dívida, com um segmento da emissão a retalho, pode proporcionar a investidores institucionais e residentes mais opções de investimentos seguros e prudentes, pelo que foi bem acolhida pela generalidade de residentes e empresas, tendo assim sido obtidos resultados bastante satisfatórios. Em articulação com o desenvolvimento das actividades em RMB e a gestão eficaz da liquidez do RMB, a Autoridade Monetária de Macau e o Banco Popular da China acordaram, em Maio, os termos do “Acordo cambial recíproco” e irão envidar esforços para procederem à sua assinatura formal ainda neste ano.

Desenvolvimento do estudo sobre a criação em Macau do mercado de capitais e promoção dos respectivos trabalhos. Em articulação com a iniciativa formulada nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, no que respeita ao “estudo sobre a criação em Macau de um mercado de títulos denominados em RMB”, a AMCM está a proceder ao referido estudo, em conjunto com a instituição de investigação contratada para o efeito, e elaborar o respectivo relatório de estudo. Paralelamente, tendo presente a situação do mercado de capitais local, nomeadamente a evolução do mercado de obrigações e títulos, a AMCM criou, a nível interno, um grupo de trabalho interdepartamental, destinado especificamente à promoção dos trabalhos no que respeita à preparação e à construção das infra-estruturas financeiras respeitantes, à elaboração do plano de acção e à implementação ordenada dos correspondentes trabalhos de coordenação.

4. Aperfeiçoamento contínuo do sistema jurídico, reforço da gestão normalizada e impulso do desenvolvimento saudável e ordenado do sector do jogo

Controlo rigoroso da dimensão do desenvolvimento do sector do jogo. O Governo da RAEM tem dado continuidade à execução da política definida para o desenvolvimento do sector do jogo, isto é, com manutenção de uma taxa média anual não superior aos 3% em relação ao crescimento do número total das mesas de jogo nos próximos dez anos contados a partir de 2013, apreciando com rigor os pedidos das operadoras de jogo para a introdução de mais mesas de jogo e controlando a dimensão do desenvolvimento do sector do jogo. Até ao final de Agosto de 2019, o número das mesas de jogo e o das máquinas de jogo, a operar na RAEM, eram de 6 721 e 16 890, respectivamente.

Reforço contínuo da supervisão da exploração do sector do jogo, nos termos da lei, exigindo às operadoras de jogo o reforço da capacidade na manutenção da segurança nos casinos. Tem sido dada continuidade às acções de inspecção e de supervisão das actividades de jogo, assegurando que as mesmas são praticadas nos termos da lei, de forma justa e regulamentada, mantendo a monitorização da implementação das instruções de trabalho e realizando constantemente as acções inspectivas *in loco* nos casinos

e as respectivas auditorias. Tem sido reforçada a colaboração com a Polícia Judiciária no combate e na prevenção das actividades ilícitas dentro dos casinos, tomando, de acordo com a lei, medidas de interdição de entrada nos casinos, consoante as situações concretas. Em paralelo, tem sido exigido o reforço das operadoras de jogo em garantir a segurança nos casinos, sendo reforçada a comunicação com as mesmas sobre as diligências relacionadas com o funcionamento dos casinos em caso de ocorrência de incidentes graves e durante a passagem de tufões, entre outros, realizando-se, com periodicidade irregular, exercícios específicos de simulacro em conjunto com os departamentos competentes e as operadoras de jogo.

Aperfeiçoamento da fiscalização dos promotores de jogo. Além de continuar a solicitar aos promotores de jogo o exercício da actividade no estrito cumprimento das leis, regulamentos e instruções, têm sido realizadas várias auditorias específicas. Em Agosto p.p., foram lançadas novas exigências de controlo para a regulação dos dados identificativos dos promotores de jogo, que devem constar dos recibos das transacções e operações realizadas nos casinos, prevendo-se iniciar uma avaliação preliminar da sua execução no 4.º trimestre. Além disso, tem sido dada continuidade à inspecção do cumprimento dos deveres dos promotores de jogo, em matéria de prevenção da prática dos crimes de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo, sendo realizadas, em Março do corrente ano, acções formativas, destinadas aos promotores de jogo, por forma a reforçar o seu conhecimento sobre a prevenção do crime de branqueamento de capitais, dando ainda prosseguimento à inspecção e avaliação sobre a eficiência dos procedimentos adoptados pelos promotores de jogo quanto à notificação das transacções de montante elevado e verificando o cumprimento, por parte dos promotores de jogo, das exigências previstas em matérias de participação de transacções suspeitas.

Aperfeiçoamento contínuo do sistema legal e dos mecanismos de fiscalização. Com a entrada em vigor, no final de 2018, da nova versão da lei que regula o “Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos”, foram realizadas, no primeiro semestre de 2019, acções promocionais e da aplicação da lei. Tendo em conta a entrada em vigor, no final deste ano, das normas referentes à interdição de entrada dos trabalhadores do sector do jogo nos casinos, quando não se encontram no exercício das suas funções, têm sido acelerados os esforços na comunicação com as operadoras de jogo, para que se avance com os pormenores da sua implementação e execução. Deu-se continuidade ao esclarecimento sobre “Requisitos Mínimos de Controlo Interno – RMCI” com nova redacção, junto das operadoras de jogo, sendo envidados mais esforços na formação do corpo inspectivo, de modo a que os trabalhos de monitorização possam ser concretizados e executados de forma eficiente. Simultaneamente, foi dada continuidade ao acompanhamento dos trabalhos em matéria legislativa, nomeadamente o estudo sobre a revisão da Lei n.º 16/2001, que estabelece o “Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino” e do Regulamento Administrativo n.º 6/2002, que “Regula a actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino”, entre outros.

Esforços no combate aos sites suspeitos adulterados ou ilegais para a prática de jogos, reforçando a campanha de sensibilização junto da população e dos

turistas para o alerta e prevenção das actividades ilícitas de jogos. Tem sido dado constantemente o alerta à população e aos turistas para a prevenção do jogo ilegal *online*, através da divulgação diversificada pelos mais diversos canais, nomeadamente o envio de mensagens para os visitantes de Macau. Foram efectuados contactos com entidades de motores de pesquisa *online* do Interior da China, para que a *webpage* da Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos (DICJ) seja colocada, de forma mais clara, num espaço mais destacado nos resultados de pesquisa dos utilizadores, de modo a facilitar aos residentes do Interior da China o acesso às informações correctas, reduzindo o risco de virem a ser vítimas de burla. De Janeiro a Agosto de 2019, foi obtida a colaboração nesse sentido por 7 motores de pesquisa do Interior da China. Foi dada continuidade à cooperação com as instituições fiscalizadoras para o combate aos *sites* alegadamente adulterados ou de jogo ilegal, encaminhando para os departamentos competentes os casos detectados, tendo assim sido encaminhados 119 casos ligados a páginas ilegais entre Janeiro e Agosto do corrente ano e encerradas 13 destas. Com a cooperação interdepartamental, foram reforçadas as inspecções conjuntas às convenções e exposições temáticas realizadas em Macau, por forma a supervisionar as exposições com tema sobre jogo, para que as mesmas sejam realizadas de acordo com a lei.

Reforço dos trabalhos de promoção do jogo responsável. Tem sido dada continuidade ao reforço das acções de promoção nas instalações de atendimento dos serviços públicos do Governo e nos postos fronteiriços, procurando aumentar o número de quiosques informativos sobre o jogo responsável, prevendo-se a instalação desses quiosques/postos em todos os casinos da RAEM até ao final de 2019. Tem sido dada continuidade ao apoio prestado às organizações encarregues da promoção do jogo responsável de Macau, na realização de seminários relevantes nas cidades chinesas de Zhuhai e Foshan, transmitindo-se aos residentes do Interior da China mensagens relacionadas com o jogo responsável. Foram intensificados o intercâmbio e a cooperação com as instituições relevantes de Hong Kong, sendo alargado o âmbito da divulgação dessa matéria àquele território. Em Julho p.p., teve lugar a cerimónia da abertura de uma série de actividades de sensibilização sobre o jogo responsável de 2019, continuando a efectuar-se a sua promoção junto da população de Macau e dos turistas. Para além da colaboração na realização de cursos de formação sobre o jogo responsável, destinados a instrutores e formadores, têm sido prosseguidos os trabalhos de supervisão das operadoras de jogo, nomeadamente no que respeita ao cumprimento das instruções relativas ao jogo responsável, efectuando-se acções inspectivas para verificar a situação relativa à transmissão das mensagens do jogo responsável através dos ecrãs electrónicos instalados nas salas de fumadores dos casinos, bem como procedendo à actualização do conteúdo das orientações, em articulação com as alterações das respectivas leis e regulamentos.

Impulso às operadoras de jogo na exploração de mais elementos não relacionados com o jogo e no aumento da aquisição dos produtos e serviços locais. Através de recolha e análise dos dados fornecidos pelas operadoras de jogo, tem-se continuado a efectuar a supervisão da evolução das actividades não jogo desenvolvidas pelas mesmas, inteirando-se das situações relativas a sua aquisição de produtos e serviços locais

e a sua cooperação com pequenas e médias empresas locais, incentivando as operadoras de jogo a aplicar mais recursos nas actividades além do jogo e aumentar a aquisição dos produtos e serviços às pequenas e médias empresas locais.

5. Apoio às pequenas e médias empresas na inovação e no desenvolvimento e promoção da reconversão e valorização da indústria transformadora

Optimização contínua dos diversos planos de apoio a pequenas e médias empresas, revendo-se e aperfeiçoando-se os conteúdos, mecanismos de apreciação e medidas de fiscalização dos mesmos. Com vista a apoiar o desenvolvimento sustentável das pequenas e médias empresas e elevar a sua competitividade, o Governo da RAEM continua a implementar o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas destinados a Projecto Específico” e o “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”, envidando esforços para fazer bem os trabalhos de promoção e divulgação através de diversos canais. Até ao final de Agosto de 2019, foram recebidos e aprovados, respectivamente, 417 e 320 pedidos, referentes ao “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, envolvendo um montante aprovado de 128 milhões de patacas. No que se refere ao “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, foram recebidos e aprovados, respectivamente, 43 e 29 pedidos, envolvendo um montante da garantia aprovado de 56,06 milhões de patacas.

Conclusão da avaliação da “Marca Típica de Macau” e impulso ao plano de apoio à remodelação de marcas. No intuito de ajudar as lojas antigas na manutenção da sustentabilidade do seu desenvolvimento, na melhoria do ambiente de operação e na exploração de oportunidades de negócio, a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) cooperou, em Novembro de 2017, com associações comerciais, apoiando-as no desenvolvimento da iniciativa de avaliação da “Marca Típica de Macau”. Após a avaliação, foi atribuído, em Março de 2019, o título de “Marca Típica de Macau” a 12 lojas antigas. Em Abril p.p., foi prestado apoio a associações comerciais para conhecer, através de entrevistas, as necessidades dessas lojas qualificadas em relação a *design* da imagem de marca e regulamentação do funcionamento das lojas. Em Agosto p.p., foi ainda disponibilizado apoio a associações comerciais no lançamento do “Plano de Apoio à Remodelação das Marcas das Lojas Antigas Típicas de Macau”, que está dividido em duas fases, designadamente “serviços de aconselhamento sobre remodelação das marcas” e a “prestação de apoio à concretização das medidas de remodelação”, no sentido de, por meio de ensinar a pescar, ajudar as lojas a efectuar a inovação e reflectir um estilo moderno, com vista a aumentar a sua competitividade no mercado. Actualmente, um total de 9 “Lojas Antigas Típicas” participam nesse plano.

Apoio contínuo a associações comerciais na realização de actividades promocionais de consumo nos bairros comunitários para dinamização da economia

desses bairros. A DSE tem continuado a apoiar, respectivamente, as associações comerciais zonais a realizarem actividades promocionais de consumo nos bairros comunitários, nomeadamente a realização da “Feira Nocturna do Pagode” e a co-organização de uma série de actividades integradas no programa “Consumo em Bairros Comunitários com Imensa Graça”, bem como reforçar a comunicação e coordenação com as respectivas associações comerciais, enviando pessoal para supervisionar e otimizar constantemente a exploração e gestão das actividades, a fim de aumentar a eficiência das mesmas. Através da ligação em série das actividades, foi impulsionado o consumo de todos os bairros, formando-se efeitos adicionais. Ao mesmo tempo, foi reforçada a utilização generalizada de pagamento via telemóvel. Através de formas como a elaboração de cupões electrónicos, mais cidadãos e visitantes foram incentivados a recorrer a pagamento electrónico e conduzidos aos bairros comunitários para o consumo de segunda vez, elevando assim a dinamização económica dos mesmos.

Apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas pautado pela elevação da sua qualidade através de organização de acções e projectos diversificados e do encaminhamento à aquisição de produtos e serviços junto das pequenas e médias empresas. Continuou-se a elevar a capacidade de promoção de negócios e competitividade das pequenas e médias empresas de Macau, através da organização dos seminários e das acções de formação sobre temas como comércio electrónico, desenvolvimento de marcas e gestão de empresas, da partilha de experiências e das discussões por parte dos responsáveis empresariais dos respectivos sectores. Ao mesmo tempo, continuou-se a impulsionar as grandes empresas com condições a adquirirem, prioritariamente, produtos e serviços junto das pequenas e médias empresas de Macau, na expectativa de alargar os espaços de desenvolvimento das mesmas.

Promoção da implementação em Macau do “Sistema de Certificação do Processo de Kimberley” e promoção da reconversão da indústria transformadora em direcção à gama alta e alto valor acrescentado. Em articulação com o rumo ao desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e para promover empenhadamente a reconversão da indústria transformadora local em direcção à gama alta e ao alto valor acrescentado, bem como fomentar novas vantagens de desenvolvimento das indústrias, a DSE tem acompanhado, de forma empenhada, o trabalho de produção legislativa do “Sistema de Certificação do Processo de Kimberley”, promovendo a implementação do respectivo sistema em Macau. A Lei n.º 15/2019, “Lei relativa à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley para o comércio internacional de diamantes em bruto” e os seus regulamentos administrativos complementares já entraram em vigor no dia 1 de Outubro de 2019. Com a implementação oficial do sistema, serão criadas melhores condições para o desenvolvimento do fornecimento de matérias-primas ao sector de joalharia de Macau, proporcionando condições básicas para o desenvolvimento local deste sector, contribuindo para o impulso do desenvolvimento do respectivo sector e a promoção da diversificação adequada da economia de Macau, além de atrair novos investidores e incentivar o aumento de investimento por parte dos investidores existentes.

6. **Optimização da formação de recursos humanos e das medidas de apoio complementares, atendendo às necessidades do desenvolvimento da diversificação adequada da economia**

Organização de cursos de formação diversificados, alargando o leque de opções de emprego e o espaço de desenvolvimento dos residentes. O Governo da RAEM tem organizado uma série de acções de formação profissional para responder à necessidade de diferentes tipos de talentos para o desenvolvimento das indústrias de Macau. Até ao final de Agosto de 2019, foram organizados 212 cursos de formação, distribuídos por três modalidades, nomeadamente “formação com certificação”, “formação remunerada em serviço” e “elevação de habilidade profissional”, que contaram com um total de 4 548 formandos, dos quais 807 participaram em 41 cursos de “formação com certificação”.

Disponibilização de mais oportunidades de formação e aprendizagem para os profissionais do sector financeiro de Macau. Para além de dar continuidade à promoção de uma diversidade de cursos de formação e planos de estágio, a AMCM e o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa organizaram, conjuntamente, o “Curso de formação de curta duração dos talentos da área financeira de Macau”, no final de Fevereiro de 2019, tendo organizado uma viagem de trabalho que integrou mais de 20 representantes do sector financeiro de Macau a Pequim, Changzhou e Nanjing, com uma duração de 5 dias. A AMCM planeia continuar a organizar semelhantes actividades de formação.

Continuação do desenvolvimento de mais modalidades de testes de técnicas através da cooperação regional. Para ajudar os residentes de Macau na elevação das suas capacidades para acesso ao emprego e ascensão profissional, facilitando a sua integração no mercado de trabalho na Grande Baía, e formar, simultaneamente, mais quadros técnico-profissionais de médio e alto nível em diferentes especialidades, no sentido de constituir uma equipa de pessoal qualificado alinhado com padrões internacionais, o Governo da RAEM, através do mecanismo de cooperação regional, tem continuado a desenvolver mais modalidades de testes de técnicas, incluindo cursos e testes de técnicas nas modalidades de “um teste, dois certificados” e “um teste, vários certificados”. Até ao final de Agosto de 2019, foram emitidos certificados de técnicas em diferentes níveis a um total de 1 992 pessoas, cobrindo uma vasta gama de tipos de trabalhos, incluindo electricista, montador de equipamento eléctrico, vigilante de crianças, cuidador materno-infantil, pessoal de gestão de instalações, pessoal de instalação e reparação de elevadores, gemologistas, entre outros. Um total de 477 pessoas obteve simultaneamente, através de “um teste, vários certificados”, o Certificado Nacional/Internacional de Qualificação Profissional e o Certificado de Qualificação Profissional de Macau (das quais, 68 obtiveram simultaneamente o Certificado Internacional de Qualificação Profissional e o Certificado de Qualificação Profissional de Macau).

Introdução adequada de recursos humanos que possam contribuir para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia. Sob a premissa de garantir

que os direitos e interesses laborais dos trabalhadores locais não sejam afectados, tendo como referência o “Plano de Acção Quinquenal do Programa de Formação de Quadros Qualificados a Médio e Longo Prazo de Macau” e em articulação com o desenvolvimento industrial local, entre outros factores, foi acelerado e priorizado o tratamento de pedidos de contratação de trabalhadores não residentes especializados para sectores que contribuem para promover o desenvolvimento da diversificação adequada da economia, tais como a inovação tecnológica, actividades financeiras com características próprias, serviços bilingues nas línguas chinesa e portuguesa, medicina tradicional chinesa e indústrias culturais e criativas, sendo ainda proporcionado um adequado suporte à provisão de recursos humanos, em particular de talentos com técnicas que não existem em Macau ou difíceis de contratar, esperando-se que, através da introdução das novas ideias e conhecimentos profissionais, seja desempenhado um papel de “orientação e formação” para os trabalhadores locais, com vista a elevar o nível dos recursos humanos das indústrias relevantes.

II. Participação activa na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, valorizando com exactidão o posicionamento e a função de Macau e aproveitando as oportunidade de desenvolvimento nacional

1. Apoio às empresas e aos residentes na participação activa na construção e desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau

Lançamento de “Serviços Convenientes para o Registo Comercial nas 9 Cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. Com vista a articular-se com a construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o IPIM organizou em Março de 2019, conjuntamente com a Administração de Regulação do Mercado da Província de Guangdong, a “Sessão de Divulgação e de Esclarecimento sobre o Serviço Conveniente de Registo Comercial Transfronteiriço entre Guangdong e Macau”, tendo ainda lançado os “Serviços Convenientes para o Registo Comercial nas 9 Cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau” para prestação gratuita de serviços em relação à tramitação de registo comercial para as empresas de Macau interessadas em investir nas 9 Cidades da Grande Baía, no intuito de facilitar os investidores de Macau a desenvolverem os seus negócios na Grande Baía. Até ao final de Agosto de 2019, foram recebidos um total de 56 pedidos de informações.

Optimização dos serviços do Gabinete de Representação em Guangzhou e fortalecimento do intercâmbio e articulação com as cidades da Grande Baía. Com

a finalidade de apoiar as empresas a participarem na construção e desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o IPIM melhorou ainda mais o conteúdo dos serviços prestados pelo seu Gabinete de Representação em Guangzhou, incluindo o “Serviço ao Domicílio”, tendo-se deslocado respectivamente a várias cidades inseridas na Grande Baía, para efectuar visitas aos departamentos comerciais, organismos de promoção do comércio, empresas de grande envergadura e empresas de capital macaense naquelas localidades, com o objectivo de apresentar o ambiente de negócios e as vantagens de Macau, assim como inteirar-se mais profundamente sobre as vantagens industriais das cidades da Grande Baía e obter informações económicas e comerciais, a par da discussão sobre estabelecimento de mecanismos de comunicação no sentido de prestar melhor apoio para facilitar o investimento mútuo entre as empresas no seio da Grande Baía, estando previsto que a visita às nove cidades inseridas na Grande Baía seja concluída ainda este ano. Paralelamente, foram estabelecidos, gradualmente, mecanismos para visitas de retorno em intervalos regulares, tendo sido dado acompanhamento contínuo às empresas ou organizações já visitadas, com vista a disponibilizar apoio necessário em tempo oportuno, e procedendo-se à captação de investimentos junto das empresas de renome de várias cidades da Grande Baía, no intuito de conseguir que mais empresas de qualidade venham a instalar-se em Macau. Além disso, a “Sessão de Partilha e Troca de Informações para os Jovens de Macau no seio da Grande Baía”, realizada em Março na Cidade de Guangzhou, chegou a estabelecer mais uma plataforma de partilha de experiências e de intercâmbio para os jovens de Macau interessados em desenvolver os seus negócios na Grande Baía, conjuntamente com os jovens de Macau que se encontram na Grande Baía para fins de empreendedorismo, emprego e estudo.

Captação de investimento do exterior, promovida em conjunto por Guangdong, Hong Kong e Macau. Em Abril de 2019, os governos de Guangdong, Hong Kong e Macau realizaram em conjunto, em Tóquio, Japão, o “Seminário de Promoção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, tendo o IPIM organizado uma delegação composta por cerca de 20 empresários de Macau para participarem no evento. O Seminário, para além de ter contribuído para reforçar a cooperação económica e comercial entre os três territórios, nomeadamente, Guangdong, Hong Kong e Macau e permitir às entidades governamentais e empresários dessas localidades abordarem as oportunidades de desenvolvimento na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, focou-se também em promover o ambiente de investimento em Macau, as vantagens da plataforma de serviços comerciais, as actividades MICE e os Serviços “One-Stop” para Investidores, entre outros. Além disso, a DSE, a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), o IPIM e a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) adicionaram, respectivamente, nos seus portais, páginas web e bases de dados, entre outros, dedicados à Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, de modo a facilitar, às empresas e residentes, o acesso às informações relevantes sobre as cidades inseridas na Grande Baía.

Reforço da cooperação em matéria de defesa do consumidor na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. No “Fórum sobre o Consumo e a Defesa do Consumidor da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau 2019”, ocorrido em Junho do corrente ano, foi oficialmente lançada a plataforma de encaminhamento de litígios de consumo da Grande

Baía Guangdong–Hong Kong–Macau, tendo sido reforçados ainda mais o intercâmbio e a cooperação entre as associações de consumidores da região metropolitana da Grande Baía, assim como proporcionado o serviço *one stop* de plataforma conveniente para tratamento de litígios de consumo transfronteiriço aos residentes das 11 cidades da Grande Baía, por forma a promover a integração e o desenvolvimento das actividades de consumo na Grande Baía. No primeiro semestre do corrente ano, o CC encaminhou a primeira reclamação de consumo da Grande Baía à associação portuguesa de consumidores, continuando a promover o intercâmbio e a comunicação entre as associações chinesas e portuguesas na área de defesa do consumidor, tirando proveito do papel de Macau como “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”.

2. Promoção da nova fase de captação de investimento para o “Parque Industrial de Cooperação Guangdong–Macau” em Hengqin, proporcionando mais oportunidades para as empresas de Macau

O “Parque Industrial de Cooperação Guangdong–Macau” em Hengqin proporciona um espaço mais amplo às empresas de Macau para o desenvolvimento dos seus negócios. No intuito de permitir que um maior número de empresas locais possam desenvolver as suas actividades no citado parque industrial, foram já reiniciados pelo Governo da RAEM, em finais de Dezembro de 2018, os trabalhos de captação de investimento para o referido parque industrial, com regime optimizado para esse efeito. Nesta nova ronda de atracção de investimento, é exigido um requisito mais claro no tocante ao posicionamento industrial, visando introduzir, sobretudo, as indústrias de alta tecnologia, indústrias emergentes estratégicas e de serviços de alto nível, bem como projectos que possam beneficiar a construção de “Uma Faixa, Uma Rota” e da “Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau”. A par disso, a “Comissão de Apreciação dos Projectos de Investimento de Macau no Âmbito do Desenvolvimento de Hengqin”, composta pelas partes de Macau e Hengqin, melhorou os mecanismos de avaliação e selecção dos projectos, esperando, dessa forma, seleccionar com maior precisão projectos elegíveis, promovendo mais empresas locais a cultivar novas vantagens e a desempenhar novo papel. Até ao final de Agosto de 2019, foram recebidas 67 novas candidaturas.

3. Desenvolvimento de uma série de acções de divulgação e de articulação em harmonia com a implementação do “Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do CEPA” e alargamento da liberalização em torno do “Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA”

Criação de grupo de trabalho para o acompanhamento dos trabalhos relativos ao acordo. A Versão Actualizada do “Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito

do Acordo CEPA” foi implementada oficialmente a partir do dia 1 de Janeiro de 2019. A lista de mercadorias no âmbito do Acordo CEPA, que tinha inicialmente 273 produtos, passou a ter, actualmente, mais de 8 000, todos com critérios de origem definidos. Estão disponíveis, no referido Acordo, os métodos mais flexíveis para a determinação de origem, no sentido de proporcionar condições mais favoráveis para que os produtos de Macau beneficiem de isenção de direitos aduaneiros. Para acompanhar uma série de trabalhos e de providências após a implementação desse acordo, foram criados, ao abrigo do mecanismo da Comissão de Acompanhamento Conjunta no âmbito do Acordo CEPA, três grupos de trabalho: o Grupo de Trabalho de Regras de Origem, o Grupo de Trabalho de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e o Grupo de Trabalho de Barreiras Técnicas ao Comércio. Conforme os domínios envolvidos no comércio de mercadorias no âmbito do Acordo CEPA e a natureza dos respectivos grupos de trabalho, os membros da parte de Macau que participam nos grupos são provenientes da DSE e de outros serviços públicos e organismos relacionados, tendo como objectivo intensificar a troca de informações e opiniões e abordar assuntos sobre o avanço das medidas de facilitação de desalfandegamento na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a supervisão da segurança alimentar, a cooperação aduaneira inteligente, entre outros temas.

Reforço da divulgação e da promoção junto dos sectores empresariais. No intuito de melhor promover e divulgar junto dos sectores empresariais o conteúdo principal do “Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do CEPA”, a DSE elaborou folhetos e outros materiais promocionais para serem distribuídos às empresas e associações comerciais, reforçando, por iniciativa própria, a divulgação e esclarecimento, através das formas como a organização conjunta da Sessão de Esclarecimento sobre o “Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do CEPA” com associações comerciais de Macau, e realização de visitas a empresas produtivas que aproveitam os benefícios dados pelo Acordo CEPA para exportar os seus produtos para o Interior da China, no sentido de ajudar os sectores a aproveitarem ao máximo as medidas preferenciais concedidas pela Versão Actualizada do Acordo.

Intensificação constante de negociações para o maior alargamento das medidas de liberalização. Com vista a um maior alargamento da liberalização no conteúdo do “Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA” e a redução da lista negativa, foram realizadas, em 2019, três reuniões de governantes de alto nível da Comissão de Acompanhamento Conjunta no âmbito do Acordo CEPA, sendo efectuadas negociações sobre o maior alargamento das medidas de liberalização no âmbito do comércio de serviços concedidas pelo Interior da China a Macau, especialmente a promoção da implementação pioneira, na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, das políticas de alargamento de liberalização ao abrigo do Acordo CEPA no domínio do comércio de serviços, como serviços financeiros, de educação, de turismo e culturais, a fim de concretizar a plena liberalização do comércio de serviços na Grande Baía, promovendo a integração económica dos dois lados e contribuindo para a diversificação adequada e o desenvolvimento sustentável da economia de Macau.

4. Apoio às empresas de Macau no aproveitamento do comércio electrónico transfronteiriço para explorar o mercado chinês

Com o objectivo de ajudar as empresas de Macau a aproveitarem as oportunidades de desenvolvimento trazidas pela construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, a DSE estabeleceu ligações com os Serviços do Comércio do Município de Zhuhai e o Conselho de Gestão da Nova Área de Hengqin para abordar assuntos sobre a cooperação em matéria do comércio electrónico transfronteiriço, tendo sido organizadas visitas de estudo do sector empresarial de Macau às instalações complementares do comércio electrónico transfronteiriço em Hengqin, de modo a reforçar o intercâmbio e articulação com os organismos de Hengqin e aperceber-se das políticas preferenciais aplicadas lá em vertente do comércio electrónico transfronteiriço. Além disso, em Junho deste ano, a DSE e o Departamento do Comércio da Província de Guangdong realizaram em conjunto as actividades denominadas de “Acções de Intercâmbio sobre Comércio Electrónico Transfronteiriço Guangdong-Macau 2019”, organizando a participação de empresas do comércio electrónico transfronteiriço de Macau, proporcionando ao sector dos dois lados uma plataforma de intercâmbio. Além disso, em Março deste ano, a DSE organizou o “Seminário Temático sobre a Lei do Comércio Electrónico do Interior da China”, tendo convidado o redactor da lei do comércio electrónico do Interior da China para vir a Macau dar explicações sobre o teor da “Lei do Comércio Electrónico da República Popular da China” que entrou, oficialmente, em vigor, no início deste ano, de forma a ajudar o sector empresarial de Macau a conhecer a situação mais actualizada e as tendências do comércio electrónico do Interior da China.

5. Aprofundamento da cooperação e intercâmbio na área económica e comercial entre Macau e as províncias e municípios do Interior da China

Têm sido continuamente impulsionados o intercâmbio e a cooperação na área económica e comercial entre Macau e as províncias e municípios do Interior da China, nomeadamente Pequim, Fujian, Jiangsu, Guizhou e várias províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, através da organização de deslocações dos operadores do sector empresarial e dos residentes às cidades continentais para participação em feiras e conferências, prospecção e intercâmbio, sendo ainda convidadas as cidades relevantes a organizarem missões a Macau. Nessas actividades inclui-se, designadamente, a organização de uma delegação em Maio do corrente ano para participar na “Feira Internacional de Comércio de Serviços da China (Pequim)”. A cidade de Pequim e as províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas, bem como outras localidades, foram convidadas a organizarem missões empresariais a Macau para participarem nos certames de grande envergadura, nomeadamente, o MIECF, a MIF, entre outros, com vista a impulsionar o intercâmbio e o emparelhamento entre as empresas. A par disso, as áreas dos *stands* na “Feira de Produtos de Marca da Província de Guangdong

e Macau” e na MIF, reservadas para Guizhou, foram aumentadas em cerca de 20%, de modo a alinhar-se com os trabalhos da assistência proporcionada pela RAEM, no sector industrial, ao Distrito de Congjiang, Província de Guizhou, e aumentar o apoio à promoção dos produtos típicos daquele distrito.

III. Aceleração da construção de “Uma Plataforma, Três centros” e valorização activa do papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa

Impulsionamento da cooperação económica e comercial e da capacidade produtiva, através da realização, organização e participação em actividades. Em 2019, tem sido dada continuidade à organização activa de delegações de Macau e do Interior da China para realizarem, sucessivamente, visitas aos países lusófonos, nomeadamente ao Brasil, tendo sido efectuadas visitas a serviços públicos da área económica e comercial e instituições de promoção de investimento, assim como visitas de estudo às empresas, com vista a reforçar o emparelhamento e o intercâmbio. Assim, participaram na 28.ª edição da *ABF Franchising Expo 2019*; organizou-se uma delegação composta por representantes das províncias e regiões do Pan-Delta do Rio das Pérolas (conhecido por “Grupo 9+2”), para visitas de estudo a Portugal e Luxemburgo, sendo realizadas visitas a departamentos governamentais locais, organizações e empresas dos sectores ambiental e financeiro. Destacou-se também a organização de uma visita de estudo dos delegados dos países lusófonos junto do Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), ao Parque Científico e Industrial de Medicina Tradicional Chinesa para a Cooperação Guangdong-Macau, em Hengqin, onde foi realizado um encontro de intercâmbio. Foram feitas visitas aos países de língua portuguesa, nomeadamente São Tomé e Príncipe, Cabo Verde, Portugal, Angola e Moçambique, no acompanhamento de uma delegação do Ministério do Comércio, tendo sido reforçados, dessa forma, os contactos e a comunicação com os governos e organismos competentes dos países lusófonos. Além disso, foi organizada uma deslocação das empresas a Wuhan e Yichang, Província de Hubei, onde se realizou um seminário com tema principal sobre a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa em matéria de capacidade produtiva. Foi prestado apoio na co-organização e participação nas bolsas de contactos para comércio e investimento, no intuito de apoiar as províncias e municípios do Interior da China a encetar intercâmbio e cooperação com os países de língua portuguesa, através de Macau. Foi realizada no 4.º semestre do corrente ano, a “Cimeira 2019 sobre a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa de Macau, apoiada pelas Empresas Estatais Chinesas”, planeando-se ainda, organizar uma delegação de profissionais das áreas jurídica e da

arbitragem de Macau para uma deslocação ao Brasil, com vista a explorar, em conjunto, as oportunidades de negócios e cooperação.

Reforço no enriquecimento dos elementos dos países de língua portuguesa nas convenções e exposições. Nas diversas exposições realizadas sucessivamente em Macau e no Interior da China no corrente ano, foram adicionados elementos dos países lusófonos ou estabelecidos *stands* temáticos com características lusófonas e redobrados esforços na promoção das funções da plataforma sino-lusófona, do ambiente de negócios nos países de língua portuguesa e produtos desses países, tendo sido criadas mais oportunidades para emparelhamento e negociações no âmbito da cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. Durante o período do 2019 MIECF, foi organizada uma visita de estudo da delegação dos países de língua portuguesa a várias cidades da Grande Baía. Durante a Expo Internacional de Turismo (Indústria) de Macau, foi organizada uma sessão de apresentação dos produtos turísticos dos países de língua portuguesa, sendo ainda organizada, no segundo semestre do corrente ano, uma visita dos operadores industriais de Macau a países lusófonos, com vista a impulsionar o intercâmbio bilateral e o emparelhamento. Foi publicado, pela primeira vez, no decorrer do 10.º IIICF, realizado em finais de Maio do corrente ano, o “Índice de Desenvolvimento da Participação da China na Construção de Infra-estruturas nos Países de Língua Portuguesa”, tendo sido realizado, no mesmo período, um fórum paralelo da área financeira, subordinado ao tema da cooperação entre a China e os países de língua portuguesa nos domínios industrial e financeiro, com vista a ser desempenhado, com maior eficácia, o papel de Macau enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa.

Aceleração de diversas tarefas e apoio à construção em Macau da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Para promover o “Centro de Regularização das Transacções em RMB para os Países de Língua Portuguesa” de Macau e apoiar o procedimento de internacionalização do RMB, a AMCM e os dois bancos emissores deslocaram-se, em Janeiro de 2019, a Moçambique, Angola e Cabo Verde, a fim de conhecer as realidades locais e desenvolver acções promocionais. Além disso, realizou-se em Maio do ano corrente, pela primeira vez, em Macau, a “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) – 2019”. A conferência contou com a participação dos representantes das instituições financeiras provenientes do Interior da China, dos países de língua portuguesa e de Macau, no decorrer da qual, os convidados trocaram ideias sobre o tema “Promoção da cooperação financeira multilateral entre a China e os países de língua portuguesa e desempenho do papel de Macau como plataforma entre a China e os países de língua portuguesa”. Antes desta conferência, a AMCM organizou uma visita de trabalho a Shenzhen e Zhuhai para os dirigentes dos bancos centrais, seus representantes e outras individualidades de alto nível das instituições financeiras dos países de língua portuguesa, permitindo-lhes assim aumentar os seus conhecimentos sobre a situação actual e as expectativas do desenvolvimento do mercado financeiro, de modo a promover o intercâmbio e a articulação multilateral do mercado financeiro. No segundo semestre de 2019, a AMCM continua a acompanhar as cinco iniciativas propostas pelo Banco Popular da

China durante a reunião, nomeadamente o estabelecimento do mecanismo de intercâmbio entre os governadores dos bancos centrais da China e dos países de língua portuguesa, o estabelecimento/aperfeiçoamento do projecto sobre a criação de uma rede de cooperação entre instituições financeiras chinesas e lusófonas, a promoção do uso da moeda local no comércio bilateral entre a China e o países de língua portuguesa, o desenvolvimento de cooperação para o reforço da capacidade de construção entre a China e países de língua portuguesa e o desempenho do papel de Macau como a ponte e o elo de ligação na área de cooperação financeira entre a China e os países de língua portuguesa, além de recolher opiniões junto dos bancos centrais dos países de língua portuguesa.

Reforço do intercâmbio e da formação para os operadores do sector financeiro da China e dos países de língua portuguesa. O Centro de Formação do Fórum de Macau organizou o “Colóquio sobre a Cooperação Financeira para os Países de Língua Portuguesa” no primeiro semestre deste ano, realizando acções formativas para 26 funcionários oficiais e técnicos dos respectivos sectores provenientes dos países lusófonos.

Promoção do estabelecimento do “Regime do Seguro de Créditos para a Importação, Exportação e Trânsito de Mercadorias” e apoio à construção em Macau da “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. A fim de consolidar o papel de Macau como “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e apoiar o desenvolvimento das actividades de exportação das PME’s de Macau, a AMCM, para além de coordenar actividades das instituições seguradoras locais para disponibilizarem o seguro de créditos à exportação a favor das empresas, tem vindo a prosseguir, em 2019, negociações com as instituições do seguro de créditos à exportação do Interior da China, incidindo sobre o comércio com países de língua portuguesa com riscos mais elevados, no sentido de implementar o plano da prestação de serviços às empresas em matéria da disponibilização do seguro de créditos à exportação, através das instituições financeiras de Macau, por meio da actividade bancária de “*factoring business*”, de forma a fomentar o comércio de exportação para os países de língua portuguesa. Com vista a articular-se com a implementação deste regime, a AMCM e o IPIM organizaram, em Outubro, sessões temáticas de esclarecimento destinadas às empresas dedicadas à exportação e ao comércio de trânsito, reforçando ainda acções promocionais junto das empresas dedicadas à exploração do comércio com os países de língua portuguesa.

Fomento da divulgação e da comercialização dos produtos e da cultura da medicina tradicional chinesa (MTC) no mercado internacional, tomando como ponto de partida, Portugal e Moçambique, e construção da “Base de Intercâmbio Internacional para os Jovens Médicos de Medicina Tradicional Chinesa. Graças à construção acelerada do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau nos segmentos de *software* e *hardware*, os dois primeiros produtos de MTC registados em Moçambique foram já lançados e estão postos à venda no mercado daquele país, enquanto que o segundo e o terceiro lotes que abrangem 4 tipos de MTC provenientes das empresas de Macau, Fujian, Chongqing e de outras origens, tornaram a obter autorização de registo, por parte das autoridades de Moçambique. Em

2019, continua-se a envidar esforços para que mais produtos obtenham autorização de comercialização no mercado. Além do mais, em Maio de 2019, foram organizadas, continuamente, em Portugal, actividades de carácter profissional, tais como fóruns e bolsas de contacto direccionados aos países da Europa e da África, para o fomento do estabelecimento de contacto e da cooperação entre as empresas do Parque Industrial, incluindo as de Macau, e as instituições e comerciantes da União Europeia, África e de outras regiões. Igualmente, deu-se início aos trabalhos de criação de projectos e de investigação sobre os medicamentos tradicionais e suplementos alimentares dietéticos da União Europeia, envidando esforços para dar apoio às empresas para que os seus produtos de alta qualidade venham a ter acesso ao mercado da União Europeia. Ainda em 2019, foram estendidos, pela primeira vez, a Cabo Verde e a outros países africanos de língua portuguesa, o modelo de promoção de “introdução de medicamentos através de tratamento médico” e as experiências na formação de talentos qualificados adquiridas em Moçambique, tendo ainda sido celebrado com o Ministério da Saúde e Segurança Social de Cabo Verde, um Memorando de Cooperação nos domínios da formação de talentos qualificados, registo e do comércio, visando impulsionar a popularização da cultura da MTC e a aplicação das suas técnicas naqueles países. Por outro lado, continua-se a fomentar a construção da “Base de Intercâmbio Internacional para os Jovens Médicos de Medicina Tradicional Chinesa”, integrando recursos da MTC oriundos da Grande Baía e do resto do mundo. Em Maio p.p., deu-se início ao “Programa do Campo de Parceiros AMIGO”, de modo a que, através da criação de uma instituição da base e uma equipa de orientadores, e da organização de acções de formação, entre outras modalidades, seja criada uma plataforma de aprendizagem e de intercâmbio para os jovens médicos da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e os jovens amadores de MTC dos países de língua portuguesa e do resto do mundo, no sentido de elevar as competências profissionais dos jovens talentos qualificados de MTC. Com efeito, foram já organizadas, com sucesso, as actividades como “Conversa com jovens sobre a medicina chinesa”, “Curso em língua portuguesa para médicos de MTC”, entre outras, com a participação de 243 pessoas, em termos acumulados, representados por jovens médicos de MTC de Macau, profissionais de língua portuguesa e jovens dos países lusófonos.

Reforço na promoção da função de Macau como Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa ao mercado do Interior da China. No seguimento da realização de actividades promocionais dos produtos dos países de língua portuguesa e de emparelhamento de oportunidades de negócio nas cidades da Grande Baía e em outros municípios do Interior da China em 2017 e 2018, conjuntamente com várias associações comerciais de Macau, os membros do IPIM, conjuntamente com os da Direcção dos Serviços de Economia, Direcção dos Serviços de Finanças e Autoridade Monetária de Macau, deslocaram-se sucessivamente, no segundo semestre de 2019, a Zhaoqing, Foshan, Shenzhen, Huizhou e Dongguan, Província de Guangdong, para a realização de actividades promocionais sobre as oportunidades de negócios da China e dos países de língua portuguesa e o sector financeiro com características próprias, pondo o enfoque na apresentação do ambiente de negócios em Macau, das políticas preferenciais actualmente vigentes, das oportunidades de negócio da China e dos países de língua portuguesa e da situação de desenvolvimento do sector

financeiro com características próprias, por forma a promover a função de Macau como plataforma de serviços financeiros entre a China e os países de língua portuguesa.

Promoção activa dos produtos alimentares e outros produtos dos países de língua portuguesa. O IPIM organizou, respectivamente em Março e Novembro do corrente ano, juntamente com diversas associações comerciais, a actividade denominada “Vamos Desfrutar – Mercado com Destaque para os Produtos do Mundo Lusófono e Macau”, que contou com a participação de vários agentes locais de produtos dos países de língua portuguesa e empresas de Macau, proporcionando, assim, um canal de promoção e de exposição dos produtos provenientes dos países lusófonos, e atraindo, através das actividades para a promoção da cultura daqueles países, maior número de residentes e turistas para efectuarem visitas e consumo nos bairros comunitários. O evento, que decorreu em Março e teve a duração de seis dias, atraiu mais de 45 000 participantes. Além disso, desde o estabelecimento do Centro de Exposição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa, sito no Centro Comercial da Praça do Tap Seac, conhecido por “Casa de Vidro”, em Março de 2016, até finais de Agosto de 2019, foram expostos, em termos acumulados, mais de 1 600 produtos, provenientes de mais de 207 empresas participantes, tendo-se registado, cumulativamente, 31 000 visitantes. Além disso, o referido Centro de Exposição pretende introduzir as funções de transacção B2C no 4.º trimestre do corrente ano, estando ainda previsto ajudar as empresas de Macau na exploração de negócios de comercialização dos produtos lusófonos via *online* e *offline*, através da colaboração com a Plataforma do Comércio Electrónico Online do Interior da China.

Aceleração da construção do Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e acompanhamento activo dos preparativos da 6.ª Conferência Ministerial. Na sequência da conclusão das obras, o Complexo será um suporte importante para a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa, e servirá de local para a realização da conferência ministerial do Fórum de Macau. O Complexo vai integrar diversas funções, nomeadamente o intercâmbio económico e comercial, serviços empresariais, convenções e exposições, exposição cultural e formação de talentos entre a China e os países de língua portuguesa, desempenhando um papel mais dinâmico na promoção da ligação e da cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. Prevê-se que a 1.ª fase da obra esteja concluída no final de 2019. Os trabalhos preparatórios da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau estão a ser desenvolvidos de forma dinâmica.

Desempenho do papel do Centro de Formação do Fórum de Macau para promover a formação de recursos humanos, a cooperação e o intercâmbio cultural. No primeiro semestre de 2019 foram realizados, sucessivamente, dois colóquios sobre a gestão de turismo, convenções e exposições e sobre a cooperação financeira, no intuito de reforçar ainda mais o intercâmbio de experiências nas áreas profissionais relativas entre os países de língua portuguesa, o Interior da China e Macau. Os dois colóquios contaram com a participação de um total de 58 funcionários públicos e técnicos dos respectivos sectores dos países de língua portuguesa. Entretanto, foi organizada uma visita de estudo à Província de Hubei com os participantes do colóquio de cooperação financeira dos países

de língua portuguesa. Para além disso, foram organizados, em colaboração com a Direcção dos Serviços de Turismo (DST), dois grupos de estágio para o sector de turismo dos países lusófonos, tendo sido convidados mais de 20 profissionais oriundos de departamentos de turismo desses países para virem a Macau receber formação e efectuar estágios, permitindo aos profissionais dos países de língua portuguesa aperceberem-se do desenvolvimento do sector do turismo de Macau, reforçando assim a aprendizagem e o intercâmbio entre as duas partes. Para além disso, promoveu-se activamente a participação dos alunos de Macau, do Interior da China e dos países de língua portuguesa que estudam nas instituições de ensino superior de Macau, nas actividades organizadas pelo Fórum de Macau, oferecendo-se ainda, aos mesmos, oportunidades de estágio. Por outro lado, através das actividades como a “11.ª Semana Cultural da China e dos Países de Língua Portuguesa” realizada em co-organização com vários serviços públicos e associações, foi intensificada a divulgação do Fórum de Macau, enquanto foram promovidos o intercâmbio cultural entre a China e os países lusófonos e o entendimento entre os povos, bem como fomentada a cooperação económica e comercial por meio das iniciativas culturais.

IV. Optimização contínua da formação profissional, dando apoio aos residentes na elevação da sua competitividade; salvaguarda dos direitos e interesses laborais e aperfeiçoamento dos diplomas e regulamentos legais

Continuação da melhoria da formação em resposta às necessidades de desenvolvimento económico. Em consonância com o funcionamento do sistema de transporte de metro ligeiro, e para ajudar os residentes de Macau do sector de transporte ferroviário a receberem formação durante o serviço, a DSAL, em conjunto com a empresa operadora, organizou, no primeiro semestre de 2019, quatro cursos de formação, na modalidade de formação remunerada ao serviço, relacionados com conhecimentos de técnicas profissionais, nomeadamente sistema de rede de comunicação de metro ligeiro, sistema de controlo e outros, tendo 43 formandos concluído a formação, dos quais, 23 obtiveram o certificado de electricista de reparações de nível elementar e/ou montador de equipamento eléctrico de nível elementar. Além disso, através da contínua prestação de serviços de conjugação de emprego, da organização de sessões de esclarecimento e de outras medidas, foi dado apoio à empresa operadora na constituição da equipa de recursos humanos para o metro ligeiro, tendo também sido dado apoio a mais de 130 candidatos a emprego. Por outro lado, a fim de ajudar os trabalhadores do sector da restauração de Macau a elevar as suas capacidades para o desempenho de cargos de gestão, foi lançado, desde Agosto de 2019, em conjunto com as empresas, o “Plano de formação de talentos em gestão de operações do sector da restauração”, com a duração de um a dois anos, tendo como objectivo dar formação intensiva sobre conhecimentos e técnicas profissionais aos

trabalhadores ao serviço no sector da restauração e aos novos trabalhadores que possuem habilitações profissionais relevantes, estando também previsto orientar os formandos para participarem nos testes para obtenção do certificado nacional ou internacional de técnicas do sector da restauração. Quanto à formação de jovens talentos, foi lançado em Maio de 2019 o “Plano de formação inicial” destinado especialmente a jovens com idade igual ou inferior a 24 anos, tendo a primeira fase incluído dois cursos de formação profissional de “técnicas de electricidade” e “técnicas electrónicas”, complementados com um vasto serviço de aconselhamento antes do emprego, para “permitir que os jovens perspectivem o emprego e desenvolvam as suas potencialidades”, ajudando-os a prepararem-se para a entrada no mercado de trabalho. Os respectivos cursos tiveram início em Setembro de 2019, estando um total de 17 jovens a frequentá-los.

Continuação do aperfeiçoamento da gestão dos trabalhadores não residentes.

Sob a premissa de garantir o acesso ao emprego dos residentes de Macau e que os seus direitos e interesses laborais não sejam afectados, e ainda cumprindo o princípio da apreciação rigorosa, a DSAL tentou encurtar o tempo de apreciação dos pedidos, atendendo à situação real dos diferentes sectores de actividades de Macau e dando apoio adequado aos pedidos de contratação de trabalhadores não residentes apresentados por micro, pequenas e médias empresas. Além disso, tem-se continuado a acelerar o tratamento dos pedidos de autorização de contratação de trabalhadores não residentes através de serviços electrónicos e do aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos. No início de Janeiro do corrente ano, foi lançada a “Conta única de acesso comum aos serviços públicos da RAEM”, podendo os requerentes submeter *online* os pedidos de contratação de trabalhadores domésticos não residentes e os respectivos documentos, incluindo novos pedidos e renovações, bem como obter *online* os resultados da apreciação dos pedidos.

Reforço da fiscalização preventiva e da divulgação e sensibilização das relações de trabalho. Através da fiscalização proactiva, continuou-se a realizar inquéritos junto dos trabalhadores, exigir às empresas a apresentação de dados dos trabalhadores, tais como contratos de trabalho, recibos de pagamento da remuneração e registos de assiduidade, e supervisionar a situação de cumprimento da legislação laboral por parte das empresas, tendo, através da “entrega de serviços ao domicílio”, sido organizadas por iniciativa própria acções de divulgação e sensibilização da legislação laboral junto das chefias e dos trabalhadores da linha de frente dos estaleiros de construção e do sector da hotelaria para elevação dos conhecimentos e redução da ocorrência de conflitos laborais.

Promoção, de forma diversificada, da segurança ocupacional em Macau e dos respectivos trabalhos de divulgação e sensibilização. Em articulação com o lançamento do “Plano de investimento em projectos de segurança” relativo a obras públicas, a DSAL organizou sucessivamente, no primeiro semestre do corrente ano, formação interna para o seu pessoal e uma sessão de esclarecimentos com os serviços das obras públicas para apresentar o conteúdo do Plano e as “Instruções de trabalho seguro nos estaleiros de construção civil”, tendo também realizado *workshops* para serviços públicos, empreiteiros e empresas de fiscalização, permitindo às entidades respeitantes inteirarem-se do conteúdo e do funcionamento do Plano. Em relação à formação em segurança e saúde ocupacional,

foram lançados, em Agosto do corrente ano, no Centro de Exibições do Centro de Ciência de Macau, dois novos jogos de realidade virtual (VR) sobre segurança e saúde ocupacional, estando também previsto para o corrente ano, acrescentar uma série de jogos usando a tecnologia de realidade aumentada (AR), para reforçar a sensibilização generalizada para a segurança e saúde ocupacional. Ao mesmo tempo, planeia-se adicionar a experiência da realidade virtual nos cursos de formação sobre segurança e saúde ocupacional para permitir que os trabalhadores, na aprendizagem por experiência, entendam as graves consequências dos acidentes de trabalho, estando o seu lançamento previsto para o início do próximo ano. Além disso, está em curso a preparação do sistema de aprendizagem electrónica (*E-learning*) para cursos de segurança e saúde ocupacional nos sectores da hotelaria e da restauração.

Acompanhamento contínuo da revisão e produção legislativa de leis e regulamentos em várias áreas de trabalho e organização de acções de divulgação na sequência da entrada em vigor das respectivas leis. Tem-se continuado a dar acompanhamento às alterações ao “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial” e à “Lei das relações de trabalho”, bem como à elaboração da proposta de lei sobre o “Salário mínimo para os trabalhadores” e à revisão da legislação para a resolução da questão de os não residentes entrarem na RAEM na qualidade de turistas e depois mudarem para trabalhadores não residentes. Tendo em conta a entrada em vigor da lei de alteração do “Salário mínimo para os trabalhadores de limpeza e de segurança na actividade de administração predial” no dia 1 de Setembro de 2019, a DSAL organizou uma série de visitas inspectivas e acções de divulgação antes e depois da entrada em vigor desta Lei, sendo que, durante o mês de Agosto, através da “entrega de serviços ao domicílio”, foram envidados esforços na divulgação e nos serviços de aconselhamento junto das empresas, e depois da sua entrada em vigor, foram realizados inquéritos junto dos trabalhadores, por forma a fiscalizar a situação do cumprimento da lei por parte das empresas. Além disso, no que diz respeito à introdução do regime de orientador no serviço de emprego na “Lei da actividade de agências de emprego”, como uma nova norma para as agências de emprego, a DSAL vai organizar, após a entrada em vigor desta Lei, cursos de formação e testes de técnicas profissionais relevantes. Paralelamente, serão dinamizados os trabalhos de divulgação relacionados com a alteração à “Lei das relações de trabalho” e de promoção para implementação do “Salário mínimo para os trabalhadores”.

V. Encorajamento aos jovens na inovação e no empreendedorismo, agarrando as oportunidades de emprego e de desenvolvimento, mediante aperfeiçoamento contínuo das políticas e medidas

Lançamento de programa de permuta de serviços de consultadoria profissional, prestando apoios aos jovens de Macau para o seu desenvolvimento na Grande Baía.

No intuito de ajudar os jovens de Macau a resolverem eventuais dificuldades operacionais, em especial em matérias jurídica, contabilística e fiscal, encontradas na criação de negócios no Interior da China, particularmente na Grande Baía, a DSE lançou, em Junho deste ano, o “Programa de Permuta de Serviços de Consultadoria Profissional”. Na primeira fase, a DSE cooperou com as bases de incubação de *startups* de jovens de seis cidades da Grande Baía que têm acordos de cooperação estabelecidos com Macau, incluindo Guangzhou, Shenzhen, Zhuhai, Dongguan, Zhongshan e Jiangmen, prestando conjuntamente serviços profissionais de consultadoria, nos domínios jurídico, contabilístico e fiscal às equipas empreendedoras instaladas nessas cidades, de forma que os empreendedores de Macau pudessem ter acesso a apoio profissional e fiável, prestado ao empreendedorismo no Interior da China.

Exploração das redes de cooperação e organização das actividades de intercâmbio, ajudando os jovens a aproveitarem as oportunidades de empreendedorismo e de emprego. Durante anos, foram apoiados os jovens empreendedores a desenvolverem-se no Interior da China e estabelecidos, sucessivamente, mecanismos de comunicação e cooperação, permanentes e eficazes, com bases de empreendedorismo de Guangzhou, Shenzhen, Zhuhai, Zhongshan e Jiangmen. Através do reconhecimento mútuo de projectos de empreendedorismo juvenil dos dois lados, foram recomendadas empresas de jovens a entrarem em centro de incubação. Com base nisso, a DSE promoveu, mais uma vez, o Centro de Incubação de Negócios para os Jovens de Macau (CINJ) a assinar, em Março de 2019, um acordo de cooperação com a base de empreendedorismo juvenil de Dongguan. A DSE continuará a promover o CINJ a estabelecer cooperação com bases de empreendedorismo juvenil de outras cidades da Grande Baía, por forma a alargar as redes de apoio ao empreendedorismo juvenil na Grande Baía. Em Maio do corrente ano, a DSE organizou a “Delegação de Intercâmbio dos Jovens Empreendedores de Macau na Grande Baía”, tendo sido convidados representantes provenientes das associações de juventude, instituições de ensino superior e empresas instaladas no CINJ a visitarem bases de incubação de *startups* de jovens e excelentes empresas de inovação tecnológica instaladas na Grande Baía, no intuito de promover a interacção e o intercâmbio empresariais e explorar, desde modo, espaço de cooperação.

A DSAL continua, este ano, a ajudar os jovens de Macau a participarem na visita de intercâmbio a empresas de renome instaladas nas cidades da Grande Baía, tendo organizado, sucessivamente, delegações de jovens de Macau para visitarem as empresas de renome de Shenzhen, Guangzhou e Zhuhai, ajudando-os a terem oportunidades de fazer estágios ou obterem emprego nessas empresas. Além disso, no primeiro semestre deste ano, organizou sucessivamente várias sessões de apresentação e palestras sobre serviços de emprego para jovens, nas diferentes instituições de ensino superior de Guangzhou, disponibilizando informações concernentes aos serviços de emprego para jovens e ao emprego e estágio na Grande Baía, contando com a participação de mais de 500 docentes e alunos. Na “Feira de Emprego para Jovens” que teve lugar em Julho de 2019 em Macau, foram convidadas novamente as empresas de Shenzhen, Guangzhou, Zhuhai e de outras cidades da Grande Baía para participarem nesta Feira. Para facilitar o conhecimento público

sobre as informações referentes ao emprego na Grande Baía, a DSAL lançou, este ano, a plataforma *online* com informações sobre o emprego na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau que disponibiliza informações sobre o emprego na Grande Baía e a avaliação de técnicas profissionais, entre outras.

Aperfeiçoamento do “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa” e aceleração da construção do “Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”. No intuito de aprofundar as funções e o papel de Macau enquanto “Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, harmonizar-se com a participação de Macau no desenvolvimento do empreendedorismo juvenil na Grande Baía, bem como dar um maior impulso ao intercâmbio de talentos provenientes do Interior da China, de Macau e dos países de língua portuguesa, foram aperfeiçoados ainda mais, em Abril deste ano, o conteúdo e a cláusula do “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa” (Programa de Intercâmbio), permitindo assim aos jovens, incluindo estudantes que frequentam cursos do ensino superior em Macau e representantes das *startups* que participam em incubação de empresas em Macau, terem oportunidades de participar nas actividades relacionadas com este Programa de Intercâmbio para efectuarem intercâmbios e explorarem negócios nos países de língua portuguesa. De Janeiro a Agosto de 2019, cerca de 23 jovens empreendedores que se dedicam a sectores como serviços comerciais, ciência e tecnologia, criatividade e cultura foram aprovados a participar no Programa de Intercâmbio, tendo vários deles concluído com sucesso o programa e regressado a Macau. Além disso, em Setembro de 2019, realizou-se, durante a “*Macau International Start-Up Week*”, a “*Sessão Especial Roadshow das Empresas de Inovação Tecnológica dos Países de Língua Portuguesa*”, na qual foram convidados fundos de capital de risco de renome de Hong Kong e do Interior da China, de modo a criar uma plataforma em prol da realização de bolsas de contacto entre as empresas de inovação tecnológica dos países de língua portuguesa e os fundos de capital de risco. A DSE organizou também uma visita a diversas cidades da Grande Baía destinadas às empresas de inovação tecnológica dos países de língua portuguesa que participaram na actividade de *Roadshow* em Macau, com vista a fortalecer o intercâmbio e a articulação.

Continuação da implementação do Plano de Apoio a Jovens Empreendedores e valorização do papel do CINJ. De Janeiro a Agosto de 2019, no que diz respeito ao Plano de Apoio a Jovens Empreendedores, foram recebidos 142 pedidos, dos quais 126 foram aprovados com o montante global concedido de 24,89 milhões de patacas, sendo as empresas beneficiárias dedicadas, principalmente, às actividades de venda a retalho, serviços prestados às empresas, restauração, educação, cuidados de saúde, benefícios sociais e serviços pessoais. Desde Janeiro até Agosto de 2019, o CINJ recebeu 65 pedidos para admissão no Centro, dos quais 53 foram aprovados. As empresas autorizadas a instalar-se nesse Centro são, principalmente, aquelas que desenvolvem

actividades nas áreas de ciência e tecnologia, serviços comerciais, cultura criativa, entre outras.

Organização contínua do “Plano de Formação de Empreendedorismo e Criatividade da Juventude” e intensificação contínua dos mecanismos de intercâmbio e comunicação com os jovens. Este ano, a DSE continua a organizar, conjuntamente com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude e a Comissão de Preparação do Programa de Inovação e Fomento de Empreendimentos de Jovens, o “Plano de Formação de Empreendedorismo e Criatividade da Juventude”, que integra uma série das actividades do “Programa de Empreendedorismo e Inovação Juvenil na Grande Baía” do Governo da RAEM. Os conteúdos do Plano incluem acções de divulgação e esclarecimento em estabelecimentos de ensino, cursos de formação, sessões de partilha de experiências, visitas e intercâmbios, concursos, fóruns, exposições, incubação de empresas e o “Concurso de Empreendedorismo e Inovação Juvenil de Macau”. As equipas excelentes deste concurso foram admitidas a participarem no “Campo de Formação Especial de Empreendedores de Shenzhen, Hong Kong e Macau” realizado no final de Outubro, em Shenzhen, e no “Concurso de Inovação e Empreendedorismo dos Jovens de Qianhai, Guangdong, Hong Kong e Macau”, a ser realizado em Dezembro, para tomar parte nas acções de formação, intercâmbio e competição juntamente com as equipas concorrentes vindas da Grande Baía. Além disso, a DSE continuou, em colaboração com as associações de empreendedorismo juvenil de Macau, a realizar o “Programa de Orientação do Empreendedorismo Juvenil”, tendo sido aumentado o número de formandos admitidos e mentores para mais de 100 pessoas provenientes dos diversos sectores, incluindo tecnologia inovadora, comércio electrónico, logística, restauração, comércio a retalho, educação, convenções e exposições, construção, publicidade, cultura e criatividade.

No intuito de fortalecer, de forma sustentada, o intercâmbio e a comunicação com os jovens, foi dada continuidade à partilha de ideias e discussões com jovens de diversas áreas, através de meios diversificados como sessões de diálogo sincero, visitas e outras modalidades, sobre as acções governativas da área da economia e finanças, assim como o emprego, empreendedorismo, inovação, desenvolvimento, etc., tendo sido ouvidas as suas opiniões sobre as acções governativas. Além disso, em Julho deste ano, o Governo da RAEM, o Gabinete de Ligação do Governo Popular Central na RAEM e a Comissão Organizadora de Actividades das Diversas Associações de Juventude de Macau organizaram conjuntamente uma série de actividades alusivas à Comemoração do 70.º Aniversário da Implantação da República Popular da China e do 20.º Aniversário do Retorno de Macau à Pátria. Neste contexto, a Secretaria para a Economia e Finanças mobilizou 100 representantes de estudantes do ensino secundário e universitários e de associações juvenis para participarem na Delegação de Visita e Aprendizagem “Caminhar juntos na Nova Era (Província de Jiangsu)”, que efectuou em meados de Julho, uma visita de estudo, de quatro dias, às cidades de Nanjing e Changzhou da Província de Jiangsu, nomeadamente aos principais patrimónios culturais locais, parque tecnológico e de indústrias criativas e à base de demonstração da

educação patriótica, tendo sido realizadas ainda palestras e actividades de intercâmbio, com vista a promover o conhecimento mútuo e a comunicação entre estudantes e jovens de ambas as localidades.

VI. Aperfeiçoamento da gestão da Reserva Financeira e optimização das leis e diplomas fiscais

Acompanhamento contínuo do trabalho relacionado com a criação do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau. Após análises e estudos, é sugerido que os recursos financeiros sejam geridos de acordo com o modelo de funcionamento mercantilizado, no sentido de otimizar ainda mais a aplicação dos recursos financeiros do Governo da RAEM e elevar a sua eficiência. Com o intuito de auscultar opiniões e sugestões da sociedade, vai ser preparada, conforme as respectivas instruções para trabalho, a realização de consulta pública sobre a criação da Sociedade Gestora do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau, S.A..

Impulso activo à participação da Reserva Financeira no desenvolvimento do País. O Governo da RAEM fundou, em 2018, conjuntamente com a Província de Guangdong, o “Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau”, investindo, de forma faseada, nos projectos de alta qualidade e grande relevância, neles se incluindo os relacionados com a construção da Grande Baía e favoráveis à economia e ao bem-estar das populações das duas jurisdições. Até Agosto de 2019, foi concluída em fases, a aplicação de fundos da reserva financeira, no montante de RMB 12 mil milhões, no “Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau”. O citado Fundo já investiu em 9 projectos de infra-estruturas na Província de Guangdong (incluindo 6 projectos ligados à Grande Baía), estando previsto que seja concluída a disponibilização de toda a participação dos fundos da reserva financeira, no montante de RMB 20 mil milhões até ao final do ano. Até Junho de 2019, a rentabilidade total daquele Fundo correspondeu à exigência de garantir uma rentabilidade anual de 3,5%, previamente fixada para o investimento faseado e gradual da Reserva Financeira no referido fundo. Além disso, pretende-se que seja assinado, ainda durante este ano, um acordo entre a Reserva Financeira e o Fundo da Rota da Seda, sobre as cláusulas técnicas da plataforma conjunta de investimento, e que seja iniciada a cooperação de investimento. Paralelamente, o Governo da RAEM vai continuar a acompanhar os trabalhos concernetes à cooperação de investimento com a Nova Zona de Xiongan da Província de Hebei e a Província de Fujian.

Adesão formal de Macau ao mecanismo de cooperação sobre administração fiscal no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. No fórum sobre administração fiscal no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, que teve lugar em Abril de 2019, em Wuzhen, na Província de Zhejiang, a Direcção dos Serviços de Finanças (DSF) celebrou, em representação da RAEM, um memorando de entendimento para aderir, formalmente, ao mecanismo de cooperação sobre administração fiscal no âmbito da iniciativa “Uma Faixa,

Uma Rota” (BRITACOM). Será estabelecida na RAEM a Academia Fiscal de Macau no Quadro da Iniciativa “Faixa e Rota”, prevendo-se a sua entrada em funcionamento no Complexo de Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua portuguesa, após a conclusão da obra, com vista a prestar serviços de formação em matéria fiscal destinados aos países lusófonos.

Aperfeiçoamento das leis e diplomas fiscais. O “Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios” e o “Regime do benefício fiscal para a locação financeira” entraram formalmente em vigor em Fevereiro e Abril de 2019, respectivamente. A proposta de lei intitulada “Regime de registo e exercício da profissão de contabilista” foi aprovada em Fevereiro do corrente ano, na generalidade, pela Assembleia Legislativa, e entrou em fase de debate na especialidade. A par disso, em articulação com a implementação da 2.^a fase das medidas complementares fiscais, no âmbito do incentivo à inovação científica e tecnológica, vai ser finalizada, no corrente ano, a elaboração da proposta de lei intitulada “Regime de benefícios fiscais para o exercício das actividades destinadas à inovação científica e tecnológica”. Está em curso o aperfeiçoamento do conteúdo da proposta de lei sobre a alteração do Regulamento do Imposto do Selo e da respectiva Tabela Geral, envidando-se esforços para que a proposta de lei seja apresentada ainda este ano à Assembleia Legislativa para efeitos de apreciação. Foram concluídas, em Maio do corrente ano, a proposta de lei de alteração ao Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos e a elaboração do relatório final da consulta profissional sobre o respectivo regulamento administrativo complementar. A proposta de lei foi aprovada em Agosto último, na generalidade, pela Assembleia Legislativa, e entrou em fase de debate na especialidade. Além disso, foi publicado, no início de Julho do corrente ano, o relatório final da consulta pública sobre o regime da contratação pública, estando-se a acompanhar as opiniões recolhidas e os trabalhos de aperfeiçoamento da proposta de lei.

Estabelecimento do regime de seguro contra grandes desastres em articulação com o plano de prevenção e redução de desastres do Governo da RAEM. Em meados deste ano, o Governo da RAEM implementou o regime de seguro contra catástrofes, adoptando o “Plano de seguro contra catástrofes por danos reais” e, em Agosto do ano corrente, lançou o “Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas” e o “Plano de apoio financeiro a conceder no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas”, fornecendo-lhes, assim, cobertura para prejuízos patrimoniais de natureza comercial causados pelas grandes desastres durante o período de tempestade tropical em que seja hasteado o sinal n.º 8 ou «Storm Surge» vermelho ou superior, sendo que o Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização presta apoio financeiro às pequenas e médias empresas (PMEs) elegíveis para pagamento dos prémios, a fim de aumentar o interesse dos comerciantes, na aquisição deste seguro. Até ao final de Agosto de 2019, foram recebidos 16 pedidos referentes ao seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas e ao respectivo plano de apoio, tendo sido emitidas 8 apólices de seguro, das quais 5 foram aprovadas para o financiamento. As empresas que adquiriram o seguro envolvem sectores de restauração e comércio a retalho e por grosso, entre outros.

VII. Optimização dos serviços públicos, aperfeiçoamento do sistema estatístico e empenho na constituição de equipas íntegras

Lançamento de medidas de simplificação administrativa para conveniência da população e elevação da eficácia e da qualidade dos serviços. Os diversos serviços sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças, deram continuidade à revisão e optimização de procedimentos dos serviços públicos, aumentando instalações para comodidade da população e dos comerciantes. Salienta-se que a DSE e a DICJ optimizaram e acrescentaram, respectivamente, no corrente ano, funcionalidades da linha aberta de serviços ao público; a DSE lançou também serviços de consulta *online* para empresas e de impressão dos certificados de origem no âmbito do Acordo CEPA; a AMCM lançou a versão actualizada das “Instruções sobre Apresentação de Pedidos de Autorização para a Constituição de Sociedades de Locação Financeira” no sentido de facilitar a consulta dos requerentes; a partir de meados de Abril do corrente ano, a DSF permite a antecipação do pagamento dos diferentes conhecimentos de cobrança, prestando serviços mais flexíveis aos contribuintes quando os mesmos tenham essa necessidade; o IPIM lançou, em Janeiro p.p., o “Sistema Online para a Entrega de Documentos sobre Pedido de Autorização de Fixação de Residência Temporária”, promovendo ainda mais a comodidade dos requerentes, e introduziu, em Março, os “Serviços Convenientes para o Registo Comercial nas Nove Cidades da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau”, para prestar serviços gratuitos de processamento dos pedidos do registo comercial às empresas de Macau interessadas em investir naquelas nove cidades da Grande Baía.

Aperfeiçoamento contínuo dos trabalhos de análise estatística e de investigação. Foram reforçados, de forma contínua, o intercâmbio e a cooperação com as instituições estatísticas congéneres, tendo sido aperfeiçoadas as metodologias estatísticas, optimizados os métodos de recolha de dados e melhorada a qualidade de informação, procedendo-se ainda à revisão da divulgação atempada da informação e dados. Além disso, através da colaboração com as instituições estatísticas da Grande Baía, foram estabelecidos mecanismos estatísticos inovadores para recolher dados estatísticos sobre o desenvolvimento quer relativos a residentes, quer a empresas de Macau na Grande Baía.

Aperfeiçoamento dos regimes dos serviços públicos e reforço contínuo da consciencialização de integridade do seu pessoal. Os serviços sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças têm vindo a reforçar constantemente os trabalhos de construção da integridade. Em 2019, continuou-se a convidar o Comissariado Contra a Corrupção (CCAC) para realizar, respectivamente, palestras temáticas em matéria da integridade para os serviços públicos da tutela, de forma a aprofundar a consciencialização do seu pessoal para o cumprimento da lei e a integridade. A par disso, em conjugação com as necessidades do desenvolvimento dos trabalhos dos respectivos serviços públicos e da situação concreta das acções operacionais do pessoal, deu-se continuidade à revisão e ao aperfeiçoamento das orientações internas de trabalho e dos respectivos códigos de conduta.

SEGUNDA PARTE

BREVE RETROSPECTIVA DA GOVERNAÇÃO DO IV GOVERNO DA RAEM (ENTRE 2015 E 2019)

I Promoção do desenvolvimento estável da economia, registando-se os primeiros resultados positivos na diversificação adequada da economia

Intenções iniciais sempre no coração. A promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia não é apenas uma importante tarefa que o Governo Central atribuiu à RAEM, como também o único caminho para Macau alcançar uma prosperidade e estabilidade a longo prazo. Particularmente, face à complexidade e volatilidade dos factores externos, é ainda mais necessário tomarmos precauções previamente, mantendo-nos firmes na inovação e na reforma para reforçar a resiliência da economia local.

Ao longo dos últimos cinco anos, o Governo da RAEM, no seguimento escrupuloso do posicionamento de desenvolvimento de “Um Centro, Uma Plataforma” em torno do mote “atender às necessidades do País e potencializar as vantagens de Macau” e, através do aproveitamento das importantes oportunidades derivadas da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, entre outros projectos, tem trabalhado empenhadamente em prol da criação de um sistema industrial moderno com competitividade a nível internacional, adoptando uma estratégia de “caminhar com ambas as pernas” que visa a elevação da sua própria capacidade e o reforço da cooperação regional, no sentido de cultivar as indústrias emergentes, nomeadamente as convenções e exposições com prioridade dada às conferências, as actividades financeiras com características próprias, a medicina tradicional chinesa, etc., apoiando as micro, pequenas e médias empresas na inovação e auto-aperfeiçoamento, impulsionando a reconversão e valorização das indústrias tradicionais, reforçando a fiscalização sobre o sector do jogo, com empenho focado na exortação às operadoras de jogo a desenvolverem elementos não relacionados com o jogo, procurando, deste modo, ajudar a alargar as margens de desenvolvimento dos residentes locais no que respeita à sua carreira profissional. Com o forte apoio do Governo Central, contando ainda com os esforços conjuntos e empenho de toda a população de Macau, os trabalhos alusivos à difersificação adequada da economia começaram a revelar os primeiros resultados positivos.

Diversificação da estrutura industrial. Em 2013, o valor acrescentado do sector do jogo a preços correntes no produtor na estrutura sectorial de Macau registou uma proporção significativa de 63,1%. Devido a factores internos e externos, a economia de Macau começou a entrar numa fase de ajustamento a partir do 2.º trimestre de 2014, conduzindo a quedas do seu peso na estrutura sectorial de Macau em 2014 (58,5%) e 2015 (48,0%). Em 2016 o sector do jogo retomou a estabilidade, tendo o seu peso na estrutura industrial descido ligeiramente para 46,7%, em termos anuais, enquanto em 2017 esta taxa aumentou para 49,1%. Para além do jogo, as restantes actividades com peso significativo na economia de Macau são as actividades imobiliárias, a construção, o comércio por grosso e a retalho, as actividades financeiras, os alugueres e serviços prestados às empresas, bem como os hotéis e similares.

Em 2017, o valor acrescentado bruto (VAB) de todos os ramos de actividade económica aumentou 41,367 mil milhões de patacas, traduzindo uma subida homóloga de 11,6%.

Aumento, em cerca de 30%, das receitas dos principais sectores não jogo. Entre 2013 e 2017, as receitas dos principais sectores não jogo¹ aumentaram 29,7%, passando de 286,16 mil milhões de patacas em 2013 para 371,18 mil milhões em 2017. Em termos de sector dos serviços, os três sectores não jogo com crescimento mais acentuado nas receitas foram as actividades financeiras (65,1%), as actividades imobiliárias e serviços económicas e comerciais (37,8%), bem como os restaurantes e similares (33,5%). Entretanto, o sector do jogo registou uma descida nas receitas de 26,2%.

Durante os quatro anos de 2013 a 2017, as proporções das receitas entre o sector do jogo e os principais sectores não jogo foram: 1:0,79; 1:0,99; 1:1,54; 1:1,59 e 1:1,39, respectivamente.

Acréscimo, de 20%, do VAB das indústrias emergentes. Em 2017, o VAB das indústrias das convenções e exposições, das actividades financeiras, da medicina tradicional chinesa e das actividades culturais e criativas atingiu 32,083 mil milhões de patacas, mais 23,61% face ao ano de 2015, representando 8,07% do VAB de todos os ramos de actividade económica (+0,79 pontos percentuais).

O rápido desenvolvimento do sector de convenções e exposições e a eficácia na estratégia de prioridade dada às conferências. Os resultados da etapa de teste da “Conta Satélite do Sector das Convenções e Exposições” referentes ao ano de 2017 indicam que, à medida que o número de reuniões aumenta e a escala se expande, o volume total de necessidades dos principais ramos de actividade económica abrangidos pelas actividades de convenções e exposições tem vindo a aumentar gradualmente de ano para ano, sendo respectivamente de 2,45 mil milhões de patacas em 2015, 3,22 mil milhões de

¹ Os principais sectores não jogo englobam: (1) construção; (2) hotéis e similares; (3) comércio por grosso e a retalho; (4) restaurantes e similares; (5) transportes, armazenagem e comunicações (incluindo agências de viagens); (6) actividades financeiras (incluindo bancos, seguros e fundos de pensões), bem como (7) actividades imobiliárias e serviços comerciais e industriais (incluindo actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas).

patacas em 2016 e 6,11 mil milhões em 2017. Deduzido o consumo intermédio, o VAB das actividades de convenções e exposições também registou aumentos homólogos em termos anuais, respectivamente, 1,44 mil milhões de patacas em 2015, 1,81 mil milhões de patacas em 2016 e 3,55 mil milhões de patacas em 2017. Em 2017, o VAB das actividades de convenções e exposições subiu 146,6% face ao ano de 2015. Além disso, o VAB das actividades de convenções e exposições referente ao ano de 2017 representou 0,9% do VAB de todos os sectores e, em comparação com o valor de 0,4%, registado em 2015, e 0,5% registado em 2016, houve um aumento de 0,5 pontos percentuais e 0,4 pontos percentuais, respectivamente.

Com o impulso da estratégia “Prioridade dada às Conferências”, em 2017, foram realizadas um total de 1 285 reuniões, contando com a participação de cerca de 245 000 pessoas, o que representa, respectivamente, um aumento de 7,5% e 39,2%, em termos anuais.

Alargamento gradual do espaço para o desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias. As actividades relacionadas com locação financeira das instituições financeiras de Macau consistem, principalmente, em actividades transfronteiriças. Até final de 2017, havia um total de 7 bancos que tinham empréstimos relacionados com locação financeira não reembolsados (“Unpaid financial lease related loans”), perfazendo um total de 52 casos, no montante de 15,1 mil milhões de patacas, representando um aumento de 22,0% em relação ao mesmo período do ano anterior, sendo que as empresas do Interior da China e de Hong Kong representavam, respectivamente, 70,3% e 28,1% do total dos empréstimos não reembolsados, percentagem calculada com base no valor não pago dos empréstimos no final do prazo estipulado para o efeito.

Em relação à gestão de fortunas, até final de 2017, existiam 6 bancos de Macau a prestar serviço de gestão de fortunas, com cerca de 210 000 clientes e uma carteira de investimentos no valor de mercado de cerca de 177,3 mil milhões de patacas, representando um aumento de 15,1% em relação ao ano anterior. Os residentes de Macau (incluindo o Governo da RAEM) eram os principais clientes do negócio de gestão de fortunas de Macau, representando 91,8% do número total de clientes no final de 2017.

Entre os clientes não residentes de Macau, existiam 222 clientes de gestão de fortunas provenientes dos países integrados na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” (excluindo o Interior da China), principalmente pertencentes à Associação das Nações do Sudeste Asiático, sendo o valor de mercado da carteira de investimentos de cerca de 400 milhões de patacas.

Em relação à actividade de liquidação de RMB, em 2017, o valor da liquidação de RMB em Macau calculado pelo fluxo de numerário, totalizava 761,7 mil milhões de RMB, dos quais 353,3 mil milhões foram processados através do Banco de Compensação em RMB de Macau. O valor de liquidação das instituições financeiras de Macau, através bancos-agentes, foi de 373,6 mil milhões de RMB, enquanto o valor da transferência de fundos entre instituições financeiras de Macau foi de 34,8 mil milhões de RMB.

De acordo com a análise por regiões de actividades, o valor de liquidação dos países integrados na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota” era de 307,9 mil milhões de RMB,

representando 40,4% das liquidações totais, principalmente no Interior da China, Singapura e Tailândia, respectivamente, representando 85,5%, 12,7% e 1,6%.

Desenvolvimento estável da indústria de medicina tradicional chinesa (MTC). Devido à aceleração contínua do ritmo dos trabalhos da construção de *software* e *hardware* do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong–Macau, em Hengqin, o Edifício de Produção GMP (certificação de boas práticas de fabrico) com normas de padronização correspondentes às praticadas no Interior da China e na União Europeia, assim como a plataforma de serviços públicos com funções focadas essencialmente na investigação e desenvolvimento (I&D) e na realização de testes de qualidade, entre outras especificidades técnicas, já se encontram em pleno funcionamento. Além disso, a zona de incubação para o fomento do crescimento das empresas estabelecidas no Parque Industrial está praticamente concluída, tendo atraído empresas e projectos de excelência, tanto da China (incluindo Macau) como do estrangeiro, para se integrarem e formarem uma aglomeração (*clusters*) de uma série de indústrias. A construção da plataforma de investigação científica viabiliza a disponibilização às empresas, incluindo às de Macau, de serviços profissionais na investigação e desenvolvimento de novos produtos e na melhoria da qualidade dos mesmos, fomentando o desenvolvimento inovador da indústria da MTC e promovendo a expansão da respectiva actividade para o mercado internacional.

O registo e o comércio dos produtos de medicina tradicional chinesa, tomando os países de língua portuguesa como pontos de acesso, são benéficos para a internacionalização e industrialização da MTC. Até à presente data, com o apoio do Parque Industrial, vários tipos de produtos das empresas do Interior da China e de Macau foram registados, com sucesso, em Moçambique, tendo estes também sido exportados para esse país, continuando o Parque Industrial a procurar obter autorização para o acesso de mais produtos a esse mercado. Por outro lado, tem-se empenhado, nos últimos dois anos, em prosseguir as ações tendentes ao fortalecimento da troca de informações e da cooperação com a União Europeia nas áreas como sistema regulamentar dos medicamentos tradicionais.

Aumento das actividades não jogo operadas pelas operadoras de jogo e das exercidas nas instalações das mesmas. Em 2017, as receitas das actividades não jogo das operadoras de jogo atingiram 30,674 mil milhões de patacas, mais 28,3% face ao ano de 2015, representando 10,36% do total das operações desenvolvidas (+0,97 pontos percentuais).

Em 2017, existiam 690 empresas não ligadas às operadoras de jogo que operavam, nas instalações destas, actividades alusivas às vendas de produtos gerais e à prestação de serviço pessoais, tendo sido instalados, no total, 1 585 estabelecimentos, dos quais a maioria exercia actividades nos ramos da venda a retalho de vestuário e da restauração. As receitas provenientes destes estabelecimentos atingiram, no total, 38,67 mil milhões de patacas, traduzindo um aumento de 21,8%, em termos anuais.

Aperfeiçoamento do regime jurídico e optimização do ambiente do mercado. À medida que se empenhou em otimizar constantemente os procedimentos de serviços administrativos públicos, a fim de facilitar ainda mais a vida dos residentes e empresários, o

Governo da RAEM procedeu à revisão e ao melhoramento contínuos dos diversos diplomas legais relevantes, com vista ao aperfeiçoamento do regime jurídico. Entre 2015 e Agosto de 2019, foram concluídos os procedimentos legislativos de 30 leis e 29 regulamentos administrativos da área da Economia e Finanças, representando, respectivamente, 40% e 18,24% do total das leis (75) e dos regulamentos administrativos (159) com os respectivos processos legislativos concluídos durante o IV Governo da RAEM. Além disso, na área da Economia e Finanças, encontram-se actualmente em curso de desenvolvimento processos legislativos referentes a 20 leis e 12 regulamentos administrativos, aguardando-se a conclusão dos respectivos trabalhos.

Diversificação da estrutura do emprego. Em 2017 a população empregada em Macau totalizava 380 mil pessoas, 80 mil das quais no sector do jogo (incluindo as actividades de promoção de jogos), representando 21,2% do total. Entretanto, os principais sectores não jogo empregavam 194 mil trabalhadores, correspondendo a 51% da totalidade da população empregada.

Deduzidos da população empregada os TNR que viviam em Macau, existiam em 2017 na RAEM 279 mil residentes empregados, 75 mil dos quais trabalhavam no sector do jogo (incluindo as actividades de promoção de jogos), o que representava um peso de 26,9% relativamente ao total dos residentes empregados. Os principais sectores não jogo absorveram, por seu turno, 134 mil trabalhadores locais, representando 48,0% da totalidade de residentes empregados, com um acréscimo homólogo de 1,5% (+0,3 pontos percentuais).

Em 2017, a mediana do rendimento mensal dos residentes empregados atingiu 19 000 patacas. Em termos do ramo de actividade económica, a mediana do rendimento mais elevada (37 400 patacas) referia-se aos residentes empregados que exerciam actividades nas áreas de administração pública e de segurança social, seguindo-se da produção e abastecimento de electricidade, gás e água (30 000 patacas), da educação (24 000 patacas) e da saúde e acção social (22 000 patacas). Quanto ao sector do jogo, a mediana do rendimento mensal dos residentes empregados situou-se em 20 000 patacas.

Manutenção em baixo nível da taxa de desemprego. Nos últimos cinco anos, independentemente da economia de Macau passar por dificuldades ou se encontrar em vias de recuperação com crescimento moderado, a taxa de desemprego local tem-se mantido em nível relativamente baixo, continuando a taxa de desemprego global e a taxa de desemprego dos residentes a situar-se abaixo de 2% e de 2,7%, respectivamente.

II Integração no grande contexto do desenvolvimento nacional e aceleração da construção de “Um Centro, Uma Plataforma”

Participação proactiva na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. Para uma melhor articulação com o lançamento das Linhas Gerais do Planeamento

para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau (Linhas Gerais) e o plano global de trabalhos do Governo da RAEM relativos à participação na construção e desenvolvimento da Grande Baía, foi estabelecido, em 2018, na área da Economia e Finanças, um mecanismo de coordenação interdepartamental que, com base nas passadas cooperações de Guangdong-Macau e de Hong Kong-Macau e, de acordo com os respectivos trabalhos exigidos nas Linhas Gerais, define metas faseadas, como metas anuais e trimestrais, delineando em pormenor, os respectivos trabalhos e reforçando a cooperação interdepartamental, com vista ao impulsionamento do avanço e da concretização progressivos de todos os trabalhos traçados. Actualmente, os diversos serviços públicos da tutela da Economia e Finanças estão empenhados na promoção do desenvolvimento dos respectivos trabalhos a partir das seguintes quatro vertentes:

- 1. Criação de mecanismos para ajudar os residentes a integrarem-se na Grande Baía.** Em virtude do aperfeiçoamento da rede de defesa dos direitos e interesses dos consumidores da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, o Conselho de Consumidores de Macau (CC), em conjunto com as organizações de defesa do consumidor das nove cidades da Província de Guangdong da Grande Baía e da RAEHK, celebraram, em 10 de Abril de 2018, um Memorando de Cooperação na Área de Defesa dos Direitos do Consumidor da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau que visa fortalecer a partilha de informações e a interacção regional entre as organizações de defesa do consumidor de cidades da Grande Baía, bem como criar um mecanismo de cooperação para encaminhamento e tratamento de queixas, por forma a valorizar plenamente as funções de complementaridade e benefícios mútuos, construindo, em conjunto a rede de defesa dos direitos e interesses de consumidores da Grande Baía. Aliás, segundo o referido Memorando, o CC de Macau foi designado como uma plataforma para encaminhar os casos de reclamação entre as organizações de defesa do consumidor das cidades da Grande Baía e de Portugal, ajudando os residentes de Hong Kong e do Interior da China a resolverem, por via mais rápida e conveniente, os litígios de consumo ocorridos em Portugal. Desde a celebração do referido Memorando até Agosto de 2019, o CC tratou de um total de 250 casos apresentados pelos consumidores provenientes das nove cidades da Província de Guangdong da Grande Baía e de Hong Kong, 91 dos quais foram encaminhados para as diversas organizações de defesa do consumidor da Grande Baía. Além disso, o CC e a entidade congénere de Hengqin, aproveitando a “plataforma de mediação transfronteiriça via vídeo”, resolveram 2 casos de arbitragem de carácter transfronteiriço, o que permitiu aos residentes de Macau envolvidos a recuperação dos prejuízos económicos no valor total de 200 mil patacas.

Para ajudar as empresas e residentes de Macau a melhor integrarem-se na Grande Baía e participarem no desenvolvimento da mesma, proporcionam-se serviços financeiros mais convenientes. O Governo da RAEM assinou, em Abril do corrente ano, um acordo de cooperação com uma instituição bancária comercial do Interior da China (uma das quatro principais instituições bancárias comerciais da China), no intuito de fortalecer ainda mais a cooperação em domínios como serviços financeiros para a população da Grande Baía, formação de talentos na área financeira, plataforma de prestação de serviços financeiros entre a China e os

Países de Língua Portuguesa e actividades financeiras com características próprias de Macau.

2. **Promoção da interligação e da partilha dos recursos da Grande Baía para facilitar a vida dos residentes e da comunidade empresarial.** Em conformidade com o consenso alcançado com as entidades públicas do comércio do Interior da China, a Direcção dos Serviços de Economia (DSE) procede periodicamente à recolha e actualização das informações das empresas com capitais de Macau que se encontram instaladas na Grande Baía, sendo as mesmas compartilhadas imediata e mutuamente com a Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos (DSEC) e o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), através do mecanismo de troca de dados criado entre estas três partes, para que os diversos serviços públicos tenham acesso, atempadamente, às informações mais actualizadas sobre a situação vivida na Grande Baía. De modo a facilitar a obtenção e compreensão, por parte do público, das informações sobre o conjunto das cidades da Grande Baía, a DSE, o IPIM e a DSEC lançaram, nos seus próprios portais oficiais, uma página temática sobre a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau para divulgação da situação das cidades integradas na Grande Baía, suas informações económicas e comerciais e respectivos dados estatísticos, entre outros detalhes.
3. **Alargamento da cobertura do serviço intitulado “entrega de serviços ao domicílio” para a Grande Baía.** O Gabinete de Representação do IPIM em Guangzhou avançou, em 2019, com medidas destinadas a aperfeiçoar e ajustar os serviços prestados, as quais incluíram a organização periódica, em conjunto com as instituições associativas relacionadas, da actividade intitulada “Intercâmbio e partilha de dados entre os jovens da Grande Baía e de Macau” onde as pequenas e médias empresas, os profissionais e os amigos jovens foram convidados para trocaram ideias sobre vários temas relacionados com os residentes de Macau, tais como estudo transfronteiriço, estágios, emprego e empreendedorismo. Além disso, foram encetadas acções no sentido de melhorar o serviço na modalidade de “entrega de serviços ao domicílio”, assim como o mecanismo de retribuição de visitas periódicas, acompanhando de perto e de forma contínua as empresas ou organizações visitadas, de modo a prestar-lhes oportunamente apoios necessários.
4. **Intensificação do intercâmbio com as cidades integradas na Grande Baía.** A DSE efectuou, em Maio e Junho de 2018, visitas às nove cidades da Grande Baía onde, para além de se ter reunido com os dirigentes das entidades públicas do comércio, foram criadas com as mesmas plataformas de comunicação com vista a reforçar a articulação dos trabalhos a desenvolver no futuro, tendo também organizado delegações compostas por comerciantes e empresários dos diversos sectores de Macau para Jiangmen e Foshan, para visitas de estudo, intercâmbio e prospecção de parcerias.

Grande progresso na construção do Parque Industrial de Cooperação Guangdong-Macau em Hengqin. Sendo um projecto-chave de cooperação entre

Guangdong e Macau, o Governo da RAEM tem envidado esforços para acelerar a construção do referido Parque Industrial, tendo alcançado novos progressos. No que se refere à captação de negócios, desde a primeira ronda da captação ocorrida em 2013, e mediante avaliação, o Governo da RAEM recomendou, respectivamente em 2014 e 2016, um total de 83 projectos elegíveis para a entrada no Parque Industrial. Até finais de Agosto de 2019, 23 projectos tiveram terrenos concedidos e foram iniciadas as obras de construção, envolvendo principalmente indústrias de turismo e lazer, cultura e criatividade, alta e nova tecnologia, investigação e desenvolvimento científico e educacional, comércio e logística. Com a conclusão das obras de um projecto, espera-se que 6 a 7 projectos sejam concluídos ou entrem em funcionamento no corrente ano, acreditando-se que serão benéficos para as pequenas e médias empresas e residentes de Macau que procuram um novo espaço de desenvolvimento. A fim de aumentar a participação activa de Macau na construção do Parque, e para que mais empresas locais possam optar pela entrada e desenvolvimento no mesmo, o Governo da RAEM e o novo distrito de Hengqin reestruturaram e optimizaram, em conjunto, o mecanismo e as condições de avaliação dos projectos elegíveis para recomendar ao Parque, tendo reiniciado, em 31 de Dezembro de 2018, a captação de negócios para o Parque Industrial. O novo critério de avaliação consiste em requisitos mais claros e exigentes para os projectos candidatos no desenvolvimento industrial e no investimento. As indústrias-alvo focam-se em alta e nova tecnologia, indústrias emergentes estratégicas, serviços de *high-end*, propícias para a construção da “Uma Faixa, Uma Rota” e da “Região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”. Ao mesmo tempo, os projectos candidatos devem prever o investimento em determinada escala em Macau, a fim de articular com a promoção da diversificação adequada da economia local. Desde Dezembro de 2018 até Agosto de 2019, o IPIM recebeu um total de 67 projectos candidatos, envolvendo diversas áreas como alta e nova tecnologia, investigação e desenvolvimento científico e tecnológico, comércio e serviços comerciais, serviços financeiros, cultura e criatividade, turismo e lazer, restauração, saúde e higiene, convenções e exposições.

Estabelecimento do Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau e estabelecimento de um novo modelo de cooperação financeira regional. Para otimizar a alocação diversificada dos activos da Reserva Financeira, Guangdong e Macau estabeleceram em conjunto o “Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau” (Fundo Guangdong-Macau) em 2018. Ambas as partes acordaram, relativamente às receitas dos investimentos da parte de Macau, na adopção de uma orientação centrada na preservação do capital, na garantia de rendimentos fixos e na partilha eventual de receitas adicionais. No âmbito do Fundo, os investimentos foram, principalmente, aplicados em projectos de infra-estruturas de alta qualidade na Província de Guangdong, favoráveis à economia e ao bem-estar das populações das duas jurisdições e associados à construção da Zona de Comércio Livre de Guangdong e da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. O Fundo Guangdong-Macau é um modelo inovador para o desenvolvimento da cooperação regional e financeira entre as duas jurisdições e constitui um importante ponto de entrada de Macau na Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e, além do surgimento de mais oportunidades de investimentos para Macau através da cooperação regional, poderão ser criadas oportunidades de aprendizagem e estágios para os jovens de Macau, ajudada a integração de Macau no panorama do desenvolvimento global do País e estimulado o avanço da diversificação adequada da economia local.

Actualização do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau (CEPA) em todas as vertentes. Em Novembro de 2015, o Interior da China e Macau celebraram o Acordo sobre Comércio de Serviços no âmbito do CEPA. Desde a sua implementação em 1 de Junho de 2016, um total de 153 sectores de serviços do Interior da China foi liberalizado relativamente a Macau, simbolizando, deste modo, a concretização básica da liberalização do comércio de serviços entre o Interior da China e Macau. Em 18 de Dezembro de 2017, foram celebrados, entre as duas partes, dois acordos, designadamente, o «Acordo de Investimento» e o «Acordo de Cooperação Económica e Técnica». Estes dois documentos, enquanto componentes importantes da Versão Actualizada do Acordo CEPA, constituem uma garantia institucional para a cooperação e intercâmbio das duas jurisdições nas vertentes económica e comercial, contribuindo para a promoção do desenvolvimento da diversificação do tecido industrial local, representando ainda uma importante iniciativa de apoio à integração de Macau no grande contexto do desenvolvimento nacional. Em Dezembro de 2018, foi assinado entre o Interior da China e Macau o Acordo sobre Comércio de Mercadorias no âmbito do CEPA, que entrou em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2019. Com a pretensão de elevar amplamente o nível de facilitação em matéria do comércio, este Acordo, através da definição de metodologias mais flexíveis na determinação de origens de produtos e no estabelecimento dos critérios de origem respeitantes, proporciona condições mais favoráveis para o acesso, por parte dos produtos de Macau, ao benefício de isenção de direitos aduaneiros, promovendo, deste modo, o desenvolvimento sustentável da indústria transformadora de Macau. O Acordo em si prevê ainda a implementação, a título experimental, das medidas inovadoras sobre a facilitação de desalfandegamento de mercadorias no seio da Grande Baía, apoiando a integração dos diversos sectores de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional, prestando assim contributo para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia local.

Por outro lado, tendo em consideração o alargamento contínuo das áreas de cooperação entre o Interior da China e Macau, nos domínios económico e comercial e, no intuito de responder às novas necessidades conjunturais derivadas da nova era, o Governo da RAEM e o Ministério do Comércio da China alcançaram, no ano passado, consenso na optimização do anterior mecanismo de trabalho, tendo, por este motivo, sido constituída, formalmente, em Dezembro de 2018, a Comissão para a Cooperação Económica e Comercial entre o Interior da China e Macau. Conforme o novo mecanismo de trabalho criado, foram criados, no âmbito desta Comissão, cinco grupos específicos/comissões, nomeadamente a Comissão de Acompanhamento Conjunta no âmbito do Acordo CEPA, o grupo específico para a cooperação na construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, o grupo específico para a construção da Grande Baía Guangdong–Hong Kong–Macau em matérias económica e comercial, o grupo específico para o apoio à construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa e o grupo específico para os assuntos de intercâmbio económico e comercial bilateral.

Promoção contínua da construção dos “Três Centros” no enquadramento da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa com o intuito de fomentar o intercâmbio e a ligação com os

Países de Língua Portuguesa. Os Três Centros traduzem a realização concreta da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, cuja construção está a ser realizada de forma ordenada. Com os esforços despendidos desde há vários anos, o papel de Macau enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa tem-se destacado de forma exponencial e tem alcançado resultados de forma faseada. As trocas comerciais entre a China e os Países de Língua Portuguesa assinalaram uma subida de US\$ 132,6 mil milhões em 2014 para US\$ 147,4 mil milhões em 2018, com um crescimento de cerca de 11%.

Com o intuito de coordenar, de uma forma geral, os trabalhos relativos à Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Governo da RAEM estabeleceu, em Fevereiro de 2016, a Comissão para o Desenvolvimento da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa que é presidida pelo Chefe do Executivo e tem como missão o estudo e a elaboração de medidas e políticas necessárias para a construção de Macau como uma Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Desde o início do ano de 2015 até ao final de Agosto de 2019, os diversos trabalhos promovidos pelo IV Governo da RAEM, em prol da promoção da construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, alcançaram progressos e resultados significativos, nomeadamente no que se refere às seguintes áreas:

- A construção do Centro de Distribuição dos Produtos Alimentares dos Países de Língua Portuguesa contribuiu para a dinamização do comércio de mercadorias entre Macau e os Países de Língua Portuguesa, tendo o valor das trocas comerciais aumentado de 580 milhões de patacas no final de 2014 para 810 milhões de patacas em 2018, a par da concretização da venda de produtos alimentares dos países lusófonos no mercado do Interior da China através das empresas agenciadoras de Macau;
- No âmbito da construção do Centro de Convenções e Exposições para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, foram introduzidos, de forma contínua, mais elementos relacionados com os países lusófonos nas principais convenções e exposições económicas e comerciais de Macau;
- Relativamente à construção do Centro de Serviços Comerciais para as Pequenas e Médias Empresas da China e dos Países de Língua Portuguesa, foi intensificada, de forma ininterrupta, a cooperação com as regiões e províncias do Interior da China para, em conjunto, identificar prospecções empresariais no exterior, tendo sido organizadas periodicamente delegações empresariais aos países de língua portuguesa para visitas de estudo e intercâmbios.

Os trabalhos desenvolvidos promoveram não apenas a realização de mais projectos de parceria empresarial entre a China os Países de Língua Portuguesa, mas também a participação das PME de Macau em actividades de intercâmbio relevantes e, por

consequente, o estabelecimento entre estas e as provenientes dos países da Lusofonia dos laços de contacto e cooperação para, em conjunto, encontrar oportunidades e explorar novos mercados.

Sendo uma das principais medidas para a construção de Macau como uma Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Portal para a Cooperação na Área Económica, Comercial e de Recursos Humanos entre a China e os Países de Língua Portuguesa foi lançado no primeiro dia de Abril de 2015, tendo como objectivo proporcionar informações sobre convenções e exposições, leis e regulamentos sobre o exercício de negócios, economia e comércio, informações sobre os produtos alimentares dos países de língua portuguesa, talentos bilingues em Chinês e Português e outros serviços profissionais.

Relativamente à construção da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e aproveitando a promoção do desenvolvimento de actividades de locação financeira e do serviço de liquidação em RMB para os países de língua portuguesa, o Governo da RAEM tem-se empenhado em promover a cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa nas áreas industrial, financeira e comercial. O IPIM, a AMCM e o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa realizaram, em conjunto, inúmeras deslocações à Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e a outras províncias e municípios do Interior da China, com vista a promover as actividades financeiras com características próprias de Macau, prestando apoio às empresas do Interior da China interessadas em explorar o mercado dos países de língua portuguesa a tirarem o melhor proveito das vantagens singulares financeiras de Macau.

A Federação Empresarial da China e dos Países de Língua Portuguesa que foi oficialmente criada no mês de Outubro de 2016, tem por objectivo intensificar o contacto e intercâmbio entre o sector empresarial da China, dos países de língua portuguesa e de Macau. Os diversos trabalhos desta Federação encontram-se a ser desenvolvidos pela Comissão de Orientação criada para o dito efeito, com membros compostos por entidades de promoção de comércio e de investimento do Interior da China, de Macau e dos países de língua portuguesa.

Realização bem-sucedida da 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau e construção acelerada do “Complexo de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa”. Em Outubro de 2016 foi realizada com êxito em Macau a 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau. Os países membros do Fórum de Macau assinaram o «Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial (2017-2019)» e o «Memorando de Entendimento sobre a Promoção da Cooperação da Capacidade Produtiva do Fórum de Macau». Nesta Conferência Ministerial, foram anunciadas, por parte da China, 18 medidas que visavam aprofundar a cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa membros do Fórum de Macau, valorizando ainda mais o papel de Macau enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Durante a 5.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau, foi oficialmente iniciada a construção do “Complexo de Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” que, uma vez finalizadas as obras, será o local destacado para a realização das futuras conferências ministeriais. Dotado de uma

multifuncionalidade virada para a China e os países lusófonos nas vertentes que abrangem intercâmbio económico e comercial, serviços empresariais, convenções e exposições, exposição cultural e formação de talentos entre outras, este Complexo servirá de um importante suporte para Macau desenvolver as suas funções enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, desempenhando também um papel relevante na promoção do intercâmbio e contacto entre a China e os países de língua portuguesa. Segundo a previsão, a 1ª fase da construção do Complexo deverá ser finalizada no final de 2019. A par disso, os trabalhos preparativos para a realização da 6.ª Conferência Ministerial do Fórum de Macau têm sido desenvolvidos, de forma proactiva, ao longo do ano de 2019.

Realização, com dinamismo, de actividades promocionais do comércio e investimento, dinamizando a cooperação económica e comercial e a cooperação em capacidade produtiva entre a China e os Países de Língua Portuguesa, incentivando o intercâmbio, a cooperação e a conjugação orgânica entre a “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” e a iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, as províncias e regiões localizadas no Pan-Delta do Rio das Pérolas e a Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau. A fim de contribuir para que o papel de Macau possa ser potencializado, em grande medida, enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e implementar o conteúdo relevante do Plano de Acção para a Cooperação Económica e Comercial no que toca ao reforço da cooperação entre as províncias e cidades, o Secretariado Permanente do Fórum de Macau tem coordenado e apoiado activamente as províncias e cidades do Interior da China a desenvolverem cooperações com os países de língua portuguesa através de Macau. Realizaram-se com sucesso, mediante apoio de Macau, 8 edições da Cimeira para o Desenvolvimento Comercial e Industrial entre a Província de Jiangsu, Macau e os Países de Língua Portuguesa, na Província de Jiangsu. Desde a sua criação, a Cimeira tem-se dedicado a promover a convergência das indústrias e o intercâmbio cultural e humanístico entre Jiangsu, Macau e os países de língua portuguesa, tornando-se uma valiosa plataforma de intercâmbio e cooperação entre Jiangsu, Macau e os países lusófonos. Além disso, têm sido efectuadas activamente visitas a Zhejiang, Hubei, Hunan, Anhui, Jiangsu, Fujian, Guangdong, Guangxi, entre outras províncias e cidades, incentivando o reforço do intercâmbio e cooperação bilateral entre empresas do Interior da China e dos países de língua portuguesa. No que concerne à cooperação no âmbito da capacidade produtiva, tem-se empenhado activamente em construir a plataforma de intercâmbio e incentivar as empresas a expandirem o espaço de cooperação da capacidade produtiva. A par disso, têm sido organizados activamente encontros empresariais e visitas de prospecção, na perspectiva de desenvolver a cooperação da capacidade produtiva, aproveitando as oportunidades dadas pela participação no Fórum Internacional sobre o Investimento e Construção de Infra-estruturas, entre outras actividades locais de grande dimensão, assim como deslocações aos países de língua portuguesa e às províncias e cidades do Interior da China. A fim de articular com a orientação do 13.º Plano Quinquenal Nacional em prol do posicionamento de desenvolvimento de Macau, no sentido de aceleração da construção da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, dando seguimento aos resultados frutíferos obtidos na sequência das duas

sessões de diálogo de alto nível sobre serviços financeiros com características próprias, realizadas em Macau no passado, a AMCM, organizou, com sucesso, a “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) – 2019”, em finais de Maio do corrente ano. Este evento contou com a participação de cerca de 350 representantes provenientes das diversas instituições financeiras do Interior da China, de Macau e dos países lusófonos que debateram e trocaram empenhadamente ideias sobre a promoção da cooperação financeira sino-lusófona e a valorização do papel de Macau como plataforma, entre outros assuntos.

Valorização das vantagens de Macau como plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os países lusófonos para promover o desenvolvimento da indústria de diamantes e jóias de Macau, incrementando os elementos da indústria transformadora de Macau, fomentando o seu desenvolvimento e melhoramento da sua qualidade e, dando apoio à construção do “Centro de Regularização das Transacções em RMB para os Países de Língua Portuguesa”. O Governo da RAEM iniciou, em 2017, os trabalhos preparatórios para a implementação, em Macau, do “Sistema de Certificação do Processo de *Kimberley*”, efectuando continuamente, através da cooperação com a Administração Geral das Alfândegas da China e outros organismos, contactos e negociações com as entidades congéneres do Interior da China sobre diversas matérias, tais como, instalações de apoio de *software* e *hardware*, operações práticas, medidas de vigilância, formação profissional. Posteriormente em Outubro de 2018, foi assinado com a Administração Geral das Alfândegas da China, o “Acordo sobre o Apoio a Macau na Aplicação do Sistema de Certificação do Processo de *Kimberley*”, estipulando os planos de cooperação bilateral aquando da aplicação desse sistema em Macau. A Lei n.º 15/2019 (“Lei relativa à aplicação do Sistema de Certificação do Processo de *Kimberley* para o comércio internacional de diamantes em bruto”) e o respectivo regulamento administrativo complementar entraram oficialmente em vigor a partir do dia 1 de Outubro de 2019.

Além disso, o IPIM firmou, em Junho de 2018, uma relação de parceria com uma plataforma de transacções de diamantes de Shanghai, visando, através desta plataforma e do aproveitamento das vantagens de Macau enquanto uma Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, promover o comércio de diamantes e pedras preciosas entre os países lusófonos e a China, dando assim apoio ao desenvolvimento do comércio internacional de diamantes em Macau. Além disso, o Governo da RAEM autorizou o funcionamento em Macau de uma plataforma de transacções de diamantes e pedras preciosas, facto este que, associado à implementação do Sistema de *Kimberley*, permite criar condições para Macau se transformar gradualmente como um centro internacional de transacções de diamantes e pedras preciosas, dinamizando o crescimento dos sectores de transformação e *design* de pedras preciosas locais, enriquecendo o conteúdo da indústria transformadora de Macau e fomentando o seu desenvolvimento e o aperfeiçoamento da sua qualidade. Entretanto, nota-se que o desenvolvimento das referidas actividades comerciais internacionais exige também o apoio dos serviços financeiros complementares, o que favorecerá a construção em Macau do Centro de Regularização das Transacções em RMB.

Melhor aproveitamento da Reserva Financeira em prol da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. Em 2016, aquando da visita a Macau do primeiro-ministro do Conselho de Estado, Li Keqiang, foram propostas novas medidas de apoio do Governo Central para Macau, tendo o Governo da RAEM promovido, oportunamente, a participação dos fundos da Reserva Financeira na construção da iniciativa nacional “Uma Faixa, Uma Rota”, aproveitando os benefícios da participação no desenvolvimento económico nacional e nos projectos de investimento e financiamento “Uma Faixa, Uma Rota”, otimizando ainda a alocação dos activos da Reserva Financeira. Por outro lado, a Autoridade Monetária de Macau (AMCM) iniciou negociações com o “Fundo da Rota da Seda”, o “Fundo de Cooperação para a Capacidade Produtiva China-América Latina” e o “Fundo para a Cooperação da Capacidade Produtiva China-África”, para o desenvolvimento da cooperação na área dos investimentos. Em 2018, a AMCM e o “Fundo da Rota da Seda” assinaram um «Memorando de Cooperação sobre a Plataforma de investimento conjunto para a Construção do “Uma Faixa, Uma Rota” entre a Sociedade do Fundo da Rota da Seda, S.A. e a Autoridade Monetária de Macau» para iniciar a cooperação sob a forma de estabelecimento de uma plataforma de investimento conjunto. Além disso, a AMCM continuou a negociar com o “Fundo de Cooperação para a Capacidade Produtiva China-América Latina” e o “Fundo para a Cooperação da Capacidade Produtiva China-África”, esforçando-se para chegar a um consenso sobre modelos de cooperação específicos.

Entretanto, para além dos gabinetes de ligação localizados em Hangzhou, Chengdu, Shenyang e Fuzhou, o IPIM mudou, em 2017, o gabinete de ligação originalmente localizado na cidade de Jieyang para a cidade de Guangzhou, elevando a sua posição para um gabinete de representação nesta cidade, tendo ainda estabelecido mais um gabinete de representação na cidade de Wuhan. E em 2018, foi também elevado o estatuto de quatro gabinetes de ligação instalados no Interior da China para gabinetes de representação. Os seis gabinetes de representação do IPIM prestam uma rede de serviços para 31 províncias e regiões do Interior da China, e continuamente optimizam as suas funções de serviço para promover a cooperação económica e comercial entre o Interior da China, Macau e os países de língua portuguesa e os países ao longo do percurso de “Uma Faixa, Uma Rota”. Além do mais, são prestados serviços a residentes de Macau, especialmente a jovens, que investem, trabalham ou estudam no Interior da China.

III Optimização das medidas políticas, apoiando o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”

Resultados evidentes na promoção do desenvolvimento da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”. Nas Linhas de Acção Governativa para o ano de 2016, o Governo da RAEM apresentou a estratégia

de desenvolvimento da indústria de convenções e exposições com “Prioridade dada às Conferências”, esperando que pudesse promover a indústria no sentido de aperfeiçoar a qualidade com base no progresso obtido. Em 2017, o valor acrescentado bruto (VAB) da indústria de convenções e exposições de Macau, no âmbito dos seis principais sectores relevantes, totalizou 3,548 mil milhões de patacas, representando 0,9% do VAB de todas as indústrias, bem como um aumento de quase 147% face aos 1,44 mil milhões de patacas registadas em 2015. Em 2018, foram realizadas 1 427 actividades de convenções e exposições em Macau, mais 164 (+13,0%) comparativamente às realizadas em 2015, com decréscimo do número de participantes e visitantes (212 000 pessoas), menos 15,8% face ao ano de 2015. De entre essas actividades, 1 342 foram reuniões e conferências, representando 95% do total, mais 179 quando comparadas com as 1 163 em 2015, tendo o número de reuniões e conferências com duração igual ou superior a 4 horas (904) e com duração inferior a 4 horas (438) sido registado aumentos de 93 e 86, respectivamente. O número de participantes de reuniões e conferências totalizou 296 000, o que resultou num aumento de 20,5% em termos anuais; nas reuniões e conferências com uma escala de mais de 200 participantes cada, registaram-se 239 000 participantes, representando um aumento de 24,3% em termos anuais. Quanto ao número de reuniões e conferências realizadas em Macau anualmente, registou-se um crescimento estável, sendo parte das quais de marcas de qualidade com escala relativamente considerável.

Optimização e integração das funções dos serviços públicos e respectivas medidas de apoio para promover a mercantilização, o profissionalismo e a internacionalização da indústria de convenções e exposições. Para melhor planear e implementar os trabalhos de promoção do desenvolvimento da indústria de convenções e exposições, procedeu-se, a partir de 2016, ao ajustamento da divisão de trabalhos dos respectivos serviços públicos, passando o IPIM a ser responsável pela coordenação dos trabalhos relacionados com a indústria de convenções e exposições e pela implementação de diversos programas especiais de apoio à mesma. Ao mesmo tempo, foi dada continuidade à optimização das políticas e medidas de apoio para promover o desenvolvimento e melhoramento da qualidade da indústria de convenções e exposições, nomeadamente, através de ajustamentos às medidas de incentivo, apoio administrativo, formação de talentos e intercâmbios internacionais, tendo em vista apoiar o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições em direcção à mercantilização e internacionalização. Das medidas de apoio, destacam-se o aumento do apoio às entidades locais para licitação de convenções e exposições no exterior e a prestação de apoio financeiro às associações e câmaras de comércio locais para pagamento de cotas de adesão às organizações regionais e internacionais do sector, relativos ao ano 2015; em 2017, introduziram-se subsídios de transporte aos organizadores do MICE, para incentivar um maior número de visitantes profissionais a entrarem em contacto e fazerem compras nos diversos bairros comunitários; tem-se estimulado os operadores de convenções e exposições locais a participarem nas formações, a fim de elevar o nível profissional de serviço; tem-se apoiado, ainda, a indústria de convenções e exposições de Macau a aprender, com outros países e regiões, a experiência de realizar eventos mediante o intercâmbio externo, aproveitando, assim, para manter-se actualizada sobre a evolução da indústria.

Melhoramento na qualidade dos projectos de feiras e exposições. Em 2018, realizaram-se 60 exposições, representando uma descida de 23,1% em comparação com as 78 realizadas no ano de 2015. Em relação às exposições sob a organização do Governo em 2018, num total de 7, o número de visitantes foi de 279 000, mais 14,4% em comparação com o ano de 2015; 53 exposições foram organizadas por entidades não-governamentais, contando com 1 486 000 visitantes, o que representou uma diminuição de 30,9% relativamente ao ano de 2015. As receitas das exposições organizadas por entidades não-governamentais foram de 181 milhões de patacas no ano de 2018, menos 22,0% quando comparadas com as apuradas em 2015, no valor de 232 milhões de patacas; é de destacar que foram de 69,88 milhões de patacas os subsídios concedidos pelo Governo ou por outras instituições, cuja percentagem nas respectivas receitas foi de 38,7%, tendo assim diminuído em comparação com 54,6% no ano de 2015, ou seja, um decréscimo de cerca de 15,9 pontos percentuais. Relativamente às receitas das 53 exposições organizadas por entidades não-governamentais em 2018, depois de subtrair as despesas efectivas, registou-se um saldo de 40,74 milhões de patacas, melhor do que a situação no ano de 2015 em que foi registado um *deficit* de 1,849 milhões de patacas. Estes resultados reflectem que a indústria de convenções e exposições tem vindo a evoluir gradualmente em direcção à mercantilização.

Introdução de mais projectos de convenções e exposições de qualidade para a sua realização em Macau. Entre inícios de 2015 e finais de Agosto de 2019, foram acompanhados 650 projectos de convenções e exposições através do serviço de Agência Única para Licitação e Apoio em Macau das Actividades MICE, os quais integravam 441 convenções, 183 exposições e 26 eventos mistos. O número de convenções de grande escala realizadas anualmente em Macau continuou a aumentar de forma estável, tendo sido captadas mais de 60 convenções com escala de mais de 1 000 participantes entre 2016 e 2018, destacando-se as 28 convenções realizadas em 2018, com escala de 1 000 pessoas, que representaram um aumento de quase 50% face ao ano de 2017. Com o intuito de captar, de modo eficaz, mais projectos para a realização, em Macau, de convenções profissionais internacionais de qualidade, o IPIM lançou, em 2017, o programa de “Embaixador de Convenções”, para o qual foram convidadas seis personalidades de renome e grande prestígio provenientes de Macau, do Interior da China e do exterior e especializadas em áreas como medicina, arquitectura, desporto, informática e química, para assumirem o papel de “Embaixador de Convenções”; o referido programa captou com sucesso diversas convenções profissionais para serem realizadas em Macau, incluindo convenções profissionais sobre estomatologia e tecnologia de informação, realizadas, respectivamente, em Junho e Agosto de 2018.

Fomento gradual das várias feiras e exposições de marca local com reconhecimento internacional alcançado para a indústria de convenções e exposições. Com os esforços conjuntos do Governo da RAEM e do sector MICE, foi fomentada, gradualmente, uma série de feiras e exposições de marca de Macau, nomeadamente o “Fórum e Exposição Internacional de Cooperação Ambiental de Macau” (MIECF), a “Feira Internacional de Macau” (MIF) e a “Feira de Produtos de Marca da Província

de Guangdong e Macau". Até ao final de Agosto de 2019, foram acreditadas um total de 8 exposições de Macau pela Associação Global da Indústria de Exposições (UFI), ou seja, 5 exposições mais que 3 registadas no final de 2014. A par disso, de acordo com o Relatório Anual da Associação Internacional de Congressos e Convenções (ICCA) 2018, publicado em Maio de 2019 pela mesma Associação, foram reconhecidas 39 actividades de convenções internacionais realizadas em Macau, o que fez com que Macau subisse do 93.º lugar em 2015 para 71.º lugar no ranking de todas as cidades do mundo. No que toca ao ranking das cidades da Ásia-Pacífico, a RAEM também subiu ao 17.º lugar. Ao mesmo tempo, a indústria de exposições tem crescido continuamente, daí que a 14.ª Edição do Relatório Anual da Indústria de Feiras Comerciais na Ásia, publicada em Julho de 2018 pela Associação Global da Indústria de Exposições (UFI), refere que Macau é um dos mercados de exposições mais novos e pequenos na Ásia, mas tem-se destacado como o mercado de exposições com melhor desempenho nos últimos cinco anos. Em Agosto p.p., Macau foi distinguida com o prémio "Melhor Cidade MICE da Ásia" (Best MICE City - Asia), durante a primeira edição dos "M&C Asia Stella Awards 2019" realizada em Singapura.

Melhoramento gradual das instalações de software e hardware para convenções e exposições, com expositores e participantes da MICE a promover o consumo nos bairros comunitários. Depois de vários anos de fomento e desenvolvimento, chegou a existir um total de 98 estabelecimentos disponíveis para prestarem serviços de realização de conferências e exposições em 2017, ou seja, uma subida de 46,3% em relação a 2015; o número de trabalhadores ao serviço foi de 427, tendo aumentado 14,5% em relação a 2015, reflectindo um crescimento dos participantes no mercado, o valor acrescentado bruto do próprio sector de serviços de organização de conferências e exposições também aumentou em conformidade, de 70 milhões de patacas em 2015 para 107 milhões de patacas em 2017, correspondente a um aumento de mais de 50%. Com a melhoria de qualidade das actividades de convenções e exposições de Macau, o número de visitantes empresariais de alto nível a Macau está a aumentar dia a dia, pelo que o IPIM lançou uma série de acções nos últimos anos para organizar e incentivar os visitantes de convenções e exposições a passearem e fazerem compras nos bairros comunitários. Do início de 2015 até ao final de Agosto de 2019, o IPIM conduziu mais de 86 000 visitantes de convenções e exposições para viajar e consumir nos bairros comunitários, revitalizando assim o desenvolvimento da economia comunitária local.

IV Empenho no fomento da construção do "Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau", dando apoio à promoção da normalização, mercantilização e internacionalização da indústria da medicina tradicional chinesa

Ao longo dos últimos anos, o ritmo de crescimento do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da Cooperação Guangdong-Macau, em Hengqin

(doravante designado por Parque Industrial) tem vindo a aumentar progressivamente. O Parque Industrial está empenhado, por um lado, em tirar pleno partido das vantagens próprias na qualidade de plataforma de serviços públicos, no sentido de atrair mais empresas e projectos de excelência, quer provenientes de Interior da China quer do exterior, incluindo os de Macau, para se estabelecerem no Parque Industrial, formando assim uma aglomeração (*clusters*) industrial e, por outro, em fomentar o crescimento das empresas estabelecidas no Parque, mediante a criação de condições favoráveis à evolução do sector e o aproveitamento eficaz dos recursos vantajosos de diversa ordem, procurando assim dar o seu contributo para a promoção da diversificação adequada da economia de Macau. O Presidente Xi Jinping, na sua visita ao Parque Industrial em Outubro de 2018, reconheceu o papel do mesmo no impulsionamento do desenvolvimento da MTC e da diversificação adequada do tecido industrial de Macau, tendo dado também importantes instruções em prol do desenvolvimento da MTC e da construção do referido Parque Industrial.

Integração de recursos vantajosos em prol da construção da plataforma de serviços públicos. Dotado de uma área de cerca de 120 mil metros quadrados e observando as normas de padronização praticadas no Interior da China e na União Europeia no âmbito da certificação de boas práticas de fabrico (GMP), o Edifício de Produção do GMP e a plataforma de serviços públicos com funções focadas essencialmente na investigação e desenvolvimento (I&D) e na realização de testes de qualidade, entre outras especificidades técnicas, já se encontram em pleno funcionamento, estando praticamente concluída a construção da zona de incubação destinada à formação e ao desenvolvimento das empresas estabelecidas no Parque Industrial. Os projectos complementares do sistema de serviços de investigação científica também estão basicamente concluídos, os quais, em conjunto com os suportes existentes, proporcionam às empresas, incluindo às provenientes da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, melhores condições e maiores margens de desenvolvimento na vertente de inovação tecnológica. No respeitante ao desenvolvimento do sistema de serviços de investigação científica, estão já constituídas a equipa de investigação e desenvolvimento técnico e a equipa de serviços de investigação científica, compostas por elementos oriundos das autoridades da Supervisão e Administração dos Medicamentos da Província de Guangdong e do Centro de Estudos Técnicos e das Políticas Estratégicas da Medicina Tradicional Chinesa, especialistas convidados com distinção profissional do Interior da China e do estrangeiro, a par de introdução dos diversos projectos-chave de investigação científica para o efeito.

Contributo para o desenvolvimento da indústria da medicina tradicional chinesa, servindo o Parque Industrial como meio de suporte. A construção da plataforma de investigação científica viabiliza e apoia as empresas de Macau nos trabalhos de investigação e desenvolvimento de novos produtos e melhoria da qualidade dos mesmos. Desde finais de 2018 até ao fim de Agosto de 2019, o Parque Industrial tem prestado apoio, por um lado, a três empresas de Macau na investigação e no desenvolvimento de 10 novos produtos e, por outro, a uma empresa local no aperfeiçoamento da qualidade de 2 tipos de produtos que já se encontram em comercialização no mercado, tendo ajudado também um produto tradicionalmente reconhecido e vendido neste território a expandir, pela primeira vez e com

sucesso, os seus negócios para o mercado internacional. Ademais, têm-se desenvolvido acções de formação profissional e de orientações sobre empreendedorismo, na perspectiva de reforçar as técnicas das empresas instaladas no Parque Industrial, nomeadamente no âmbito de prospecção empresarial, desenvolvimento operacional, etc. Entre o início de 2018 e finais de Agosto de 2019, o Parque Industrial já organizou 19 edições de cursos, em matérias de registo de produtos, de candidatura a projectos tecnológicos, de pedido de patentes, de investimento financeiro, entre outras acções de formação específicas, que atraíram uma participação aproximada de mais de 540 empresas, totalizando cerca de 1 240 participantes. Por outro lado, de entre as 36 empresas de Macau já registadas e estabelecidas no Parque Industrial, 27 são empresas formadas através da plataforma do Parque Industrial, 14 pertencem às empresas formadas recentemente em medicina chinesa, 13 recém-criadas sob investimento de empresas antigas da MTC criadas em Macau. Estes factos evidenciam o papel positivo que o Parque Industrial tem vindo a desempenhar no fomento do crescimento e do desenvolvimento das empresas de MTC de Macau.

Promoção do registo e do comércio dos produtos de medicina tradicional chinesa, estabelecendo como ponto de partida os países de língua portuguesa para prosseguir com a internacionalização e industrialização dos produtos da respectiva indústria. A partir de 2015 e, tomando os países de língua portuguesa como ponto de partida, o Parque Industrial tem prestado apoio às empresas (incluindo às de Macau) no registo dos seus produtos da MTC nos países de língua portuguesa, procurando, através desta forma, estabelecer gradualmente redes de cooperação que ligam à ASEAN, à África e à União Europeia. Além disso, tem-se empenhado na promoção dos produtos da MTC em Moçambique, adoptando uma estratégia de “introdução de medicamentos através da sua aplicação no tratamento médico”, a fim de introduzir e divulgar os produtos já registados nos hospitais públicos e junto da população em geral daquele país. Lançaram-se no início de 2017 os trabalhos relativos ao registo dos medicamentos tradicionais em Moçambique. Desde então até Agosto de 2019 e, contando com o apoio do Parque Industrial, um total de 6 tipos de produtos das empresas do Interior da China e de Macau foram registados, com sucesso, em Moçambique, tendo os primeiros 2 tipos registados sido exportados também para esse país. Ao longo de 2019, o Parque Industrial tem trabalhado empenhadamente para obter autorização para o acesso de mais produtos a esse mercado. Além do mais, tendo em conta a entrada em funcionamento do gabinete preparatório do “Centro de Medicina Tradicional Chinesa China-Moçambique” que teve lugar em Julho de 2018, em Maputo, o Parque Industrial e o Ministério da Saúde de Moçambique estão, neste momento, a acompanhar conjuntamente os trabalhos preparatórios inerentes à candidatura e selecção do local do projecto, definição das funções e estrutura do Centro, entre outros aspectos.

No tocante à União Europeia (UE), o Parque Industrial, aproveitando a plataforma desempenhada por parte de Macau, tem estabelecido pontos de contacto com vários sistemas de supervisão de medicamentos da UE, para abordar, em conjunto e mais aprofundadamente, assuntos quanto ao reforço da articulação entre actividades empresariais em prol do desenvolvimento do Parque Industrial, ao registo e comércio dos produtos de MTC para o acesso ao mercado da UE, entre outras matérias, diligenciando também no

sentido de incrementar os seus contactos com mais elementos e peritos das regiões da UE, para o alargamento da rede de mercados. Durante as reuniões da Comissão Mista entre a RAEM e a União Europeia realizadas nos últimos dois anos, ambas as partes efectuaram a troca de informação a nível de peritos, em temas sobre o sistema regulamentar dos medicamentos tradicionais da UE, a intensificação de cooperação bilateral, entre outros. Paralelamente, o Parque Industrial deu já início aos trabalhos de estudo e de regulamentação, em matéria de medicamentos tradicionais e suplementos alimentares dietéticos da UE, procurando, através deste modo, ajudar o acesso ao mercado da UE dos produtos das empresas de prestígio.

Aceleração da construção do projecto-modelo da indústria da prestação de bens/serviços globais de saúde. Encontram-se em vias de desenvolvimento os trabalhos mais concretos relativamente à construção de *hardware* dos projectos-chave que englobam principalmente serviços nas áreas de manutenção da saúde e do bem-estar, da cultura da MTC e do turismo da saúde, assim como à definição dos respectivos planos comerciais, prevendo-se que os resultados desses trabalhos se tornem sucessivamente mais visíveis em 2019. Espera-se que os projectos acima referidos, ao atingirem um certo nível de desenvolvimento, venham a conjugar-se com as características de Macau na área de cuidados de saúde e bem-estar, tratamento médico com tecnologias avançadas, turismo, etc., assim como com os sectores relevantes, tendo ainda em consideração o desenvolvimento das demais indústrias, no sentido de proporcionar aos profissionais dos respectivos sectores e jovens de Macau maiores oportunidades de emprego e de empreendedorismo.

V **Aperfeiçoamento do ambiente de mercado, promoção do sector financeiro com características próprias e construção da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa”**

Empenho em servir as necessidades do País, maximizando as vantagens de Macau e promovendo o desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias. Para otimizar a estrutura industrial de Macau, o Governo da RAEM combinou o seu papel da “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países e Língua Portuguesa” de Macau com o aprofundamento da cooperação regional, conjugando as respectivas vantagens e, em Novembro de 2015, propôs o desenvolvimento das “actividades financeiras com características próprias”, focado no desenvolvimento da locação financeira, na liquidação de RMB e na gestão de fortunas no “Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau (2016-2020)” (doravante designado por Plano Quinquenal), disponibilizando os serviços financeiros necessários para a cooperação entre os países de língua portuguesa e os países e regiões ao longo do percurso de “Uma Faixa, Uma Rota” nas áreas da capacidade produtiva, exportação de equipamentos mecânicos em grande

escala do Interior da China, introdução de tecnologia e equipamento avançada do exterior e captação de empresas e projectos de investimento comercial. Por outro lado, para se alinhar com a orientação do “Décimo Terceiro Plano Quinquenal” nacional na parte relativamente ao desenvolvimento de Macau e a aceleração da construção da “Plataforma de Prestação de Serviços Financeiros entre a China e os Países de Língua Portuguesa” em Macau, o Governo da RAEM, na sequência dos bons resultados de duas conferências de alto nível na área das actividades financeiras com características próprias que tiveram lugar em Macau, realizou a “Conferência dos Governadores dos Bancos Centrais e dos Quadros da Área Financeira entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) – 2019, em Maio do ano corrente, tendo organizado uma visita de trabalho a Shenzhen e Zhuhai para uma delegação de mais de 20 participantes, composta por líderes dos bancos centrais ou seus representantes e de outras individualidades de alto nível das instituições financeiras dos países de língua portuguesa, a fim de promover a articulação multilateral do mercado financeiro e explorar os espaços de cooperação.

Aperfeiçoamento do sistema jurídico para funcionar como suporte para o desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias. No cumprimento das linhas orientadoras da governação no que respeita à promoção do desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias, foi lançado em Abril de 2019 o “Regime jurídico das sociedades de locação financeira”, tendo sido excluídas as sociedades de locação financeira da categoria de instituição de crédito, a fim de ampliar o espaço de desenvolvimento da actividade. Complementarmente, implementou-se o “Regime do benefício fiscal para a locação financeira”, oferecendo uma taxa de juro favorável e atractiva para as sociedades de locação financeira que iniciem actividades de financiamento transfronteiriço em Macau, a fim de aumentar a atractividade de operar as actividades de locação financeira neste território. Para aperfeiçoar e otimizar a legislação sobre o sector financeiro de Macau e melhorar o enquadramento legal para o respectivo desenvolvimento, no início de 2018, a AMCM constituiu, respectivamente, com o sector bancário e com o sector de seguro, “grupos permanentes de trabalho para revisão dos diplomas legais”, tendo analisado e preparado uma lista de leis e regulamentos que carecem de aperfeiçoamento, acelerando os respectivos trabalhos de revisão legislativa. Até ao fim de Junho de 2019, o montante de empréstimos relacionados com locações financeiras e das rendas por cobrar eram de 16,8 mil milhões de patacas. As actividades de locação financeira de Macau consistem principalmente em actividades transfronteiriças, sendo que as empresas do Interior da China e de Hong Kong representam, respectivamente, 46,4% e 44,1% do total dos empréstimos não reembolsados, percentagem calculada com base no valor não pago dos empréstimos no final do prazo estipulado para o efeito.

Para otimizar o ambiente do mercado financeiro de Macau, em Maio de 2019, estabeleceu-se o “Plano de resolução de conflitos de consumo na área financeira” com a participação da AMCM, do CC e do Centro de Arbitragem do World Trade Center de Macau, a fim de fornecer mais uma opção para resolução e tratamento de litígios ou conflitos de consumo na área financeira ocorridos em Macau através de um mecanismo simples e eficaz. Paralelamente, o referido plano permite promover a interligação das cidades na Grande Baía

Guangdong-Hong Kong-Macau e apoiar o sector a aproveitar plenamente as oportunidades comerciais trazidas pela estratégia de desenvolvimento do País e a conexão de mercados financeiros dos três locais.

Aceleração da construção de infraestruturas financeiras e construção de um “Centro de Regularização das Transacções em RMB para os Países de Língua Portuguesa”. O sistema de liquidação imediata em tempo real em Renminbi (RMB RTGS) de Macau foi lançado em 2016, concretizando a ligação com o sistema de liquidação imediata em tempo real em Renminbi do Interior da China (CNAPS), contando, até ao final de Agosto de 2019, com a participação de 30 bancos e instituições financeiras, incluindo bancos em países de língua portuguesa, tendo processado transacções no valor de 641,2 mil milhões de RMB durante o período entre 2016 e o 1.º semestre de 2019. O Sistema de Liquidação Automática de Cheques de Macau entrou oficialmente em funcionamento em 2017. O sistema efectua a classificação totalmente automática de cheques conforme as informações dos títulos obtidas através de scan do código bidimensional dos mesmos, acelerando a velocidade da classificação, melhorando a precisão da classificação e reduzindo o tempo de chegada dos fundos às contas dos clientes. Em 2018, as ordens de caixa, cupões e cheques do governo sobre a comparticipação pecuniária e a devolução de impostos pagos, etc., foram incluídos no referido sistema de liquidação automática, contando, até ao final de Agosto de 2019, com a participação de 27 bancos locais, a fim de facilitar a gestão dos fundos dos cidadãos, elevar a eficiência das transferências de fundos e melhorar o ambiente empresarial de Macau. Para promover a construção do “Centro de Regularização das Transacções em RMB para os Países de Língua Portuguesa” em Macau, o Banco de Compensação em RMB de Macau foi aprovado como membro participante indirecto de “Cross-Border Inter-Bank Payments System” (CIPS) em 2018. Além disso, o Governo da RAEM procedeu activamente à divulgação e promoção da função do “Centro de Regularização das Transacções em RMB para os Países de Língua Portuguesa” de Macau para o Interior da China e os países de língua portuguesa no sentido de incentivar os grupos dos bancos chineses e portugueses a concentrar as operações sino-portuguesas nas respectivas sucursais de Macau, bem como abordou com o Banco de Compensação em RMB de Macau sobre a possibilidade de reforçar o fluxo de fundos denominados em RMB no mercado de Macau. No 1.º semestre de 2019, o valor das liquidações de RMB em Macau foi de 314 mil milhões de RMB. Desde o início de 2015 até finais de Julho de 2019, o valor acumulado da regularização das transacções em RMB atingiu um total de 506,9 mil milhões de RMB.

Enriquecimento dos produtos de gestão de fortunas de Macau. No final de Junho de 2019, a AMCM lançou a “Directiva relativa à emissão de obrigações e à gestão dos serviços relativos à sua alinação e à negociação” e a “Directiva relativa à colocação de obrigações com tomada firme e custódia de obrigações”, a fim de estabelecer um regime que criasse condições básicas e necessárias para a emissão de títulos em Macau pelas sociedades comerciais locais e estrangeiras. Em Julho de 2019, o Governo Central emitiu, pela primeira vez, em Macau, títulos de dívida do Estado, com o valor de 2 mil milhões de RMB, destinados aos investidores institucionais e residentes de Macau. Em 2018, três bancos de Macau participaram na distribuição das “Obrigações Especiais da Reserva Territorial da Grande Baía

Guangdong-Hong Kong-Macau” emitidas pelo Governo da Província de Guangdong, num total de 5 mil milhões de RMB, e lançaram produtos de gestão de fortunas pessoais para a aquisição pelos residentes de Macau. Além disso, um banco de Macau emitiu títulos no valor de 3 mil milhões de patacas com o tema “Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau”, que se tornou o primeiro título em patacas listado na plataforma de transacção de bens financeiros estabelecida em Macau. O desenvolvimento do mercado de títulos proporcionará mais uma opção segura e estável de investimento para os residentes de Macau. Por outro lado, a AMCM deu início ao estudo e produção legislativa tendente à introdução do regime de fidúcia, para satisfazer as necessidades de desenvolvimento das actividades de gestão de fortunas de Macau. Segundo os dados do sector, até ao final de Junho de 2019, os clientes de produtos de gestão de fortunas aumentaram para 290 000, enquanto o valor de mercado final das carteiras de investimento aumentou 24,6%, atingindo 224,3 mil milhões de patacas, sendo que, entre eles, existiam 14 002 clientes provenientes dos países ao longo do percurso de “Uma Faixa, Uma Rota”, e as respectivas carteiras de investimento totalizaram o valor de mercado final de 20,1 mil milhões de patacas, representando 9,0% das actividades de gestão de fortunas.

Captação de instituições financeiras com qualidade para elevar o potencial de desenvolvimento do sector financeiro. Para aumentar as forças motoras de desenvolvimento do sector, o Governo da RAEM não só promove a exploração de actividades e a expansão do mercado de desenvolvimento do sector financeiro, como também envida esforços no sentido de otimizar o ambiente comercial, a fim de atrair um maior número de empresas financeiras de alta qualidade do Interior da China. No período compreendido entre 2015 e o 1.º semestre de 2019, o número de novas instituições financeiras aumentou para onze, incluindo quatro bancos (dois dos quais pertencem aos quatro maiores bancos comerciais do Interior da China), três instituições seguradoras com dimensão de capital, uma sociedade de locação financeira, uma instituição prestadora de serviços de pagamento, uma empresa de cobrança de facturas de cartões de crédito, uma instituição de transacção de activos financeiros e uma sociedade gestora de fundos de pensões. Presentemente, os quatro maiores bancos comerciais do Interior da China encontram-se instalados em Macau e, simultaneamente, Macau possui também um banco cuja principal actividade é operações realizadas através da Internet.

Em 2015, o valor acrescentado bruto (VAB) do sector financeiro de Macau era de 22,2 mil milhões de patacas, representando 6,2% do PIB, e em 2017 aumentou para 25,8 mil milhões de patacas e 6,5%, um incremento de 16,2%. O valor total de activos do sector financeiro evoluiu de cerca de 1.400 mil milhões de patacas no final de 2015 para mais de 2.000 mil milhões de patacas no final de Junho de 2019, um aumento de 48,6% no período a que respeita. Com o estabelecimento de várias instituições financeiras em Macau e o impulsionamento de actividades transfronteiriças, continuar-se-á a promover o desenvolvimento do sector financeiro de Macau para uma maior diversificação e inovação, possibilitando a introdução de mais produtos financeiros em Macau que irão fortalecer a capacidade global do sector financeiro local.

VI Reforço dos trabalhos de fiscalização e do aperfeiçoamento de regimes jurídicos, promovendo o desenvolvimento ordenado do sector do jogo nos termos da lei

Conclusão do trabalho de revisão intercalar do sector do jogo e acompanhamento sincrónico dos trabalhos e problemas relevantes. No intuito de melhorar a qualidade operacional do sector do jogo e alargar o seu contributo para a economia geral de Macau, tendo ainda em conta a articulação com os trabalhos programadas para o período após o término dos actuais contratos de exploração de jogos de fortuna ou azar das concessionárias/subconcessionárias, o Governo da RAEM encomendou, em 2015, ao Instituto de Estudos sobre a Indústria do Jogo da Universidade de Macau a realização de um estudo específico, procedendo, de forma abrangente, a uma revisão sobre o sector do jogo, nomeadamente no que respeita à situação de execução das concessões da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino, ao impacto do desenvolvimento do sector do jogo sobre as diversas vertentes socioeconómicas da RAEM. O relatório do estudo em questão foi publicado em Maio de 2016 para efeitos de auscultação das opiniões do sector e da sociedade. Concomitantemente, atendendo aos problemas descobertos no decurso do trabalho de revisão intercalar atrás referido, o Governo da RAEM elaborou e alterou as leis, regulamentos e instruções a que esses problemas diziam respeito, de modo a aperfeiçoar mais efectivamente o regime de supervisão relevante, reforçando a regulação das operadoras do jogo no cumprimento da lei na exploração das suas actividades.

Aperfeiçoamento contínuo do regime jurídico, promovendo a exploração das actividades de jogo de acordo com a lei. Os trabalhos desenvolvidos incluíram: conclusão, em 2018, da alteração à lei que regula o “Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos”, sendo interdita a entrada nos casinos dos trabalhadores da linha de frente daqueles estabelecimentos quando não se encontrem no exercício das suas funções, de modo a minimizar a probabilidade de os trabalhadores do sector do jogo tornarem a ser jogadores problemáticos devido à participação em actividades de jogo; início, em 2016, do processo de revisão do Regulamento Administrativo n.º 6/2002 («Regula a actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino»), elevando o limiar de acesso à actividade de promoção de jogos (particularmente na parte respeitante à capacidade financeira) e prevendo a obrigatoriedade de os residentes de Macau serem titulares de uma certa quota de acções das sociedades relevantes; publicação em 2016 dos “Critérios técnicos do sistema de prémios acumulados nas máquinas de jogo em Macau” e dos “Critérios técnicos do sistema de monitorização centralizada das máquinas de jogo em Macau” e, em 2017, das “Normas técnicas relativas ao jogos electrónicos de mesa controlados por *croupier* (DETG)”, por forma a melhorar a monitorização dessas máquinas em Macau e definir os critérios correspondentes; realização dos trabalhos de revisão do Regulamento Administrativo n.º 26/2012 (Regime de fornecimento e requisitos das máquinas, equipamentos e sistemas de jogo).

Por outro lado, na perspectiva de impulsionar o desenvolvimento sustentável e saudável do sector do jogo, particularmente tendo em consideração o facto de os actuais contratos de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar em casino terminarem em 2022, o Governo da RAEM deu início aos trabalhos preparatórios para o próximo concurso público destinado à atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar, tendo sido promovidos também estudos jurídicos para esse fim, incluindo a análise da revisão da Lei n.º 16/2001 («Regime jurídico da exploração de jogos de fortuna ou azar em casino»).

Reforço da supervisão do funcionamento das operadoras de jogo e das actividades de jogo por elas exploradas. O Governo da RAEM tem vindo a adoptar formas rigorosas na supervisão do cumprimento das disposições legais por parte das operadoras de jogo, tanto ao nível do seu funcionamento como no exercício das suas actividades de jogo, efectuando atempadamente ajustamentos às medidas de fiscalização aplicadas, consoante a evolução tecnológica e as mudanças das condições internas e externas.

Implementou-se, a partir de 2016, a medida de proibição de utilização de telemóveis junto das mesas de jogo nos casinos da RAEM, de modo a prevenir a prática de actos irregulares nesses locais, tais como a colocação de apostas via telefone, tendo sido programadas, desde Fevereiro de 2017, vistorias específicas e periódicas para esse fim. Em 2018, foi revista a Lei n.º 10/2012 («Condicionamento da entrada, do trabalho e do jogo nos casinos»), estabelecendo regras mais rigorosas quanto à entrada nos casinos, tendo sido incorporadas naquela lei as normas sobre a proibição de utilização de telemóveis ou de outros equipamentos de comunicação junto das mesas de jogo e dos recintos em redor.

Para além do aperfeiçoamento contínuo das directivas de fiscalização sobre as operadoras de jogo e da realização de auditorias específicas da diversa ordem relativamente a essas empresas, finalizou-se, em 2017, a elaboração do manual de fiscalização sobre as concessionárias da exploração de apostas mútuas, reorganizando as medidas encontradas estipuladas em diferentes documentos, clarificando as exigências do Governo da RAEM em matéria de fiscalização, por forma a otimizar o regime de supervisão das concessionárias em causa.

Desde 2016, a Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos (DICJ) tem-se empenhado em estreitar a cooperação com a Polícia Judiciária, entidades reguladoras do Interior da China e do exterior, servidores de *websites*, plataformas de divulgação de aplicações para telemóveis, etc., no sentido de, em conjunto, combater os *sites* alegadamente adulterados, assim como as mensagens, publicações promocionais ou aplicativos (Apps), suspeitos de explorar ou promover actividades ilícitas de jogo em nome da DICJ ou de Macau. Tem-se desenvolvido também uma série de acções de sensibilização para alertar os residentes e turistas a prestarem maior atenção aos *sites* e mensagens que promoviam ilegalmente as actividades de jogo.

Reforço da supervisão sobre os promotores de jogo. Para reforçar a regulação e monitorização dos promotores de jogo, começou-se a realizar, a partir de 2015, as auditorias específicas de diversa ordem sobre as mesmas, nomeadamente as suas contas, registo comercial, mecanismos de controlo interno, entre outros aspectos, efectuando-

se continuamente monitorização e acompanhamento das melhorias adoptadas pelos promotores de jogo que falharam nos processos de avaliação. Além disso, foram adoptadas também medidas mais rigorosas na apreciação dos pedidos de atribuição e renovação das licenças para o exercício de actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar, fazendo com que o número de promotores de jogo baixasse, passando do seu pico de 270 para os actuais cerca de 100. No intuito de aperfeiçoar o regime de fiscalização dos promotores de jogo, a DICJ deu início ao processo de revisão do Regulamento Administrativo n.º 6/2002 (Regula a actividade de promoção de jogos de fortuna ou azar em casino), elevando as condições, capacidades e requisitos exigidos para o acesso a essa actividade, regulamentando, de melhor forma, o mercado de promotores de jogo, a fim de melhorar a qualidade global dos serviços prestados por esses profissionais.

Promoção do desenvolvimento estável do sector do jogo e optimização da estrutura das receitas brutas de jogo. Entre Junho de 2014 e Julho de 2016, o sector do jogo entrou numa fase de ajustamento profundo. Face a esta circunstância conjuntural, para além da realização de uma revisão intercalar sobre este sector, os serviços públicos da área da Economia e Finanças optimizaram continuamente as medidas e os regimes de fiscalização, procedendo a uma monitorização mais rigorosa sobre as operadoras de jogo e os promotores de jogo quanto ao cumprimento das disposições legais na exploração das suas actividades, acompanhando e coordenando permanentemente todas as acções em prol do desenvolvimento estável do sector em causa.

Atendendo ao facto de o abrandamento do desenvolvimento do sector do jogo afectar não apenas as receitas financeiras do Governo da RAEM, mas também a situação de exploração das actividades conexas, tais como a hotelaria, a restauração, o comércio a retalho, etc., pondo ainda em causa o mercado de trabalho dessas áreas e, finalmente, o ambiente de todo o mercado, nomeadamente o dos mercados de investimento e de consumo, o Governo da RAEM tem redobrado os seus esforços para incentivar as operadoras de jogo a criarem mais elementos não relacionados com o jogo, no sentido de atrair uma maior clientela de qualidade para o mercado de massas e alargar a proporção deste segmento de mercado em termos de receitas. Assim sendo, as receitas brutas provenientes do mercado de massas subiram, relativamente ao total das receitas brutas obtidas das actividades de jogo, numa proporção de 37% no final de 2014 para cerca de 56% no final de Agosto de 2019.

Autorização da prorrogação do prazo de dois contratos, um de concessão e outro de subconcessão, para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino, que tinham prazos mais curtos do que os restantes contratos de jogo. Atendendo a que a uniformização do termo dos prazos dos contratos de concessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino seria benéfica para a coordenação dos trabalhos preparatórios para a abertura do próximo concurso público destinado à atribuição de concessões para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino e, ainda, vantajosa para manter a estabilidade social, nomeadamente a do mercado de emprego e salvaguardar os direitos e interesses legítimos de trabalhadores, o Governo da RAEM, após analisados e ponderados os diversos factores, autorizou, em Março do corrente ano, os pedidos da Sociedade de Jogos de Macau, S.A. e

da MGM Grand Paradise, S.A., prorrogando o prazo dos seus contratos de concessão e de subconcessão para a exploração de jogos de fortuna ou azar ou outros jogos em casino, até 26 de Junho de 2022. De entre as condições estipuladas para esta prorrogação, destacam-se a exigência a essas duas operadoras de jogo de adesão ao Regime de Previdência Central Não Obrigatório e a criação de uma garantia de créditos laborais, obrigando-as a assumirem mais responsabilidades sociais e, ao mesmo tempo, proporcionando aos seus trabalhadores melhores garantias de aposentação e protecções após a cessação de funções, por se ter tido em conta, principalmente, os benefícios a trazer não apenas para a sociedade mas também para os trabalhadores das operadoras de jogo em causa.

Incentivo às operadoras de jogo no reforço dos investimentos em actividades não jogo. No intuito de incitar as operadoras de jogo a alargarem gradualmente os investimentos em actividades não relacionadas com o jogo, o Governo da RAEM definiu no Plano Quinquenal uma meta de o peso das receitas das actividades não jogo, relativamente ao total das receitas do jogo, dever aumentar para 9% ou mais até 2020. Com o impulso do Governo da RAEM, as operadoras de jogo têm reforçado, de forma contínua nos últimos anos, as suas apostas em elementos não relacionadas com o jogo, assim como nos projectos de entretenimento, fazendo com que o peso ocupado pelas receitas provenientes das actividades não jogo das seis operadoras de jogo, face à totalidade das receitas obtidas pelas mesmas, crescesse, de 6,6% registados em 2014 para 9,97% em 2018, tendo sido alcançada praticamente a meta prevista no Plano Quinquenal. Além disso, nos novos empreendimentos de *resorts* integrados de grande envergadura, as instalações dedicadas às actividades correlativas não-jogo ocupam uma área superior a 90% da área total dos referidos projectos.

Promoção do desenvolvimento coordenado entre as actividades do jogo e as correlativas não-jogo. O Governo da RAEM tem-se empenhado em promover o desenvolvimento coordenado entre as actividades de jogo e as correlativas não-jogo, por forma a dinamizar a vitalidade da diversificação adequada da economia. Para além de incentivar as operadoras de jogo a incrementarem os investimentos em factores não jogo, tem-se diligenciado no sentido de impulsionar as mesmas a alargarem as suas aquisições junto das empresas locais, nomeadamente junto das pequenas e médias empresas, atraindo mais empresas dessas dimensões a exercerem as suas actividades nos complexos turísticos das operadoras de jogo, ajudando-as a alargar os seus negócios. Para ter uma melhor noção quanto à evolução da situação supracitada, a DICJ procede, de forma periódica, à recolha dos respectivos dados através do mecanismo de monitorização criado para esse efeito.

Assim, graças aos esforços conjuntos das associações comerciais e do sector em causa, o valor de aquisição, por parte das operadoras de jogo, dos bens e serviços locais aumentou, tendo o respectivo peso crescido de 41% em 2015 para 65% em 2018, totalizando 36,46 mil milhões de patacas. Em termos de empresas fornecedoras de bens e serviços às operadoras de jogo, o número de empresas locais subiu, tendo a respectiva proporção passado de 43% registada em 2015 para 49,7% em 2018, num total de cerca de 7 300 unidades. Ademais, a quantidade dos estabelecimentos comerciais locais instalados nos complexos turísticos das operadoras de jogo cresceu também, de 118 unidades em 2014 para 660 unidades em 2018, equivalente a um acréscimo de cerca de 4,6 vezes.

VII Optimização da gestão das finanças públicas e dos assuntos tributários, assegurando a segurança e a estabilidade financeira

Melhoria das acções de supervisão financeira. No relatório de avaliação mútua da RAEM, efectuada pelo Grupo Ásia/Pacífico contra o Branqueamento de Capitais (APG), em conjunto com o *“The Group of International Finance Centre Supervisors”* em 2017, os bons resultados obtidos por parte da RAEM colocaram-na no grupo dos membros do APG com elevada notação, particularmente na parte respeitante à “eficácia de supervisão” onde foi atribuída uma classificação de excelência, sendo este um caso raramente registado a nível internacional. Além disso, o Relatório indicou ainda que, a AMCM, enquanto entidade responsável pela supervisão do sector financeiro e de seguros, dispõe de um sistema adequado de supervisão centrada nos riscos.

Dando seguimento às sugestões do Grupo de Acção Financeira Internacional (FATF), a AMCM tem melhorado e elaborado continuamente novas directivas de supervisão relacionadas com o combate ao branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, aplicáveis ao sistema financeiro da RAEM, no sentido de assegurar a sua conformidade com as normas do FATF. Tendo como alvo de controlo as remessas transfronteiriças, operações de agenciadores, transacções em numerário de elevado montante, etc., as novas directivas exigem explicitamente às operadoras do sector financeiro o cumprimento das regras quanto ao reforço de diligências e à definição de medidas de precauções abrangentes para garantir a legitimidade do fluxo de capitais, solicitando também às mesmas a efectuarem avaliação dos riscos inerentes aos novos produtos e actividades financeiras e aplicações tecnológicas dessa área e adoptarem medidas de fiscalização adequada, a fim de criar um ambiente seguro e estável para o desenvolvimento das actividades financeiras com características próprias de Macau.

Na sequência do Primeiro Relatório de Acompanhamento da RAEM que foi entregue ao APG em Janeiro de 2019, Macau conseguiu com sucesso o melhoramento da notação das restantes 3 Recomendações para notações de cumprimento em larga escala, tornando-se na primeira jurisdição a nível mundial a obter notações positivas nas 40 Recomendações da FATF de entre todas as jurisdições avaliadas até este momento.

Além disso, em 2016, a AMCM exigiu aos bancos a instalação de terminais “conheça o seu cliente” («Know your customer» – KYC) em estabelecimentos comerciais de alto risco e, em 2017, impôs aos bancos a instalação de tecnologia de reconhecimento facial nas máquinas ATM em Macau para reforçar a capacidade de identificação dos utilizadores de serviços de levantamento de fundos e de cartões de crédito, a fim de monitorizar rigorosamente o fluxo transfronteiriço de fundos de acordo com a lei. O valor levantado nas máquinas ATM em Macau após a implementação da função KYC reduziu significativamente. A Lei n.º 6/2017 (Controlo do transporte transfronteiriço de numerário e de instrumentos negociáveis ao portador) que entrou em vigor a partir de 1 de Novembro de 2017, contribuiu para prevenir e combater, com maior rigor, as actividades relacionadas com o branqueamento

de capitais e o financiamento ao terrorismo, assegurando a segurança e estabilidade do sistema económico da RAEM.

Aperfeiçoamento contínuo do regime de gestão dos recursos financeiros e estudo da criação do “Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau”. O Governo da RAEM continua a gerir os investimentos da Reserva Financeira, de acordo com os princípios da “segurança, eficácia e estabilidade”. A AMCM, através da monitorização estreita do desenvolvimento dos mercados financeiros mundiais empenhou-se, por um lado, em proceder a uma boa gestão do risco e, por outro, em elaborar planos e programas de investimento da Reserva, incluindo a finalização dos procedimentos referentes à selecção de entidades de consultoria de investimentos para aumentar, em tempo oportuno, a carteira de investimentos sub-contratados, a fim de fortalecer a gestão dos investimentos da Reserva e melhorar os retornos a médio e longo prazos. Paralelamente, a Reserva Financeira do Governo da RAEM tem participado activamente na construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, incluindo o estabelecimento do “Fundo de Desenvolvimento para a Cooperação Guangdong-Macau” em conjunto com Guangdong e a negociação com o Fundo da Rota da Seda, o “Fundo de Cooperação para a Capacidade Produtiva China-América Latina” e o “Fundo para a Cooperação da Capacidade Produtiva China-África” para o desenvolvimento da cooperação na área dos investimentos. Nos últimos anos, o Governo da RAEM procedeu ao aperfeiçoamento da gestão das reservas, o qual foi reconhecido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo que as operações totais da Reserva Financeira da RAEM aumentaram, passando de 246,3 mil milhões de patacas em finais de 2014 para mais de 570 mil milhões de patacas em Julho de 2019. Ao mesmo tempo, face a um ambiente marcado não apenas pela prática de uma taxa de juro extremamente baixa durante muitos anos, mas também pelas flutuações no mercado da bolsa de valores, a Reserva Financeira adoptou uma estratégia diversificada de investimento a médio e longo prazo, tendo os investimentos efectuados entre 2015 e finais de Julho de 2019 registado lucros num total superior a 47 mil milhões de patacas, com uma taxa média de retorno situada na ordem dos 2,5%, em termos anuais.

Por outro lado, para avançar com os trabalhos previstos no Plano Quinquenal, no que respeita à criação do “Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau” e, proceder a uma gestão eficaz dos recursos financeiros, o Governo da RAEM propôs transferir parte dos fundos da Reserva Financeira para estabelecer um novo fundo público, que funcionará de acordo com as regras do mercado, a fim de aumentar os rendimentos a longo prazo. Actualmente, em conformidade com as directrizes sobre esta matéria, o Governo da RAEM está determinado a proceder a uma consulta pública sobre a criação da “Sociedade Gestora do Fundo para o Investimento e Desenvolvimento de Macau, S.A.”, a fim de ouvir amplamente as opiniões e propostas do público.

Conclusão da legislação da «Lei de enquadramento orçamental» para melhoramento da elaboração e da execução do orçamento público. A RAEM levou a cabo, em 2017, o trabalho legislativo relativo à Lei n.º 15/2017 (Lei de enquadramento orçamental), regulamentando, de forma mais rigorosa, as receitas e as despesas públicas,

elevando a transparência orçamental e reforçando o controlo e a fiscalização orçamentais. Os pontos essenciais desta Lei contemplam: redefinição e aditamento dos princípios e das regras básicas importantes; estabelecimento do regime do uso das dotações afectas; estabelecimento das regulamentações mais rigorosas sobre as despesas orçamentadas plurianuais; criação do relatório intercalar da execução orçamental; fixação do valor limite máximo das dotações provisionais; estatuição expressa da fiscalização e da responsabilidade orçamentais; implementação uniformizada do método das partidas dobradas; definição de regras mais específicas sobre a preparação e execução orçamental, etc. As diversas normas previstas na referida Lei produziram já efeitos a partir dos princípios de 2018 e de 2019.

Em virtude de se pôr em prática o princípio da publicidade e da transparência previsto na «Lei de enquadramento orçamental», a DSF procedeu, a partir de Fevereiro, à publicação na sua página electrónica das informações sobre a execução do orçamento da conta central, assim como a execução do orçamento ordinário integrado e do orçamento agregado dos organismos especiais, sendo os diversos serviços e organismos públicos obrigados a divulgar mensalmente, também na página electrónica da DSF, detalhes sobre a sua execução orçamental.

Aperfeiçoamento do regime da contratação pública. Realizou-se em Novembro de 2018, uma consulta pública de 60 dias sobre a elaboração da Lei da contratação pública, tendo sido concluído já o respectivo relatório final. As opiniões e sugestões recolhidas, após estudadas e analisadas, serão utilizadas como referência para o aperfeiçoamento do contexto da respectiva proposta da lei.

Para além do trabalho legislativo e na perspectiva da elevação da transparência dos processos de contratação pública, foram lançadas, no âmbito da Economia e Finanças, as “Instruções para a publicitação da informação relativa às aquisições por parte dos serviços sob a alçada do Secretário para a Economia e Finanças”, em Maio de 2017. Nos termos dessas instruções, as informações das aquisições realizadas por parte dos serviços e organismos tutelados pelo Secretário para a Economia e Finança, após a entrada em vigor das mesmas, com valor estimado superior a 750 mil patacas quando se trate de aquisição de bens e serviços, ou a 2,5 milhões de patacas, no caso da execução de empreitadas de obras públicas, devem ser carregadas nas páginas electrónicas dos respectivos serviços e organismos, nomeadamente a documentação dos concursos públicos relevantes, os resultados do acto público e da respectiva adjudicação, etc., e tais informações devem constar naquelas páginas electrónicas e permanecer nelas durante um período não inferior a dois anos, para a consulta do público.

Por outro lado, para incentivar a partilha das informações de contratação entre os serviços e organismos públicos e elevar a eficiência do respectivo trabalho, a DSF criou, em 2018, uma base de dados de contratação para uso comum por todos os serviços e organismos públicos da tutela do Secretário para a Economia e Finanças, de onde consta uma lista de fornecedores com qualidade a quem os serviços e organismos e as entidades governamentais têm adquirido bens e serviços, bem como os elementos relacionados que foram recolhidos, reorganizados e uniformizados pela DSF, de modo a facilitar a sua

utilização por parte dos serviços e organismos públicos aderentes. Em 2019, a base de dados em questão continua a ser aperfeiçoada, quer no que respeita aos seus conteúdos quer à sua funcionalidade.

Reforço da cooperação fiscal internacional. Em 2017, foi concluída a produção legislativa da Lei n.º 5/2017 (Regime jurídico da troca de informações em matéria fiscal). A primeira troca automática de informações foi realizada com êxito em Setembro de 2018 e o Governo da RAEM conseguiu obter aprovação, até à presente data, em todas as etapas de revisão desenvolvidas pelo Grupo de Revisão Paritária do Fórum Global sobre Transparência e Troca de Informações para Fins Fiscais.

Em simultâneo, para intensificar a rede de cooperação internacional de Macau em matérias fiscais, a DSF tem vindo a promover acções de negociação com vários países e regiões sobre o estabelecimento de acordos tributários, nomeadamente com os Países de Língua Portuguesa e os integrados na iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”. Até finais de Agosto de 2019, a RAEM celebrou 6 Convenções para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento, e 16 Acordos de Troca de Informações em Matéria Fiscal.

Além disso, o Governo da RAEM aderiu, em Abril de 2019, ao mecanismo de cooperação sobre administração fiscal, no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”, tendo celebrado o «Memorando de entendimento do mecanismo de cooperação sobre administração fiscal, no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”». A partir daí, Macau participa nos trabalhos daquele mecanismo, na qualidade de membro do respectivo Conselho de Administração. A «Aliança Promotora do Desenvolvimento de Competência da Administração Fiscal, no âmbito da iniciativa “Uma Faixa, Uma Rota”», estabelecida sob o mecanismo de cooperação, tem como funções proporcionar às partes aderentes conhecimentos e produtos em matérias fiscais, formação profissional e assistência técnica da respectiva área, através das academias fiscais instaladas em diversos locais. De entre estas academias, destaca-se a que foi criada em Macau com língua veicular em português, de modo a valorizar mais dinamicamente o papel de Macau enquanto Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Neste momento, a secretaria da Academia está instalada provisoriamente na DSF, porém, irá mudar-se para o Complexo de Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, logo após a conclusão das respectivas obras de construção.

Optimização do sistema jurídico para satisfazerem as normas internacionais em matéria fiscal. Em 2017, a UE classificou a RAEM como jurisdição não cooperante em matéria fiscal. Com o apoio do Governo Central, o Governo da RAEM tem mantido, de forma dinâmica, contacto com a UE no qual para além de se ter clarificado, a posição do Governo da RAEM relativamente a esta matéria, foram, também, prestados esclarecimentos quanto ao andamento dos trabalhos e ao calendário previsto para a implementação da “Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal”, tendo em conta a extensão da sua aplicação à RAEM, assim como à intenção de aperfeiçoamento do regime jurídico do exercício da actividade *offshore*. Com todos estes esforços despendidos, a questão

em causa foi, finalmente, resolvida, dado que a UE, na sua deliberação de 1 de Janeiro de 2018, determinou retirar a RAEM da lista das jurisdições não cooperantes em matéria fiscal. Segundo a mais recente nota da UE publicada em 12 de Março de 2019, a RAEM, por ter sido colocada em prática uma série de medidas prometidas, foi classificada, em conjunto com os outros 24 países e regiões, como uma das 43 jurisdições fiscais que observam as normas da UE.

Paralelamente, quanto à realização de trabalhos relacionados com a aplicação extensiva da “Convenção Multilateral sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Fiscal” à RAEM, o Governo Central efectuou uma declaração relativamente a esta matéria, tendo determinado a entrada em vigor dessa Convenção na RAEM, a partir de Setembro de 2018, o que levou o Governo da RAEM a celebrar o Acordo Multilateral das Autoridades Competentes para a Troca Automáticas de Informações de Contas Financeiras.

Ademais, para se coadunar com os diversos trabalhos relacionados com o combate à erosão da base tributária e da transferência de lucros, assim como com a avaliação a efectuar por parte das organizações internacionais relevantes, a RAEM concluiu, em 2018, o processo legislativo da Lei n.º 15/2018, (Revogação do regime jurídico do exercício da actividade *offshore*), pondo fim à admissão de pedidos sobre a concessão de autorização para o exercício da actividade *offshore*, estipulando que as autorizações desta natureza, mesmo que se encontrem ainda válidas, deixam de vigorar a partir de 1 de Janeiro de 2021.

Além disso, para se articular com as mais recentes normas fiscais internacionais, nomeadamente as disposições da Acção 13.^a relativa à Documentação de Preços de Transferência e às Declarações por País do Quadro Inclusivo da Erosão da Base Tributária e da Transferência de Lucros, o Governo da RAEM deu, também, início ao processo legislativo de revisão do “Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos”, constituindo como alterações principais o seguinte: definição da entidade-mãe final do grupo empresarial transfronteiriço; deveres e normas de fornecimento das informações financeiras consolidadas pelas empresas junto das autoridades fiscais; troca de informações recolhidas com outros países e regiões por iniciativa das autoridades fiscais, etc. A respectiva proposta de lei já foi aprovada, na generalidade, pela Assembleia Legislativa, em Agosto de 2019, encontrando-se neste momento em vias de apreciação na especialidade.

VIII Medidas multifacetadas para promover a inovação e o melhoramento da qualidade do desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PME)

Melhoramento contínuo das várias medidas de apoio às pequenas e médias empresas. Deu-se continuidade à implementação eficaz das medidas como o “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” e o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”

Destinados a Projecto Específico”. Relativamente ao “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, desde o seu lançamento em Maio de 2003, até final de Agosto de 2019, foram recebidos 11 666 pedidos, tendo sido aprovados 10 250, envolvendo um montante de 3,05 mil milhões de patacas. Com as alterações introduzidas a esse plano em 2017, passarão a ser oferecidas às PME oportunidades de acesso, pela 2.^a vez, ao respectivo apoio, no valor máximo mantido inalterado que é de 600 mil patacas, desde que tenham reembolsado integralmente os subsídios anteriormente concedidos.

A par disso, com o objectivo de dar melhor resposta às necessidades de financiamento das PME, foi aumentado, em 2017, de 5 milhões de patacas para 7 milhões de patacas o montante máximo do crédito bancário concedido nos termos do “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, mantendo-se inalterada a percentagem da garantia em 70% e aumentando para 4,9 milhões de patacas o limite máximo do montante da garantia de créditos. Em simultâneo, foi alargado o âmbito de cobertura do “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico”, prestando uma garantia de créditos de 100% relativamente ao crédito bancário obtido pelas PME no desenvolvimento de novas actividades, mantendo-se inalterado em 1 milhão de patacas o montante máximo desse crédito bancário.

Desde Agosto de 2003, altura em que foram lançados o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas” e o “Plano de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico”, até finais de Agosto de 2019, foram recebidos 783 e 79 pedidos, tendo sido aprovados 714 e 66 pedidos, respectivamente, traduzindo uma garantia de créditos no valor total de 1,3 mil milhões de patacas e de 55,64 milhões de patacas, correspondentemente.

Por outro lado, para ajudar os comerciantes nas zonas baixas de Macau a reforçarem a sua capacidade de prevenção e resposta às calamidades e a reduzirem os eventuais danos causados pelas inundações nos seus estabelecimentos comerciais devido à passagem de tufões e às chuvas intensas, o Governo da RAEM lançou, respectivamente em Abril e Junho de 2018, o “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas na Instalação dos Elevadores para Mercadorias” e o “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas na Instalação das Barreiras contra Inundações e Bombas de Água”. Até finais de Agosto de 2019, foram recebidos, respectivamente, 523 e 2 487 pedidos de apoio ao abrigo desses dois planos.

Estímulo às PME na utilização dos meios de pagamento electrónico para alargar o leque de clientela e elevar a eficácia operacional. O Governo da RAEM tem-se empenhado em promover o uso generalizado e o desenvolvimento da plataforma de pagamentos de terceira parte em Macau, tendo, nesse sentido, acelerado a apreciação dos pedidos de prestação de serviços de pagamento electrónico, encorajado as instituições financeiras a reforçarem a parceria na área de pagamentos, lançado a medida de apoio financeiro para os aparelhos de pagamento electrónico, bem como realizado actividades de promoção de consumo, entre outros trabalhos.

A partir do 4.º trimestre de 2018, vários bancos lançaram, sucessivamente, serviços de pagamento móvel, dando facilidades aos residentes de Macau na utilização desses serviços nos estabelecimentos comerciais que os aceitam em Macau, no Interior da China ou em outras regiões estrangeiras. Relativamente aos trabalhos de divulgação e promoção, com o apoio da DSE, foi lançada, em Junho de 2016, pelas associações comerciais, a iniciativa de “Rua WiFi” nas zona norte e zona centro e sul, proporcionando serviço gratuito de acesso a “WiFi” com limite de tempo, facilitando os residentes e visitantes no uso de *Internet* para obtenção de mais informações acerca da cidade de Macau e ajudando os comerciantes a explorarem oportunidades de negócio.

Além disso, em Dezembro de 2016, foi realizada na zona central, concretamente na Rua de S. Domingos e nas áreas periféricas, a actividade “Avenida Azul”, enviando-se, por meio da *Internet* móvel, mensagens promocionais sobre esta actividade e ofertas especiais das lojas participantes, promovendo a generalização do pagamento electrónico e apoiando as pequenas e médias empresas no aproveitamento dos meios informáticos e tecnológicos para expandir os seus negócios

Entre Dezembro de 2017 e Fevereiro de 2018, a DSE, em conjunto com as associações comerciais, instituições de pagamento locais e empresas de promoção do sector de restauração de Macau na *Internet*, organizou o “Festival da Promoção do Comércio Electrónico – Oportunidades de Negócios em Todo o Lado”, facultando gratuitamente às micro, pequenas e médias empresas aparelhos de pagamento electrónico e planos promocionais de O2O e incentivando as empresas a aproveitarem os meios de pagamento electrónico e as tecnologias da *Internet* para promoverem *online* e *offline* as suas actividades. Em Abril de 2018, realizou-se, sob a organização da DSE e do *WeChat Pay*, a “Conferência sobre o *WeChat Pay* Aberto ao Exterior (Macau)”, com vista a proporcionar aos comerciantes de Macau estratégias de exploração aptas para os turistas do Interior da China.

Com o impulso do “Grupo de Trabalho Interdepartamental para a Promoção do Comércio Electrónico”, o ritmo do desenvolvimento do serviço de pagamento móvel em Macau acelerou, sendo o seu uso cada vez mais generalizado e receptivo. Em 2018, registaram-se 1,34 milhões de transacções de pagamento móvel, envolvendo um montante global de 89,47 milhões de patacas, representando, respectivamente, aumentos de 6,7 vezes e de 10,6 vezes em relação ao ano de 2017. No 1.º semestre de 2019, o número de transacções de pagamento móvel atingiu um total de 3,13 milhões, traduzindo um valor global de 240 milhões de patacas, correspondendo, respectivamente, a um acréscimo de 9 vezes e de 10,7 vezes, comparativamente a idêntico período de 2018.

Apoio às lojas antigas típicas de Macau na remodelação das suas marcas e na inovação do seu desenvolvimento. No intuito de apoiar as lojas antigas típicas de Macau a remodelarem a imagem das suas marcas e a desenvolverem-se de forma sustentável, a DSE e as associações comerciais locais assinaram um “Acordo de Cooperação sobre Grupo de Apoio a Lojas Antigas Típicas”, em Novembro de 2017, criando conjuntamente um “Grupo de Trabalho Conjunto para as Lojas Antigas Típicas” e apoiando as associações comerciais na implementação do “Plano de Apoio à Remodelação das Marcas das Lojas Antigas Típicas

de Macau". Em Julho de 2018, deu-se início aos trabalhos preparatórios sobre a avaliação da "Marca Típica de Macau", tendo-se apresentado, através da realização de sessões de esclarecimento e por meio da "entrega de serviços ao domicílio", às empresas antigas potenciais os trabalhos relativos à avaliação, as vantagens decorrentes de tal avaliação, as formalidades e os requisitos necessários para a candidatura à avaliação em causa, bem como convidado e ajudado os comerciantes a apresentarem candidaturas à dita avaliação. Com todos os esforços feitos, 29 lojas antigas apresentaram candidaturas a essa actividade, das quais 12 foram classificadas como "Marcas Típicas de Macau" pela Comissão de Avaliação da Marca Típica de Macau. Em Abril de 2019, a DSE prestou continuamente apoio às associações comerciais na realização de visitas às lojas classificadas como "Marcas Típicas de Macau" para conhecerem as exigências concretas das mesmas, tendo criado oficialmente em Agosto o "Plano de Apoio à Remodelação das Marcas das Lojas Antigas Típicas de Macau". Dividido em duas fases – "Serviços de aconselhamento sobre a remodelação das marcas" e "Apoio à concretização das medidas de remodelação", este Plano tem por objectivo ajudar as lojas aderentes a promover a continuidade e inovação do seu desenvolvimento. Os trabalhos da primeira fase "Serviços de aconselhamento sobre a remodelação das marcas" já foram lançados em Setembro p.p.

Lançamento da actividade de "entrega de serviços ao domicílio", proporcionando às pequenas e médias empresas serviços mais convenientes. Em cooperação com as associações industriais e comerciais, a DSE começou a implementar, a partir de 2015, a actividade de "entrega de serviços ao domicílio". Presentemente, um total de 8 centros afectos às 5 associações industriais e comerciais parceiras ajudam a receber os pedidos aos diversos planos de apoio às PME, prestando esclarecimento a todas as consultas inerentes e apoiando no preenchimento dos formulários de candidatura, entre outros trabalhos.

Em relação ao apoio para fazer negócios no Interior da China, a DSE, em colaboração com as associações comerciais locais, criou em Macau, em 2017, o "Centro do Serviço de Orientação para o Registo dos Assuntos Comerciais no Interior da China", visando prestar serviços às empresas e aos residentes de Macau que pretendam constituir empresas ou estabelecimentos industriais ou comerciais em nome individual em Hengqin. Desde a criação do referido Centro até finais de Agosto de 2019, foram prestados serviços de consultoria a 368 requerentes de Macau, com 68 processos que conseguiram obter as devidas licenças para a exploração de actividades pretendidas.

Por outro lado, com a finalidade de prestar às empresas e indivíduos de Macau que tenham necessidade registar as suas marcas no Interior da China, informações sobre marcas, procedimentos sobre a instrução de pedidos e meios de apresentação dos mesmos, a DSE e as associações comerciais locais estabeleceram em 2016, o "*China Trademark Registration Consulting Center*" em Macau, proporcionando às empresas serviços gratuitos como a recomendação de agências de registo de marca do Interior da China, a realização de contactos preliminares, entre outros, consoante as suas necessidades. Desde a criação desse Centro até finais de Agosto de 2019, foram recebidas 343 consultas ou marcações, tendo sido celebradas com agências do Interior da China 81 procurações para apresentação de pedidos de registo de marcas.

A par disso, no segundo semestre de 2017, a DSE lançou o serviço de marcação prévia *online* para diversos serviços destinados às empresas, destacando pessoal para o local marcado para prestar serviços de consultadoria ou de recepção de pedidos, a favor das PME.

Incentivo à inovação de investigação e de desenvolvimento empresariais através do lançamento de medidas de benefícios fiscais. Tendo em conta a articulação com a implementação do plano de desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, promovendo a construção do “Centro Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação” e de um sistema industrial moderno competitivo a nível internacional, o Governo da RAEM lançou, por duas fases, medidas de benefícios fiscais para incentivar a inovação de investigação e desenvolvimento. Na primeira fase, começou por ser introduzida na Lei n.º 19/2018 (Lei do Orçamento de 2019), uma medida que visa estimular as empresas a reforçarem as suas actividades de investigação e desenvolvimento, segundo a qual a matéria colectável sujeita ao imposto complementar de rendimentos das empresas de Macau, vai beneficiar de uma dedução de 300% para os primeiros 3 milhões de patacas do valor total das «despesas de investigação e desenvolvimento qualificadas», e de 200% para o montante remanescente, sendo o valor máximo de dedução de 15 milhões de patacas. Na segunda fase, vai ser elaborada uma legislação sobre o “Regime jurídico de benefício fiscal para o exercício de actividades de inovação científica e de investigação”, encontrando-se, neste momento, em fase de elaboração o projecto do respectivo diploma legal.

IX Reforço da comunicação e intercâmbio para promover a inovação, empreendedorismo e empregabilidade juvenis

Aperfeiçoamento contínuo e implementação eficaz do “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”. Com o objectivo de promover a diversificação adequada da economia e o desenvolvimento sustentável de Macau, o Governo da RAEM lançou, em Agosto de 2013, o “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores” (Plano de Apoio), visando conceder aos jovens locais que desejam criar o seu próprio negócio uma verba de apoio até ao valor de 300 mil patacas, isenta de juros, para aliviar a pressão de angariação de capitais na fase inicial da criação de negócios. Em 2017, o Governo da RAEM, através da revisão do Regulamento Administrativo n.º 12/2013, alargou o âmbito dos beneficiários do Plano de Apoio, passando o apoio a ser concedido não apenas aos jovens que pretendessem criar o seu primeiro negócio mas também às empresas constituídas pelos jovens empreendedores com experiências de negócios. A par do apoio financeiro, as acções de formação destinadas a jovens empreendedores também foram reforçadas, tendo sido exigido aos empresários beneficiários a participarem e concluírem o curso de formação ministrado pelo Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM), com uma duração de 42 horas, no intuito de fortalecer ainda mais as capacidades dos mesmos na gestão operacional de negócios. Ademais, foram introduzidos ainda melhoramentos ao referido Regulamento, simplificando as formalidades de pedido e aperfeiçoando o mecanismo de fiscalização pós-aprovação.

O Plano de Apoio foi lançado em Agosto de 2013. Desde então até finais de Agosto de 2019, foram recebidos 1 996 pedidos, tendo sido aprovados 1 490, representando um montante de cerca de 340 milhões de patacas, envolvendo principalmente o sector de comércio a retalho, restauração e serviços destinados às empresas, e também indústrias emergentes cujo desenvolvimento é apoiado pelo Governo da RAEM, tais como 85 casos na área da indústria cultural e criativa, 51 na área da indústria relacionada à *Internet+* e 19 na área da indústria de medicina tradicional chinesa, ocupando cerca de 10,4% do total dos pedidos aprovados. Verifica-se que a implementação do plano tem desempenhado um papel muito positivo no fomento do mercado de emprego local, tendo as mais de mil empresas beneficiárias criado, até à presente data, mais de 4 000 postos de trabalho.

Criação do “Centro de Incubação de Negócios para os Jovens” para prestação de serviço de apoio mais abrangente. O Governo da RAEM criou, em Junho de 2015, o “Centro de Incubação de Negócios para os Jovens” (CINJ) em que a DSE, o IPIM e o CPTTM prestam, em conjunto, aos jovens empreendedores serviços como colaboração no tratamento das formalidades administrativas, disponibilização da informação sobre o mercado, ministração de cursos de gestão de negócios, além da orientação sobre empreendedorismo.

No intuito de otimizar ainda mais o apoio aos jovens empreendedores, foi encomendada, em Outubro de 2017, à Parafuturo de Macau Investimento e Desenvolvimento Lda. (PFM Macau) a exploração do novo “Centro de Incubação de Negócios para os Jovens” que passou a funcionar 24 horas por dia e sem interrupção durante todo o ano, com o fim de proporcionar diversas instalações complementares e serviços profissionais de apoio. Desde Junho de 2015 até finais de Agosto de 2019, o CINJ recebeu um total de 343 pedidos de admissão ao Centro, dos quais 251 foram aprovados. As empresas aprovadas dedicam-se às indústrias de ciência e tecnologia, cultura, convenções, exposições e turismo, gestão de restauração, serviços comerciais e produtos farmacêuticos, entre outras.

Em Outubro de 2018, o CINJ, na respectiva cerimónia de descerramento da placa, foi reconhecido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia da China como o primeiro Espaço Nacional de Trabalho Colaborativo nas regiões de Hong Kong e de Macau. Além disso, o projecto de ciência e tecnologia intitulado “Materiais condutores transparentes e flexíveis baseados em redes de nano fios de prata”, da autoria de um membro do CINJ, para além de ter sido o vencedor da 1.ª Edição do Concurso de Inovação e Empreendedorismo de «Parafuturo de Macau», ganhou também o título de campeão mundial na fase final da competição global da *Create @ Alibaba Cloud Startup Contest 2018*, o que lhe granjeou o acesso prioritário ao Centro Global da Inovação de Alibaba.

Lançamento do “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, valorizando as funções da plataforma do “Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa” em Macau. Com o objectivo de apoiar a construção em Macau do “Centro de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da China e dos Países de Língua Portuguesa”, a DSE lançou, em Novembro de 2017, o “Programa de Intercâmbio de Inovação e Empreendedorismo para Jovens da

China e dos Países de Língua Portuguesa” (doravante designado por Programa), que tinha por objectivo ajudar os jovens empreendedores de Macau interessados em fazer visitas a Portugal a encontrarem e efectuarem intercâmbio com as empresas locais, facultando-lhes espaços de trabalho gratuitos, organizando *roadshows* de projectos e cursos de formação em comércio, entre outros apoios e serviços. Desde o seu lançamento até finais de Agosto de 2019, o Programa contou com a participação de 57 jovens empreendedores que se dedicam às actividades de prestação de serviços comerciais, cultura e criatividade, ciência e tecnologia, entre outras, dos quais 32 já concluíram, com sucesso, a actividade em questão.

No intuito de promover o contacto e a ligação entre as empresas dos jovens empreendedores de Macau, das cidades da Grande Baía e de Portugal, foi alargada a cobertura do Programa, passando a ser abrangidas, desde Agosto de 2018, as cidades da Grande Baía com quem o Governo da RAEM tinha celebrado acordos de cooperação sobre empreendedorismo juvenil, nomeadamente as cidades de Zhongshan, Guangzhou, Zhuhai, Shenzhen e Jiangmen, permitindo aos jovens empreendedores dessas cidades candidatarem-se ao Programa e terem acesso ao espaço de trabalho da *Second Home* de Portugal, para efeitos de intercâmbio e usufruto dos serviços aí prestados, tais como cursos de formação, consultadoria e aconselhamento, etc.

Além disso, sob a organização da DSE, várias delegações compostas por elementos provenientes das associações de juventude, jovens empreendedores, professores das instituições de ensino superior na área de empreendedorismo, todos de Macau, assim como por representantes dos organismos públicos competentes de empreendedorismo das cidades da Grande Baía com quem o Governo da RAEM tinha celebrado acordos de cooperação e das incubadoras das respectivas cidades, deslocaram-se a Portugal e Brasil, efectuando visitas de estudo aos espaços de trabalho colaborativo, centros de incubação e associações comerciais locais, conhecendo, *in-loco* e através das actividades interactivas, o ambiente e as medidas promovidas no âmbito da criação de negócios.

Aprofundamento contínuo do intercâmbio e cooperação com as incubadoras de empreendedorismo juvenil da Grande Baía. Desde 2016, o Governo da RAEM tem estabelecido, sucessivamente, mecanismos de comunicação e cooperação com várias incubadoras de empreendedorismo juvenil, nomeadamente com a Oficina (Internacional) de Inovação para os Jovens de Guangdong, Hong Kong e Macau e a Parque de Criatividade, Inovação e Empreendedorismo - Comunidade Cultural e Criativa para Jovens de Guangdong, Hong Kong e Macau, em Nansha, Guangzhou, o Vale de Criação de Negócios para os Jovens de Macau em Hengqin, o Centro de Jovens Empresários e Inovação Shenzhen-Hong Kong, em Qianhai, Shenzhen, o Espaço de Empreendedorismo de E-Park em Zhongshan e o Parque de Empreendedorismo de Alta Tecnologia de Tocha em Jiangmen, tendo por objectivo, através do reconhecimento mútuo dos projectos de empreendedorismo juvenil, recomendar as empresas dos jovens a instalarem naqueles espaços de incubação e proporcionar aos jovens diversos apoios e serviços de aconselhamento profissionais sobre a criação de negócios.

Para aprofundar o conhecimento dos jovens sobre as cidades da Grande Baía relativamente à sua situação de desenvolvimento e ao ambiente para criação de negócios,

o Governo da RAEM organizou, por diversas vezes, visitas de estudo às cidades da Grande Baía, como Shenzhen, Guangzhou, Zhongshan, Zhuhai, Jiangmen e Foshan, em prol das associações de juventude e empresas empreendedoras, nomeadamente aos centros de incubação de negócios para os jovens daquelas cidades, tendo agendado também encontros com os representantes dos organismos competentes, associações industriais e comerciais e empresas locais, procurando, deste modo, alargar a inspiração dos jovens de Macau no planeamento dos trabalhos preparatórios para a criação de negócios no Interior da China.

Além disso, foi lançado em Junho de 2019 o “Programa de Permuta de Serviços de Consultadoria Profissional”. Trata-se de uma iniciativa promovida pelo Governo da RAEM, em conjunto com os centros de incubação de negócios dos jovens da Grande Baía com quem o Governo da RAEM tinha celebrado acordos de cooperação, no sentido de providenciar, de forma recíproca, aos jovens empreendedores das duas partes serviços de consultadoria profissional nas áreas jurídica, contabilística, tributária, entre outras, estando a estudar a viabilidade de, através do respectivo mecanismo, prestar apoio às “*starups*” de Macau e da Grande Baía na prospecção empresarial nos países de língua portuguesa.

Esforços conjuntos do Governo e das instituições associativas para apoiar os jovens na criação de negócios e no acesso ao emprego. No tocante ao empreendedorismo juvenil, o Governo da RAEM, mediante o estreitamento da cooperação com os organismos profissionais, associações de juventude e instituições do ensino superior de Macau, criou inúmeras plataformas destinadas à prestação de serviços de consultadoria e à partilha de experiências sobre empreendedorismo, com destaque ao “Programa de Orientação para Jovens Empreendedores” e ao “Concurso de Empreendedorismo para Jovens Arrendatários das Tendas da Feira das Vésperas do Ano Novo Lunar”, organizados em conjunto com as instituições associativas, pretendendo fazer uso das redes de negócios dos especialistas e empresários para orientar as equipas empreendedoras a traçarem planos adequados ao mercado.

A par disso, a DSE, em conjunto com a Direcção dos Serviços de Educação e Juventude (DSEJ) e a Comissão Preparatória de Formação de Empreendedorismo e Inovação da Juventude, tem organizado, desde 2016 e sucessivamente, o “Plano de Formação de Empreendedorismo e Inovação da Juventude” e o “Concurso de Empreendedorismo e Inovação Juvenil de Macau”, com vista a potencializar a capacidade dos jovens de Macau na aquisição de conhecimentos diversificados e de técnicas necessárias para a criação de negócios. Ademais, a interligação do Concurso supracitado com as diversas competições do mesmo género organizadas nas cidades da Grande Baía, permite aos jovens empreendedores de Macau competirem com os das cidades da Grande Baía nos mesmos eventos, oferecendo meios para que os jovens das duas partes iluminem mutuamente os seus espíritos, partilhem reciprocamente as experiências e dinamizem um a outro as ideias e inspirações criativas e empreendedoras

Sobre o apoio aos jovens no emprego, a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL) alterou, em 2016, a forma de organização da “Feira de Emprego para Jovens”, adoptando, a partir daí, uma modalidade de organização em parceria com as

associações de juventude, em detrimento do modelo praticado anteriormente, ou seja, por meio da prestação de financiamento às ditas associações para a sua organização, tendo-se empenhado em proporcionar, no decorrer das diversas edições da respectiva actividade, serviços como registo de emprego, *workshop* de simulação de entrevista de emprego, avaliação de potencialidades profissionais, informação relativa à formação profissional, consulta sobre as legislações laborais, entre outras matérias. O número de visitantes da Feira subiu de 2 000 para uma média de cerca de 4 000 nos últimos anos.

Optimização contínua dos serviços de aconselhamento de emprego e da formação profissional para elevar a competitividade dos jovens. Para apoiar os jovens que estão à procura de emprego a integrarem-se, com êxito, no mercado de trabalho, a DSAL tem promovido, de forma empenhada, serviços de aconselhamento profissional e acções de formação de técnicas profissionais em diversos tipos e modalidades, consoante as necessidades concretas da sociedade, ajudando-os a prepararem-se bem para a sua empregabilidade. Assim, foram organizados e lançados, respectiva e sucessivamente, a partir de 2010 e 2014, *workshops* de simulação de entrevistas e serviços de avaliação de potencialidades profissionais para os jovens aprenderem e conhecerem os aspectos essenciais sobre entrevistas. Desde o seu lançamento até finais de Agosto de 2019, estas duas actividades contaram com a participação de 1 001 indivíduos e de 572 indivíduos, respectivamente.

Além disso, têm sido também realizadas palestras e *workshops* sobre “Planeamento da carreira profissional”, “Tendências de desenvolvimento do emprego” e “Técnicas de comunicação no trabalho”, a fim de proporcionar meios mais eficazes para os jovens obterem informações sobre o emprego. Desde o início de 2015 até finais de Agosto de 2019, houve um total de 9 049 participantes nos seminários temáticos/*workshops* sobre o planeamento de carreira profissional organizados pela DSAL.

No âmbito da formação profissional destinada a jovens, a DSAL tem promovido o curso diurno de formação inicial em aprendizagem, tendo sido realizadas, até finais de Agosto de 2019, 22 edições do referido curso com temas que englobam a montagem de equipamentos eléctricos, a electrónica e as telecomunicações, etc., e, ainda, organizada a participação dos formandos nos testes de técnicas do trabalho a que dizia respeito. Desde finais de 2014 até finais de Agosto de 2019, um total de 261 formandos concluíram os cursos, 249 dos quais passaram com aproveitamento. Os formandos que foram contratados logo após a formação atingiram o número de 210 indivíduos, representando cerca de 86% do total dos formandos que concluíram os cursos.

Por outro lado, a DSAL tem-se empenhado na participação na “Competição Mundial de Aptidão Profissional” e na organização da “Competição de aptidões entre os jovens de Guangzhou, Hong Kong, Macau e Chengdu”, procurando, deste modo, oferecer aos jovens candidatos meios para conhecerem, presencialmente, a especialização dos diversos trabalhos, reforçando a atenção e os interesses dos jovens em relação à formação profissional e fomentando a diversificação do desenvolvimento da sua carreira profissional.

Prosseguimento das iniciativas de intercâmbio e diálogo sincero com os jovens de Macau para interacção e discussão dos assuntos sobre as situações do País e da RAEM, bem como as políticas do Governo local. No seguimento dos planos delineados sob a coordenação do Governo da RAEM e, com base nas iniciativas ininterruptamente realizadas ao longo dos anos transactos no âmbito da Economia e Finanças, para manutenção de contactos e comunicação com a camada juvenil de Macau, foram levadas a cabo, entre 2018 e 2019, mais de 20 actividades, tais como, diálogo entre jovens e dirigentes, visitas de dirigentes às associações juvenis ou organizações de estudantes, etc. De entre as quais se destacaram as quatro sessões de troca de opiniões entre o Secretário para a Economia e Finanças e os jovens locais que tiveram por objectivo permitir aos jovens conhecerem mais aprofundadamente a situação de participação de Macau nos processos estratégicos do desenvolvimento nacional e da cooperação regional, o posicionamento de Macau em prol do desenvolvimento, a elaboração das linhas de acções governativas locais, a realização dos trabalhos governativos, entre outros aspectos, além da auscultação das suas opiniões quanto aos trabalhos do Governo em diversas áreas, assim como das suas aspirações sobre o seu próprio desenvolvimento. Além disso, em conformidade com os planos do Governo da RAEM, foi organizada, em Julho p.p., uma delegação composta por cem jovens locais para visitas e aprendizagem às cidades de Nanjing e Changzhou da Província de Jiangsu. Sendo uma das iniciativas no âmbito do programa intitulado “Caminhar juntos na Nova Era”, esta visita teve por objectivo aprofundar o conhecimento dos jovens locais sobre a história da Mãe-Pátria, permitindo-lhes saber em pormenor a actual situação do desenvolvimento do País, promovendo o entendimento e a comunicação mútuos entre os jovens e estudantes de Macau e os daquelas cidades.

X Optimização da constituição da equipa de talentos da área industrial, ajudando os residentes a reforçarem a sua empregabilidade, promovendo a ascensão profissional e a mobilidade horizontal dos mesmos

Lançamento de várias acções de formação de talentos, preparando talentos necessários para o desenvolvimento da indústria de convenções e exposições. O Governo da RAEM tem desenvolvido e apoiado, de forma activa, a formação dos talentos de convenções e exposições locais, prestando apoio ao sector MICE para organizar, em conjunto com as organizações internacionais de convenções e exposições com maior prestígio, acções de formação e exame no âmbito da certificação a nível internacional, oferecendo aos jovens locais as oportunidades de estágio. Neste sentido, foi lançado, em Novembro de 2014, o “Programa de Apoio para a Formação de Profissionais na Área de Convenções e Exposições” para encorajar as instituições de educação e formação locais a criarem cursos relativos ao MICE, apoiando-se a participação dos operadores MICE nos cursos de formação e exames. Até finais de Agosto de 2019, mais de 300 pessoas participaram nos cursos de formação. Entre 2015 e 2017, o Governo da RAEM e o Ministério

do Comércio do Estado coorganizaram, em Shanghai, Dalian e Hangzhou, três edições do “Curso de Formação de Talentos de Convenções e Exposições” destinados aos operadores MICE de Macau e do Interior da China, de modo a ajudá-los a melhorarem o seu nível profissional enquanto promovendo o intercâmbio e a partilha de experiências entre os operadores dos dois lados, tendo um total de 66 operadores de convenções e exposições de Macau concluído cursos de formação. Entretanto, foi realizada uma série de cursos de formação mediante a cooperação entre o IPIM e a DSAL, respeitantes, nomeadamente, à construção de *stands*, design de arte, hospitalidade de convenções e exposições, etc., sendo a formação alargada, de forma ordenada, para outros sectores relacionados com convenções e exposições, tais como controlo de iluminação de palco e tecnologia de som, no sentido de formar mais talentos técnicos para a indústria de convenções e exposições; de 2015 até Agosto de 2019, um total de 131 pessoas inscreveram-se nos cursos relevantes. O Governo da RAEM tem também apoiado o sector MICE de Macau na organização, em conjunto com as organizações internacionais de convenções e exposições com maior prestígio, das ações formativas, como por exemplo, curso de “Certificado em Gestão de Exposições” (CEM) e curso superior de “Exhibition Management Degree” (EMD), tendo reservado, pela primeira vez em 2018, parte das vagas dos referidos cursos a favor dos operadores do sector MICE das várias cidades da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e dos países de língua portuguesa. De 2015 a Agosto de 2019, foram formados 67 gestores locais em CEM e 42 gestores locais em EMD.

A par disso, a fim de aprofundar a compreensão e a experiência dos jovens locais sobre as actividades de convenções e exposições de Macau, o IPIM recrutou jovens locais para serem funcionários e aprenderem na prática durante os eventos de MICE sob a sua organização. Ao mesmo tempo, os Gabinetes de Representação do IPIM no Interior da China lançaram o Plano de Estágio e Trabalho a Tempo Parcial em Convenções e Exposições para Estudantes de Macau, com vista a fornecer oportunidades de trabalho a tempo parcial aos estudantes de Macau que frequentam instituições de ensino superior em diferentes províncias e municípios da China Continental.

Promoção da formação de talentos locais na área financeira e introdução adequada de profissionais para favorecer o desenvolvimento do sector financeiro. Para fortalecer a formação de talentos locais, a AMCM tem vindo a estimular o sector financeiro, as instituições de ensino superior e estabelecimentos de ensino a realizarem cursos de formação profissional financeira. De 2015 até finais de Agosto de 2019, o Instituto Financeiro de Macau, constituído conjuntamente pela AMCM e pelos operadores do sector financeiro de Macau, organizou 224 cursos e 47 seminários e ações de formação, com mais de 10 000 participantes. Paralelamente, também foram lançados vários cursos de qualificação profissional, tais como o “Certified Financial Management Planner”, o “Registered Financial Consultants”, o “Certified Banker”, etc., com mais de 510 participantes. Foi lançado, sucessivamente em 2018 e 2019, o “Plano do IFF de Desenvolvimento de Talentos Locais para os Sectores Financeiro e Segurador de Macau”, com uma duração de dois anos, proporcionando aos estudantes da universidade de Macau oportunidades de estágio de verão nas áreas de tecnologia financeira, gestão de património, banca e seguros. Em Fevereiro de 2019, a AMCM e o Fundo de Cooperação e Desenvolvimento China-Países

de Língua Portuguesa organizaram, em conjunto, o “Curso de formação de curta duração dos talentos da área financeira de Macau”, tendo realizado uma viagem de trabalho que contou com mais de 20 representantes do sector financeiro de Macau a Pequim, Changzhou e Nanjing, com uma duração de 5 dias. Além disso, a AMCM e as instituições de ensino superior e instituições financeiras e de seguro formaram conjuntamente uma equipa para a formação de talentos, tendo sido iniciada a elaboração de um “Plano de desenvolvimento de talentos para o sector financeiro com características próprias”, estabelecendo objectivos e planos concretos para a formação de talentos financeiros locais. Por outro lado, em Outubro de 2018, a AMCM e a Autoridade Monetária de Hong Kong (HKMA) celebraram o “Memorando de cooperação no quadro de qualificações profissionais bancárias”, cujo conteúdo inclui a possibilidade de reconhecimento recíproco de diversas formações profissionais na área bancária e qualificações profissionais obtidas em ambas as regiões, apoiando a promoção do intercâmbio e da formação de talentos do sector bancários entre as duas partes e fomentando o reforço da qualidade profissional dos trabalhadores do sector bancário de Macau. Para aliviar a questão da escassez de recursos humanos no sector, pretendendo que os talentos financeiros importados possam desempenhar um papel de ensino relativamente aos trabalhadores do respectivo sector local, o Governo da RAEM tem melhorado gradualmente os procedimentos administrativos respeitantes à importação de talentos da área financeira com características próprias, no intuito de introduzir, de forma adequada, quadros qualificados financeiros.

Valorização da plataforma de intercâmbio do Parque Científico e Industrial da Medicina Tradicional Chinesa no âmbito da cooperação Guangdong-Macau em prol dos jovens de Macau, proporcionando-lhes oportunidades de intercâmbio profissional e formação específica em medicina chinesa. No intuito de proporcionar acções de formação e estágios profissionais em MTC aos jovens de Macau, no período entre 2016 e Agosto de 2019, o Parque Industrial organizou 4 edições de cursos, consistindo em teoria e prática profissionais, e 5 edições do “Programa de estágio no estrangeiro para jovens médicos de medicina chinesa”, totalizando 70 jovens médicos de Macau que participaram nos referidos cursos de formação profissional e nos programas de consultas médicas voluntárias no estrangeiro, formação e estágio clínico e, formação de assistente de formador clínico, entre outros, respectivamente em Moçambique e na Tailândia. Igualmente, o Parque Industrial criou uma plataforma destinada ao intercâmbio e aprendizagem dos jovens médicos do ramo da MTC da região da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau e do mundo. Desde o estabelecimento da Base de Intercâmbio Internacional para os Jovens Médicos de MTC em Setembro de 2018 até Agosto de 2019, foram já organizadas, com êxito, 6 edições de salões de intercâmbio, como a “Conversa com jovens sobre a medicina chinesa”, o “Curso em língua portuguesa para médicos de MTC”, entre outras iniciativas, com um total de 243 participantes, incluindo jovens médicos de Macau, profissionais falantes de língua portuguesa e jovens representados dos países de língua portuguesa, a fim de propiciar a elevação dos níveis globais das competências dos talentos do ramo da MTC. Adicionalmente, o Parque Industrial, em colaboração com as instituições do ensino superior de Macau, lançou, no âmbito dos seus projecto de construção e plano de recrutamento de talentos, programas de formação de talentos qualificados de Macau, como por exemplo, “Programa

de acompanhamento de estudantes por oficiais do quadro superior”, “Programa de estágio, entre outros, com vista a proporcionar aos jovens de Macau oportunidades de trabalho.

Incentivo ao reforço das acções de formação destinadas aos trabalhadores do sector do jogo, no sentido de fomentar a sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. O Governo da RAEM tem vindo a empenhar-se em promover e incentivar as operadoras de jogo a facultarem aos seus trabalhadores uma variedade de actividades de formação, de modo a alargar a capacidade profissional dos mesmos, fomentando a sua promoção e mobilidade horizontal. Particularmente nos anos de 2015 e 2016, altura em que a economia de Macau estava a sofrer um ajustamento profundo, as operadoras de jogo foram obrigadas a organizarem cursos de formação remunerada em serviço a favor dos seus trabalhadores, de modo a incentivar a aprendizagem contínua e a auto-valorização dos mesmos. Também nesse período de tempo, a DASL reforçou os seus serviços de apoio aos trabalhadores, adoptando diligências correspondentes no âmbito da formação profissional e disponibilização de emprego em prol dos mesmos, nomeadamente no que respeito ao apoio à mudança de emprego e elevação de aptidão técnica dos trabalhadores do sector do jogo, entre outras matérias. Em finais de 2015, no primeiro “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações”, foram organizadas sessões exclusivas de testes de técnicas em conjunto com as empresas de grande dimensão, nomeadamente com as operadoras de jogo, por forma a incentivar os trabalhadores a participarem em actividades de formação e obterem os respectivos certificados através de exames, ajudando-os a fazerem melhor uso das oportunidades proporcionadas para a sua ascensão profissional ou mobilidade horizontal. Em 2016, foi lançado o “Curso de formação sobre desempenho profissional para os trabalhadores do sector do jogo”, na modalidade de formação remunerada em serviço, sob uma forma de cooperação entre o Governo e as entidades patronais e laborais. Desde o seu lançamento até finais de Agosto de 2019, foram organizadas, no total, 288 edições do referido curso, contando com a participação de 7 932 formandos.

Organização de cursos de formação profissional de diversas vertentes, dando resposta às necessidades do desenvolvimento económico e industrial, assim como à procura de talentos por parte das empresas. Entre 2015 e Agosto de 2019, a DSAL organizou um total de 1 146 cursos de formação, nomeadamente “formação com certificação”, “formação remunerada em serviço” e “elevação da habilidade profissional”. Os cursos de formação na modalidade de formação remunerada em serviço começaram a ser organizados a partir de 2015, sendo o “Plano de formação de técnicas de manutenção de instalações” o primeiro projecto dessa natureza a ser lançado, com as áreas de formação a crescerem gradualmente, passando das 7 na fase inicial para as actuais 12, e a cobrir um maior leque de profissões. Desde o lançamento do referido plano até finais de Agosto de 2019, 1 529 pessoas participaram nas respectivas acções de formação, 316 das quais conseguiram encontrar trabalho correspondente devido a esse plano e 695 foram contratadas directamente pelas empresas ou através da transferência interna. Nesse período de tempo, houve um total de 91 empresas dos diversos sectores que aderiram a esse plano, nomeadamente hotéis, operadoras de jogo, empresas de telecomunicações e de construção, entre outras. De acordo com o inquérito sobre a situação de emprego realizado pela DSAL em 2017, junto dos formandos que participaram no referido plano de 2015 e de 2016,

89,6% dos formandos inquiridos afirmaram a elevação da sua técnica profissional, 33,1% manifestaram ter auferido aumentos salariais, 14,3% indicaram ter sido promovidos e 17,5% conseguiram mudar para outro sector. Estes números demonstram que o plano em questão desempenha um papel muito positivo na promoção do desenvolvimento profissional dos trabalhadores.

Foi lançado, desde Junho de 2018, o “Plano de formação de cozinheiro para os sectores da hotelaria e da restauração”, na modalidade de formação remunerada em serviço com oferta do serviço de conjugação de emprego, a fim de proporcionar formação de técnicas profissionais relacionadas com culinária para cozinheiros ao serviço, cozinheiros integrados há pouco tempo no sector e indivíduos com interesse em mudar para a profissão de cozinheiro. Desde o lançamento do referido plano até finais de Agosto de 2019, houve um total de 162 formandos e 22 empresas que participaram nos respectivos cursos de formações, com 58 formandos a acabarem por ingressar no sector através deste Plano.

Reforço contínuo das medidas de testes de técnicas profissionais. A fim de apoiar os residentes de Macau na obtenção, via exames, de certificados de técnicas reconhecidos local e internacionalmente, elevando a sua empregabilidade global e alargando os espaços e as oportunidades para o desenvolvimento da sua carreira profissional, a DSAL tem vindo a desenvolver, de forma contínua, planos relacionados com os testes de técnicas profissionais, incluindo o aperfeiçoamento dos procedimentos e da qualidade de testes; a organização de mais cursos no modelo de “formação conjugada com testes de certificação”; o lançamento, com base no mecanismo de cooperação regional, de testes de técnicas nas modalidades de “um teste, três certificados” e de “um teste, vários certificados”; o incentivo aos empregadores a prestar apoio activo aos seus trabalhadores na obtenção de certificados de técnicas, etc., a fim de fomentar a ascensão profissional e a mobilidade horizontal dos recursos humanos. Até finais de Agosto de 2019, a DSAL prestou serviços de avaliação de qualificação profissional a mais de 40 tipos de trabalho, envolvendo sectores de construção, hotelaria e restauração, obras de reparação, venda a retalho, agências imobiliárias, cuidados pessoais, arranjos florais, jardinagem, gestão de instalações, entre outros. Entre 2015 e Agosto de 2019, um total superior a 13 400 residentes de Macau obtiveram certificados de técnicas profissionais atribuídos pela DSAL, 3 842 dos quais, distribuídos por 25 tipos de trabalho, obtiveram, em simultâneo, certificados de qualificação profissional nacional, certificação de técnicas com reconhecimento internacional, assim como certificados de técnicas profissionais de Macau, através dos testes de técnicas na modalidade “um teste, vários certificados” ou por meio dos cursos com certificação.

XI Intensificação contínua das actividades promocionais, de sensibilização e de fiscalização sobre a segurança e saúde ocupacional

Ao longo do mandato do quarto Governo, a DSAL tem promovido uma série de acções de fiscalização, sensibilização e formação sobre a segurança e saúde ocupacional

para o sector da construção, otimizando continuamente os respectivos trabalhos para reforçar gradualmente os conhecimentos dos operadores do sector quanto a esta matéria e às condições de segurança no trabalho. Actualmente, esta forma de trabalho já mudou, passando as empresas do sector a organizarem, de forma espontânea, as acções inspectivas e procederem à auto-monitorização sobre a segurança e saúde ocupacional.

Na sequência da promulgação e implementação do “Regime do cartão de segurança ocupacional na construção civil”, a DSAL, para assegurar que os trabalhadores nos estaleiros de obras de construção têm conhecimentos básicos sobre a segurança no trabalho (existem, actualmente, mais de 180 mil cartões de segurança e saúde ocupacional válidos, significando uma cobertura plena de todos os trabalhadores no referido sector), alargou o “Plano de formação sobre segurança em trabalhos específicos na construção civil”, abrangendo áreas como trabalho em altura e em espaços confinados, uso de electricidade e procedimentos operacionais dos aparelhos elevatórios. Além disso, foram organizados, em conjunto com as associações profissionais e as instituições do ensino superior, cursos com diploma e certificado sobre trabalhador encarregado da segurança no sector de construção civil, segurança e saúde ocupacional da construção civil, auditores da segurança na construção, entre outras áreas, tendo sido registado, até Agosto de 2019, um total de mais de 2 500 formandos que obtiveram os respectivos diplomas e certificados.

Por outro lado, foram levadas a cabo, de forma faseada e com alvos definidos, acções de sensibilização e fiscalização prévias sobre a segurança no trabalho, organizando antecipadamente campanhas promocionais junto dos estaleiros com obras prestes a iniciar, iniciativas de sensibilização específica em estaleiros com maior ocorrência de acidentes de trabalho, além da realização contínua de sessões de esclarecimento diurnas e palestras sobre a segurança de trabalho junto dos estaleiros. Mais ainda, no intuito de apoiar a mitigar os problemas das pequenas e médias empresas sobre a falta de equipamentos de segurança devido à insuficiência de recursos, foi lançado o plano de promoção dos equipamentos de segurança e saúde ocupacional, tendo sido distribuído, durante o período entre 2015 e Agosto de 2019, um total de 4 184 conjuntos/peças dos respectivos equipamentos. Ao mesmo tempo, foram elaboradas as “Instruções do trabalho seguro nos estaleiros de construção civil”, facultando ao pessoal de segurança uma noção básica quanto à execução dos trabalhos de supervisão e de monitorização da segurança dos estaleiros, nos termos da lei.

Em termos da fiscalização da segurança e saúde ocupacional, começaram a ser implementadas, a partir de 2017, as medidas de vistoria de grande escala, pelo menos três vezes por ano, junto de todos os estaleiros de obras em Macau, as acções inspectivas antes e depois dos tufões e das festividades do Ano Novo Lunar, etc., tendo sido permitido ainda aos empreiteiros de obras acederem, mediante requerimentos, ao sistema de pontuação relativa à segurança e saúde ocupacional dos estaleiros, para que possam fazer uma auto-avaliação sobre a situação da segurança e saúde ocupacional das suas obras, e introduzir melhorias adequadas. Durante a primeira grande vistoria efectuada em Julho de 2017, foram emitidas, no total, 31 ordens de suspensão do trabalho para os estaleiros com maiores riscos da segurança e saúde ocupacional. Após esforços constantemente investidos na intensificação das acções de sensibilização e formação sobre a segurança e saúde ocupacional, as ordens

de suspensão de trabalho passaram para 2 e 1, respectivamente, nas primeira e segunda vistorias de 2019, o que reflectiu o reforço gradual da proactividade dos empreiteiros de obras em proceder à auto-gestão da segurança dos seus estaleiros e adoptarem medidas relativamente a esta matéria.

Para além de participarem empenhadamente nas actividades de treino organizadas pela DSAL na área da segurança e saúde ocupacional, os operadores do sector de construção têm organizado, por iniciativa própria, vários tipos de formação e promoção nos seus estaleiros. Até Agosto de 2019, mais de 90 empresas/projectos de construção celebraram o Acordo de Segurança e Saúde Ocupacional, o que demonstra o empenho das três partes (o Governo e as entidades patronal e laboral) em assegurar a segurança na construção, assim como a determinação das empresas do sector em proceder à auto-regulação. A taxa de acidentes por cada mil pessoas no sector da construção baixou, de 25 em 2015 para 22,9 em 2018, enquanto o número de vítimas de acidentes de trabalho diminuiu também, de 1 369 indivíduos em 2015 para 713 indivíduos em 2018.

XII Optimização contínua das medidas administrativas e dos procedimentos dos serviços prestados, facilitando a vida da população e da comunidade empresarial

Os serviços públicos da área da Economia e Finanças têm vindo a dedicar-se ao melhoramento contínuo dos procedimentos administrativos, respectivos serviços e medidas, empenhando-se em lançar serviços electrónicos e proceder, de forma ininterrupta, à revisão e melhoria da capacidade de atendimento dos serviços prestados ao público e das instalações físicas relacionadas, no sentido de facultar à população e às empresas serviços menos burocráticos e que exigem menos tempo para o seu acesso, facilitando assim a vida das mesmas. De entre as iniciativas desencadeadas, destaca-se o “serviço sobre a cooperação interdepartamental da área da Economia e Finanças no recebimento de documentação”, lançado em Agosto de 2015 pelos quatro serviços públicos sob a tutela da Secretaria para a Economia e Finanças (DSE, DSF, DSAL e IPIM), através do qual os residentes e empresários que têm essa necessidade podem apresentar os seus documentos respeitantes a outros serviços, junto do local de recolha mais próximo, reduzindo, desta forma, o número de deslocações aos serviços públicos relevantes, poupando assim o seu tempo.

A DSAL lançou, nos últimos anos, aplicações para telemóvel (APPS), tendo aperfeiçoado continuamente as suas funcionalidades, permitindo ao público ter acesso às informações sobre o andamento dos serviços solicitados, os resultados de admissão aos cursos de formação, o andamento dos casos sobre direitos e interesses laborais, entre outras. O “pedido de contratação de trabalhadores domésticos não residentes” passou a alistar-se como um dos serviços do Governo inteligente em 2018 e, desde então, os cidadãos podem solicitar autorização para a contratação desses trabalhadores, por via da aplicação para telemóvel “Acesso comum aos serviços públicos da RAEM”. Paralelamente, a DSAL, em colaboração

com a Transferência Electrónica de Dados – Macau EDI VAN, S. A, desenvolveu um sistema de preenchimento *online* do pedido de renovação de contratação de trabalhador não residente especializado/não especializado, permitindo aos requerentes, além de fazerem isto, consultar a situação das restantes autorizações concedidas às empresas para a contratação de trabalhadores não residentes.

Também os serviços *online* da DSAL foram actualizados de forma contínua. Como resultado, no âmbito da procura de emprego e do recrutamento de trabalhadores, tanto os candidatos a emprego como as empresas que pretendiam contratar pessoal, podiam fazer registos das suas pretensões *online*, efectuando, mediante esta plataforma electrónica da DSAL, a conjugação de emprego, conhecendo imediatamente a situação da contratação, marcando entrevistas e, assim, elevando a eficácia da conjugação. No tocante à segurança e saúde ocupacional, as inscrições para os cursos e exames para obtenção do Cartão de segurança ocupacional na construção civil, assim como a consulta das informações quanto à admissão aos ditos cursos e exames e respectivo prazo de validade, também podiam ser feitas através da *internet*. Além disso, foi desenvolvido ainda um sistema para participação *online* de acidentes de trabalho, para que os empregadores apresentassem, o mais rápido possível, os casos dos trabalhadores sinistrados em acidentes de trabalho.

A DSE, por sua vez, implementou, entre o início de 2015 e o final de 2018, diversas medidas no domínio fiscal, proporcionando mais facilidades à população na consulta de informações ou no tratamento das formalidades administrativas tributárias, de entre as quais se incluíram o lançamento, em 2015, de quiosques de auto-atendimento que, até ao momento, facultavam serviços tais como: a consulta por parte dos contribuintes dos seus próprios dados em matéria fiscal; a alteração dos respectivos endereços de correspondência para efeitos tributários; o pedido de certidão de dívida e a apresentação da relação nominal de empregados/assalariados do imposto profissional (M3/M4); o lançamento de uma aplicação para telemóvel e de uma conta oficial de WeChat para que o público pudesse ter acesso, a qualquer momento, às novidades sobre assuntos fiscais; a implementação, em 2018, de um sistema de uso exclusivo para os serviços e organismos públicos, no âmbito da consulta de dívidas de contribuintes, por via do qual os serviços e organismos públicos podem, por iniciativa própria, examinar ou até imprimir a certidão de dívida na versão electrónica, dispensando, consoante os casos relevantes, a apresentação, por parte dos contribuintes, da prova dessa natureza.

A AMCM emitiu “Instruções sobre apresentação de pedidos de autorização para a constituição de instituições de pagamentos” em Novembro de 2015 e “Instruções sobre apresentação de pedidos de autorização para a constituição de sociedades de locação financeira”, em Abril de 2016. Em resposta ao “Regime jurídico das sociedades de locação financeira” que entrou em vigor em Abril de 2019, as “Instruções sobre apresentação de pedidos de autorização para a constituição de sociedades de locação financeira” foram actualizadas para fornecer informações práticas sobre procedimentos de aplicação e requisitos de apreciação para os requerentes da licença financeira. Além disso, o processo de solicitação de licença para os mediadores de seguros foi optimizado em 2018; Desde 2019, procedeu-se à electronização dos mapas estatísticos do sector de seguros, tendo

os dados do sector de seguros e as informações regulatórias sido recolhidos, mediante sistemas de transmissão de dados eletrónicos, a fim de reforçar a confidencialidade e a segurança dos dados, bem como melhorar a qualidade, a eficiência do processamento e a análise dos dados. Paralelamente, foi introduzido o sistema de consulta de horas de acção de formação *on-line* respeitante ao “Programa de desenvolvimento profissional contínuo para os mediadores de seguros” possibilitando que os mediadores de seguros possam declarar, em conjunto, as suas horas de formação, através das suas companhias de seguros, com o objectivo de aperfeiçoar o processo de solicitação de licença para os mediadores de seguros. Em Agosto de 2019, cerca de 90% dos mediadores de seguros declararam, em conjunto, as suas horas de formação e renovaram as suas licenças.

O Conselho de Consumidores (CC), nos finais de 2015, criou um mecanismo de autenticação do código de QR a todas as Lojas Certificadas, tendo reforçado a função do selo de autenticação de loja Certificada com recurso às tecnologias de informação e optimizado plenamente a aplicação para telemóvel denominada por “Posto das Informações de Preços dos Combustíveis de Macau”; Em 2016, foi lançado o Sistema Online de Consulta de Andamento dos Casos de Arbitragem e elevada a eficiência dos serviços do Centro de Arbitragem; Foi criado, em 2017, o mecanismo de Lojas Certificadas Online; Em 2018, foram optimizadas as medidas sobre a participação dos turistas em processo arbitral, tendo sido lançado, a título experimental, na Grande Baía, o mecanismo transfronteiriço de arbitragem, estando esta iniciativa de cooperação a ser aplicada, neste momento, pelos organismos de defesa de consumidores de Zhuhai (incluindo Hengqin), Jiangmen, Foshan, Guangzhou, Zhongshan, Shenzhen e Hong Kong.

O IPIM lançou, em Setembro de 2017, o Sistema Funcional de Avaliação Online para os pedidos de fixação de residência temporária relativos a “Quadros Dirigentes e Técnicos Especializados” e, em 2018 e no início de 2019, o Sistema de Marcação Prévia Online e Sistema de Submissão Online dos documentos para instruir o pedido de fixação de residência temporária, respectivamente, para melhorar o processo de pedido. A par disso, foi optimizada e lançada de novo a Plataforma de Serviços das Bolsas de Contactos Online e Serviço de comunicação audio-visual com o Investidor, respectivamente em Julho de 2016 e Setembro de 2018, no sentido de optimizar serviços de apoio aos investidores.

XIII Aperfeiçoamento contínuo do sistema de indicadores estatísticos em consonância com o desenvolvimento socioeconómico

Tendo em consideração o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e atento às necessidades de participação no desenvolvimento nacional e de integração na cooperação regional, a DSEC optimizou constantemente os trabalhos de recolha, análise e pesquisa dos diversos dados estatísticos, aperfeiçoando o sistema de indicadores estatísticos, com vista ao fornecimento de dados estatísticos mais científicos e adequados às

necessidades reais, contribuindo para a materialização da política de governação científica. Além disso, optimizaram-se continuamente os trabalhos de elaboração e divulgação dos diversos dados estatísticos, permitindo o seu acesso atempado por parte do público. De entre esses trabalhos destacou-se o seguinte: divulgação anual, a partir do final de 2016, do “Relatório da Análise do Sistema de Indicadores Estatísticos para o Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia de Macau” e criação de uma página electrónica com tema sobre o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau; optimização dos procedimentos de elaboração da Conta Satélite do Sector das Convenções e Exposições e publicação no final de 2018 dos respectivos resultados preliminares referentes a 2017; estudo do melhoramento da metodologia de recolha de dados no âmbito dos Censos 2021, face às exigências dos respectivos trabalhos, procurando, na garantia da qualidade dos recenseamentos em causa, reduzir-se a necessidade de recursos humanos na parte respeitante aos agentes de censos.

XIV Aperfeiçoamento da instituição de regimes dos serviços públicos e reforço da consciência sobre os valores íntegros

Os serviços públicos da área da Economia e Finanças, tendo em conta o desenvolvimento da sociedade e as suas próprias necessidades operacionais, têm vindo a empenhar-se em rever os seus próprios regimes, dedicando-se ao melhoramento da sua estrutura orgânica, atribuições funcionais, estatutos de pessoal, etc., para reforçar a sua gestão administrativa e a eficiência dos trabalhos desenvolvidos. Assim sendo, a AMCM, em resposta às exigências do desenvolvimento do sector financeiro com características próprias de Macau, criou, em 2018, o Departamento de Desenvolvimento Financeiro com funções exclusivas para estudar, planear e promover a concretização dos trabalhos respeitantes ao desenvolvimento inovador do mercado financeiro e dos produtos inerentes. Atendendo às necessidades do desenvolvimento económico e industrial local, a DSE procedeu, em 2017, à remodelação da sua estrutura orgânica, melhorando a alocação das funções, com vista a fomentar o crescimento ascendente do comércio e das indústrias de Macau. Para se alinhar com a promoção do desenvolvimento da indústria de convenções e exposições, a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, entre outras metas, o IPIM alterou, em 2018, a sua estrutura orgânica, alargando o âmbito das suas atribuições, melhorando os procedimentos previstos no seu regulamento interno, equacionando, de melhor forma, a distribuição e coordenação dos trabalhos dentro do próprio organismo, além da criação do Departamento de Promoção Económica e Comercial com os Mercados Lusófonos.

Na perspectiva de assegurar a aplicação mais racional e eficaz dos recursos públicos, foram elaboradas instruções internas para a apreciação e aprovação dos pedidos de apoio financeiro no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC), aperfeiçoado o respectivo mecanismo de apreciação e fiscalização, bem como

definidas directivas internas respeitantes aos processos de tratamento dos requerimentos de empréstimo (apoio) em avultado montante, as quais incluíam, entre outras, o reforço do mecanismo de avaliação de qualificação de credores, o aumento dos requisitos e condições de garantia, por forma a otimizar mais aprofundadamente os procedimentos de gestão do Fundo em causa. O IPIM, por seu turno, procedeu a uma revisão e melhoria abrangente sobre o regime de fixação de residência temporária de investidores, quadros dirigentes e técnicos especializados, tendo sido clarificados os critérios de apreciação e estabelecidos mecanismos de exame e de confirmação, a fim de melhorar mais adequadamente os processos de apreciação e autorização de pedidos, prevenindo a ocorrência de quaisquer infracções administrativas mediante a introdução de alterações ao regime de gestão interna. Além disso, concluíram-se, em 2018, os trabalhos de revisão do estatuto privativo daquele organismo público, com alterações introduzidas, em primeiro lugar ao seu regime disciplinar, a fim de elevar a sua rigorosidade, planeando-se também a revisão e optimização, de forma mais abrangente, do regime regulamentar deste organismo para fortalecer a sua gestão.

Para fortalecer a construção de integridade nos diversos serviços públicos da área da Economia e Finanças e elevar a consciência do seu pessoal sobre os valores íntegros, o Comissariado contra a Corrupção foi convidado, de forma não periódica, para a realização de palestras para os trabalhadores dos referidos serviços, com temas que incidem sobre a conduta incorrupta, a aquisição pública de bens e serviços, entre outras. Concomitantemente, foram revistas e melhoradas as instruções e regras de trabalho internas desses serviços, para que o pessoal das diferentes categorias e níveis conhecessem melhor os regimes de integridade e de aquisição pública, fortalecendo, deste modo, a sua consciência quanto aos valores incorruptos e ao cumprimento da lei.

XV Lançamento de diversas políticas e medidas de apoio para atenuar os impactos causados pela calamidade dos tufões aos residentes e empresas

Garantia do abastecimento dos bens essenciais à vida da população durante a passagem de tufões, reforçando as acções inspectivas para assegurar a estabilidade dos preços desses produtos. Durante a passagem dos supertufões “Hato” e “Mangkhut” por Macau, respectivamente, em 2017 e 2018, o Governo da RAEM manteve uma comunicação estreita com as instituições e organismos de coordenação económica e comercial do País em Macau e as entidades fornecedoras de mercadorias, para assegurar o abastecimento estável dos bens e produtos agrícolas e seus derivados essenciais à população de Macau. No intuito de garantir o fornecimento e a estabilidade dos preços dos produtos de primeira necessidade, como cereais, óleos alimentares e outros géneros alimentícios, durante o período da passagem de supertufões por Macau, foi destacado constantemente pessoal para efectuar vistorias a todos os segmentos da cadeia de comercialização, desde armazéns, fabrico, importação até aos estabelecimentos de venda a retalho. O Conselho de Consumidores, por seu turno, criou linhas abertas, uma com

funcionamento durante 24 horas através de telefone fixo e outra por meio do aplicativo de telemóvel, facilitando à população e aos visitantes a consulta de informações, a apresentação de denúncias ou queixas sobre abastecimento de mercadorias, aumento anormal dos preços e açambarcamento de produtos por parte das lojas comerciais, entre outras situações, por forma a dar o devido acompanhamento e tratamento em tempo oportuno.

Acompanhamento dos danos sofridos pelas pequenas e médias empresas, prestando-lhes apoio apropriado e ajudando-as a ultrapassar as dificuldades mediante a implementação de medidas específicas. 1. Para atenuar o impacto que o Tufão “Hato” provocara para as PME durante a sua passagem por Macau em 2017, o Governo da RAEM lançou, através do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC), as “Medidas de Abono” e o “Plano de Apoio Especial” em prol das PME afectadas, tendo recebido, naquela altura, 14 536 e 6 640 pedidos, respectivamente, e aprovados 13 260 pedidos no âmbito das “Medidas de Abono” e 5 788 no enquadramento do “Plano de Apoio Especial”, envolvendo um montante global de cerca de 2,4 mil milhões de patacas. E, para auxiliar a execução dos trabalhos de apreciação e autorização, bem como a verificação da situação da gravidade dos danos causados às empresas, a DSE realizou 1 727 acções de fiscalização *in loco* nos estabelecimentos dos requerentes.

2. Para se articular com os planos e medidas definidos, por fases, pelo Governo da RAEM no âmbito da execução dos trabalhos para prevenção de catástrofes e minimização dos seus efeitos e prestar ajuda aos estabelecimentos comerciais de pequena e média dimensão situados nas zonas afectadas para combaterem eventuais inundações futuras, o Governo da RAEM lançou, sucessivamente, em Abril e Junho de 2018, o “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas para a Instalação de Plataformas Elevatórias para Mercadorias” e o “Plano de Apoio Financeiro a Pequenas e Médias Empresas para a Instalação das Barreiras contra Inundações e Bombas de Água”, com vista à prestação de apoio financeiro às PME que reúnam os requisitos exigidos para a instalação desses equipamentos. Até final de Agosto de 2019, foram recebidos 523 pedidos para instalação de plataformas elevatórias para mercadorias e 2 487 pedidos para instalação das barreiras contra inundações e bombas de água, tendo sido emitidas, respectivamente, 73 e 1 836 notificações sobre a autorização de respectiva instalação.

3. Foi reforçado continuamente o acompanhamento da situação das PME com prejuízos causados pelas calamidades, tendo sido enviado, antes da passagem de tufões, pessoal para alertar os estabelecimentos comerciais da necessidade de fazerem preparativos para prevenção de tufão e de inundações, inteirando-se da situação de utilização das barreiras contra inundações já instaladas, ouvindo as suas opiniões sobre o uso das mesmas, de forma a proporcionar assistências correspondentes.

4. A fim de aliviar a pressão financeira das lojas comerciais afectadas pelas calamidades de tufões e melhorar a sua situação de exploração de negócios, foi permitida às empresas afectadas pelo tufão “Mangkhut” que tivessem dificuldades operacionais em termos de liquidez e, em simultâneo, beneficiárias do “Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas”, bem como às beneficiárias do “Plano de Apoio Especial às Pequenas e Médias Empresas

Afectadas pelo Tufão Hato” e do “Plano de Apoio a Jovens Empreendedores”, cuja verba de apoio concedida anteriormente não tinha sido ainda reembolsada integralmente, a apresentação, conforme as suas necessidades, de pedidos de ajustamento do seu plano de reembolso junto do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização. Além disso, no sentido de ajudar as PME afectadas pelo tufão “Hato” a resolverem o problema relativo à necessidade de recursos humanos provocada pelo aumento súbito da quantidade dos trabalhos, a DSAL lançou medidas de facilitação para os pedidos de TNR formulados dentro de seis meses após a passagem do tufão “Hato” pelas empresas requerentes de apoios da DSE, tais como triagem pontual, redução ou dispensa de documentos, tratamento com prioridade, de modo a ajudar essas empresas a contratarem, com a maior brevidade possível, trabalhadores necessários para recuperar o seu funcionamento normal.

Estabelecimento de um mecanismo de ligação imediato com os sectores bancário e de seguros para fortalecer a supervisão e a coordenação do trabalho pós-desastre. A fim de garantir o fornecimento de numerário das máquinas ATM antes e depois da passagem de um tufão, a AMCM exige que os bancos aumentem os numerários das máquinas ATM antes que o tufão chegue a Macau e garantam a operação normal durante o tufão. Por outro lado, antes da época de tempestades tropicais, a AMCM irá comunicar ao sector de seguros para dar início ao trabalho de prevenção e redução de desastres, incluindo a preparação das medidas de contingência para casos emergentes, o estabelecimento de um mecanismo de ligação durante 24 horas entre a AMCM e o sector de seguros, bem como o tratamento contínuo dos serviços externos após o tufão. De acordo com as informações disponíveis, até final de Julho de 2019, registaram-se 4 416 pedidos de indemnização referentes ao seguro para os tufões “Hato” e “Mangkhut”, prevendo-se um valor total de indemnização a pagar na ordem de 4 mil milhões de patacas, tendo sido já pago o montante de 3 mil milhões de patacas. Além disso, para melhorar a capacidade de reacção de Macau a catástrofes naturais, em Agosto do ano corrente, foram apresentados o “Seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas” e o “Plano de apoio financeiro a conceder no âmbito do seguro de bens patrimoniais contra grandes desastres para as pequenas e médias empresas”, fornecendo-se, assim, cobertura para prejuízos patrimoniais de natureza comercial causados durante os períodos de tempestade tropical em que seja hasteado o sinal n.º 8 ou de «Storm Surge» vermelho ou superior.

Estreitamento da comunicação com as operadoras de jogo para implementação, com eficácia, das medidas de prevenção e de resposta a calamidades. Antes da chegada de super tufões a Macau e através das reuniões de trabalho realizadas com as operadoras de jogo, sob o mecanismo de comunicação em situação de crise pré-estabelecido com as mesmas, foram definidas conjuntamente medidas de contingências para os casinos, tendo sido exortadas as operadoras de jogo a organizarem adequadamente as deslocações dos seus trabalhadores entre as suas residências e os locais de trabalho, assegurando a segurança dos residentes, turistas e trabalhadores que se encontravam nos recintos do jogo durante a passagem das tempestades tropicais. A par disso, em 2018, devido à passagem do super tufão “Mangkhut” por Macau e, conforme o planeamento global do Governo da RAEM, foram promovidas diligências em coordenação com as operadoras de jogo para

organizarem diversos trabalhos alusivos à suspensão do funcionamento dos casinos, como forma de resposta a esta tempestade tropical.

Coordenação das medidas de resposta ao tufão elaboradas pelo sector de convenções e exposições e prestação de serviço de apoio apropriado aos visitantes profissionais às conferências e feiras. Foi intensificada a comunicação com os organizadores de convenções e exposições, acompanhando a realização de diversos eventos de feiras e conferências de grande dimensão que tiveram lugar em Macau durante a passagem do super tufão, tendo sido criada uma linha aberta destinada à prestação de serviços de informações aos visitantes profissionais e participantes em feiras e conferências em casos emergentes. Foram ainda desenvolvidas diligências em coordenação com as entidades organizadoras de eventos e demais operadores do sector para tomarem medidas de resposta, no sentido de prestar serviços de apoio apropriado aos visitantes profissionais e participantes nas feiras e conferências.

Salvaguarda dos direitos e interesses dos trabalhadores dos diversos sectores, coordenando, de melhor forma, os trabalhos antes e depois das calamidades. Relativamente aos direitos e interesses dos trabalhadores durante a passagem de tufões, a DSAL fez apelos às empresas para chegarem, quanto antes possível, a acordo com os trabalhadores quanto ao planeamento dos seus trabalhos durante a passagem de tufões, conforme o modelo de funcionamento das mesmas, a fim de garantir os direitos e interesses legítimos dos mesmos. Particularmente no sector de construção civil, antes da chegada de tufões, os empreiteiros foram exortados a adoptarem medidas de prevenção mais adequadas para os estaleiros de construção, examinando de novo as instalações e equipamentos lá existentes e desenvolvendo trabalhos de restauro após a passagem dos mesmos. Além disso, a DSAL enviou também pessoal para efectuar vistorias pós-tufão sobre a situação da segurança e saúde ocupacional nos estaleiros de construção, complexos habitacionais e escolas.

Acompanhamento dos trabalhos de avaliação dos prejuízos económicos provocados pelas calamidades dos tufões “Hato” e “Mangkhut” em Macau. Os dois super tufões passaram por Macau em 2017 e em 2018, respectivamente, provocando prejuízos económicos com impactos nos comerciantes e nos residentes locais. Com base nos dados recolhidos, de forma mais abrangente, pela DSEC e nos respectivos apuramentos globais, os prejuízos económicos directos causados pelo tufão “Hato” corresponderam a 9,045 mil milhões de patacas e os indirectos atingiram 3,5 mil milhões de patacas, totalizando 12,545 mil milhões de patacas. Relativamente ao tufão “Mangkhut”, os prejuízos económicos directos e indirectos daí resultantes situaram-se em 691 milhões de patacas e 1,045 mil milhões de patacas, respectivamente, somando 1,736 mil milhões de patacas.

Auscultação de opiniões sobre os trabalhos de rescaldo do tufão, optimizando políticas e medidas de acordo com a realidade local e, preparando-se, quanto antes, para o eventual assalto a Macau por outros tufões devastadores. Após a passagem do tufão “Hato”, o Secretário para a Economia e Finanças reuniu-se com 148 representantes provenientes das 48 associações cívicas, de trabalhadores e dos sectores industrial e

comercial locais, deslocando-se também às zonas severamente afectadas pelas inundações para se inteirar da situação de prejuízos sofridos pelos estabelecimentos comerciais aí existentes, de modo a auscultar as suas opiniões e sugestões sobre os trabalhos de rescaldo, acções de apoio e revisão dos mecanismos de resposta durante grandes calamidades. De entre as opiniões ouvidas, destacaram-se a necessidade de otimizar, de acordo com a situação real, algumas políticas e medidas para atenuar os encargos financeiros dos comerciantes lesados na retoma das suas actividades; o alívio da carga fiscal a suportar pelos indivíduos na aquisição de novos carros dado os seus veículos terem sido danificados pelas inundações; o estreitamento da comunicação e coordenação com as operadoras de jogo e associações dos trabalhadores do sector do jogo, no sentido de melhorar e otimizar os planos associados à organização das deslocações dos trabalhadores do sector entre a residência e o local de trabalho quando se registem condições meteorológicas adversas, etc.

Além disso, foram realizadas, de forma não periódica, reuniões interdepartamentais com vista a conhecer-se a situação dos trabalhos desenvolvidos por diversos serviços da tutela e suas ideias quanto ao melhoramento das acções e medidas adoptadas no decurso da implementação em concreto das políticas, iniciativas e planos globais do Governo da RAEM no âmbito da prevenção e redução de desastres, tendo os mesmos sido impulsionados a definir, quanto mais antecipadamente possível, preparativos necessários para fazer face aos eventuais assaltos de outros tufões devastadores a surgir no futuro. Neste contexto, a DSE e o CC elaboraram, em conjunto, planos de contingência antes e depois da ocorrência de catástrofes, visando assegurar o desalfandegamento sem obstáculos dos bens essenciais à vida da população e a estabilidade do abastecimento e dos preços dos mesmos. No tocante ao apoio às PME em matéria de resposta às calamidades, houve um exercício de simulação, co-organizado pelas DSE e associações comerciais locais, sobre a prestação de auxílios às PME após a passagem do tufão. Concomitantemente, foram elaborados pela DICJ, em conjunto com as seis operadoras de jogo através do mecanismo de comunicação em situação de crise já criado, planos de contingência para os casinos em situações de tempestade tropical, tendo sido desencadeado ainda um exercício de simulação de incidente imprevisto, em colaboração com os serviços públicos da área de segurança, no intuito de consolidar a capacidade das partes envolvidas em matérias de resposta às crises. A DSAL, aliás, aproveitou o mecanismo já estabelecido para alargar as acções promocionais e de vistoria sobre a segurança e saúde ocupacional, diligenciando no sentido de sensibilizar os empregadores e empregados a reforçarem os seus conhecimentos quanto à segurança e prevenção de desastres.